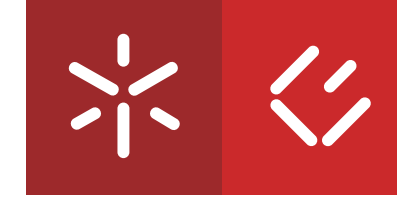




IMAGEM POLÍTICA DO BRASIL NA MÍDIA INTERNACIONAL
- A PROPOSITURA AO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Mariana Bezerra Moraes de Araújo

UMinho | 2011

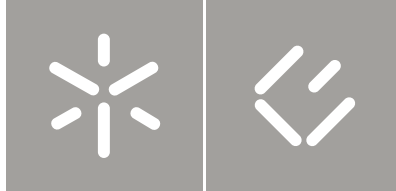


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mariana Bezerra Moraes de Araújo

IMAGEM POLÍTICA DO BRASIL NA MÍDIA
INTERNACIONAL - A PROPOSITURA AO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

outubro de 2011



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Mariana Bezerra Moraes de Araújo

IMAGEM POLÍTICA DO BRASIL NA MÍDIA
INTERNACIONAL - A PROPOSITURA AO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Tese de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Doutora Anabela Carvalho

Co-Orientador:
Doutor José Palmeira

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto não seria possível sem a colaboração de diversas pessoas às quais gostaria de prestar meus agradecimentos. Primeiramente, a família que apesar da distância e da saudade não deixou de apoiar-me, contribuindo a manter firme o propósito de concluir o Mestrado. Um agradecimento especial aos meus pais, os quais sem o apoio emocional e financeiro o sonho de fazer o mestrado não seria possível.

Também foram parte essencial deste processo a Professora Anabela Carvalho e o Professor José António Palmeira, os quais me orientaram durante toda a trajetória da investigação. Para além, também deixo o meu agradecimento aos demais professores do mestrado, que ministrando as disciplinas do primeiro ano letivo do curso contribuíram para a minha formação de Mestre.

Agradeço ainda aos colegas de mestrado pela ajuda, conversas e dicas que me deram ao longo desse período. Para além, um obrigado especial aos amigos, que apesar da distância sempre se mantiveram presentes e com os quais pude compartilhar mais uma etapa da minha vida.

A Pedro, namorado, o qual sempre me incentivou durante o mestrado. Agradeço a ajuda, a motivação e a força, mas principalmente, o companheirismo.

Imagem Política do Brasil na mídia internacional – A propositura ao Conselho de Segurança da ONU

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo investigar a imagem política do Brasil na mídia internacional. Para isso escolhemos o estudo de caso a propositura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Procurou-se analisar a imagem do Brasil em diversos jornais de países relevantes, tendo em consideração a relação que têm com o Brasil e o peso na comunidade internacional, para além do interesse na questão da reforma do Conselho de Segurança.

Os países escolhidos para fazermos a análise foram Argentina, México, Portugal, Estado Unidos e Reino Unido. Neles selecionamos um total de 11 jornais e revistas. Clarín e La Nación na Argentina, El Universal e La Jornada no México, Público e Diário de Notícias em Portugal, New York Times, Newsweek e Time nos EUA, e The Guardian e Daily Telegraph no Reino Unido. Para a escolha desses meios de comunicação usamos os seguintes critérios: importância atribuída a assuntos sobre política internacional e circulação.

A investigação centrou-se no período de 2004 a 2008. Escolhemos esse período porque foi quando o Brasil, juntamente com os outros membros do G4, pediram a revisão do atual formato do Conselho de Segurança da ONU e lançaram uma proposta conjunta para se tornarem membros permanentes do CS. Para além, também foi o período no qual o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou uma comissão para analisar uma possível reforma do órgão.

Para a realização da pesquisa optamos pela utilização de dois métodos de análise. Primeiro realizamos uma análise quantitativa utilizando a Análise de Conteúdo; aqui foi possível verificar o tratamento dado ao tema, observando o posicionamento dos jornais em relação à propositura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança. Depois, fizemos uma análise qualitativa, utilizando a Análise Crítica do Discurso proposta por van Dijk para verificar qual a imagem do Brasil construída pela mídia internacional.

Palavras-chave: Brasil, Conselho de Segurança da ONU, Comunicação Internacional, imagem política

Brazil's political image in the international media – the bid to the UN Security Council

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to investigate the political image of Brazil in the international media. As a case study focus on Brazil's bid to become a permanent member of the United Nations Security Council. I aim to analyse the image of Brazil's in several newspapers of relevant countries, taking into account the relationship they have with Brazil and their weight in the international community, in addition to their interest in the reform of the Security Council.

The countries selected for the analysis were Argentina, Mexico, Portugal, United States and United Kingdom. A total of 11 newspapers and magazines from these countries were selected. Clarín and La Nación from Argentina, El Universal and La Jornada from Mexico, Público and Diário de Notícias from Portugal, NY Times, Newsweek and Time from the USA, and The Guardian and Daily Telegraph from the UK. The following criteria were taken into account: emphasis on matters of international politics and circulation.

The dissertation focuses on the period 2004-2008. I chose this period because it was in 2004 that Brazil, along with the other members of the G4, requested a review of the current format of the UN Security Council and launched a joint bid to become permanent members of the Security Council. In addition, it was also the period in which the former Secretary General of the United Nations, Kofi Annan, appointed a committee to consider possible reforms.

I employed two research methods. Firstly, I carried out a quantitative analysis, with Content Analysis techniques in order to examine the media treatment of the theme and the position of newspapers in relation to Brazil's bid to become a permanent member of the UN Security Council. Secondly, I undertook a qualitative analysis, using Critical Discourse Analysis as proposed by van Dijk to look at the image of Brazil that has been constructed by the international media.

Key-words: Brazil, UN Security Council, International Communication, political image

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICA	5
1.1 Brasil: uma potência emergente	5
1.1.1 Regionalismo.....	11
1.1.2 Multilateralismo	14
1.2 Conselho de Segurança da ONU.....	19
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 Comunicação Internacional como um campo de estudo.....	25
2.2 Comunicação global: a relação entre os meios de comunicação e a Política Externa	30
2.3 Impacto na Política Externa	38
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	50
3.1 Descrição da metodologia.....	50
3.2 Corpus de análise	54
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.1 Análise quantitativa dos dados.....	57
4.1.1 A importância da reforma nos jornais	57
4.2 Análise Qualitativa.....	68
4.2.1 Imagem do Brasil	68
4.2.2 Artigos de Opinião	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXOS.....	88
ANEXO I – MATÉRIAS ANALISADAS	88
ANEXO II – ARTIGOS DE OPINIÃO ANALISADOS	106

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Número de matérias por jornal e país	59
Tabela 2 Número de matérias por ano.....	60
Tabela 3 Gênero de matérias por jornal.....	62
Tabela 4 Posições identificadas nos jornais	65
Tabela 5 Posições identificadas de acordo com o total de artigos de opinião.....	66
Tabela 6 Posições identificadas nas notícias, reportagens, notas, entrevistas e outros ..	67

LISTA DE SIGLAS

BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China

CPLP - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCALAL - Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste

G-20 - Grupo formado por países em desenvolvimento

IBAS - Fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

INTRODUÇÃO¹

“Whatever its faults or problems, no outsider today sees Brazil as a Joke. The biggest country in its region is now treated – and acts – as such a country deserves to be and, in the long term, has to be”. (The Economist cit. in Corrêa, 1999).

Este trecho retirado do artigo *Brazil's steady nerve*, mostra a relevância que o país vem conseguindo alcançar como ator no sistema internacional, onde ele tem elevado sua importância e participação nos foros internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), ao longo dos últimos anos. O Brasil procura participar de forma activa em debates sobre questões que afligem o mundo na atualidade. Podemos citar como exemplo, questões relacionadas com o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, segurança e economia.

Outras características do Brasil também têm colocado o país em maior evidência nos últimos anos. Entre elas podemos ressaltar o fato do Brasil ser uma potência emergente, juntamente com outros países que fazem parte dos BRICs². Para além de ser uma potência regional, destacando sua participação no MERCOSUL. Também devemos destacar a participação ativa do ator sul-americano em organizações internacionais, cimeiras e diversos grupos de importância política e econômica no cenário internacional, entre eles o G-20, para além, das diversas alianças feitas com países como China, Portugal, Rússia, França, África do Sul, Índia, entre tantos outros. Esta atuação vai de encontro as pretensões do país em se tornar um ator de relevância no contexto internacional.

A defesa do multilateralismo é outra característica do ator, que defende a democratização de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas. Todas essas são características que fazem do Brasil um ator importante no cenário internacional e têm feito com que o país ganhe destaque no mesmo. Dessa forma, é constante sua presença na mídia, pois ele vem atuando sobre assuntos de grande interesse global. Por causa dessa relevância do

¹ Esta redação foi redigida de acordo com as normas da Língua Portuguesa praticada no Brasil.

² O termo foi criado pelo economista Jim O'Neil em 2001 para designar as principais potências emergentes. Segundo a projeção feita por ele, esses países, com a liderança Chinesa, tem potencial para se transformarem nas futuras maiores economias mundiais e que juntas, ultrapassarão os, até então, países mais ricos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Atualmente, a África do Sul também está incluída nos BRICs

Brasil decidimos focar a dissertação na imagem política do mesmo na mídia internacional, sendo este o tema desta dissertação.

Decidimos centrar-nos sobre a vontade do Brasil em se tornar membro permanente do Conselho de Segurança (CS) da ONU como estudo de caso. A escolha da propositura brasileira ao CS deve-se ao fato de ser uma questão de grande interesse político e público, uma vez que o Conselho de Segurança é o órgão mais importante da organização e é responsável pela paz e segurança mundial. Tornar-se membro permanente é uma aspiração do Brasil que vem desde os tempos da fundação da organização. A entrada do ator sul-americano no Conselho de Segurança elevaria a importância do país e significaria que o Brasil passaria a ser um ator central no sistema internacional, o que vai de encontro aos interesses da sua política externa.

A crescente atuação do Brasil no sistema internacional e a repercussão da ambição brasileira em se torna um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, nos despertou interesse em realizar uma análise da cobertura jornalística dessa questão. Decidimos então verificar como a questão foi retratada em determinados jornais e revistas. Para isso, selecionamos primeiro os países que tinham interesse na questão e um relacionamento estratégico com o ator, nomeadamente selecionamos os seguintes países: Estados Unidos, Reino Unido, México, Argentina e Portugal. Nos Estados Unidos optamos por fazer a investigação no New York Times e nas revistas Newsweek e Time. No Reino Unido, escolhemos os jornais Daily Telegraph e The Guardian. Na Argentina, selecionamos os jornais La Nación e Clarín. No México, os jornais El Universal e La Jornada. Em Portugal, optamos pelos jornais Público e Diário de Notícias.

Para além, optamos pelo campo da investigação ser a partir do ano 2004 e terminando no ano de 2008. A escolha deste período deveu-se ao fato de 2004 ter sido o ano em que o Brasil, juntamente com os outros membros do G4, pediu a revisão do atual formato do CS da ONU.

Durante a investigação tentamos responder a algumas questões que nortearam a pesquisa. Como questão de partida a pesquisa teve a seguinte pergunta: *Qual é a imagem do Brasil, enquanto ator político, construída pela mídia internacional?* A partir desta questão principal, surgem outras a que também pretendemos responder na investigação realizada:

- Qual a opinião da mídia internacional em relação à propositura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU?

- Qual a imagem divulgada pela mídia sobre a capacidade do Brasil se tornar uma potência capaz de influenciar o sistema internacional?

A estrutura da dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo desta dissertação nos dedicamos a fazer o enquadramento do tema. Aqui foram expostas as características do Brasil como ator no sistema internacional, onde realçamos o papel do mesmo no contexto internacional ao apresentar suas características de potência emergente. Também foram expostas as questões relevantes sobre o Conselho de Segurança da ONU. Para isso dividimos o primeiro capítulo em duas partes.

Na primeira parte foram ressaltadas as características que fazem do Brasil uma potência emergente. Também fizemos dois tópicos para falar de forma mais profunda sobre o regionalismo e o multilateralismo, questões de importância nas características do ator. Já a segunda parte do capítulo foi dedicada ao Conselho de Segurança da ONU, onde falamos sobre o órgão e a importância do mesmo no sistema internacional. Para além, fazemos uma retrospectiva histórica da ambição brasileira de fazer parte do CS. Outro ponto abordado aqui é o debate em torno da reforma do órgão, que já existe há vários anos.

O segundo capítulo foi dedicado a fundamentação teórica da investigação. Aqui verificamos a importância da mídia na reprodução e propagação da imagem política do Brasil e o seu papel crescente nas Relações Internacionais. Esse capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, falamos sobre a comunicação internacional como campo de estudo, onde mostramos o desenvolvimento dessa área de estudo. A segunda parte foi dedicada a comunicação global, onde abordamos características da relação entre os meios de comunicação e a política externa. Por último, abordamos o impacto que os meios de comunicação estão tendo na política externa.

No capítulo seguinte, abordamos a descrição metodológica da investigação, descrevendo como foi feita a pesquisa empírica e que metodologia de investigação se utilizou. Esse capítulo foi dividido em duas partes, a primeira dedicada a descrição da metodologia utilizada, onde explicamos que tipos de análises usamos e o porquê da escolha delas. Nesse caso, optamos por mesclar duas metodologias de estudo: uma análise quantitativa e outra análise qualitativa. Já a segunda parte é dedicada a determinação do corpus de análise, onde explicamos porque escolhemos os cinco países a serem analisados e como selecionamos os jornais.

Apresentamos os resultados da nossa pesquisa empírica no último capítulo desse trabalho. Primeiro, fizemos a análise quantitativa, onde procuramos determinar a

importância do tema e o posicionamento dos jornais e revistas em relação à propositura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Também neste capítulo foi feita a análise qualitativa sobre a imagem do Brasil nas matérias publicadas nos jornais selecionados; na segunda parte, mantivemos o foco da análise em artigos de opinião. Os textos analisados encontram-se na parte dos anexos para visualização. Por fim, faremos algumas considerações sobre os resultados da investigação.

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICA

1.1 Brasil: uma potência emergente

A participação do Brasil como ator de peso no sistema internacional vem ganhando força ao longo dos últimos anos, uma vez que o país tem elevado sua influência e atuação nos foros multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O ator tem participado ativamente em debates sobre questões importantes relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável, segurança e economia, procurando assim aumentar seu desempenho e definir sua identidade nacional como potência emergente no sistema internacional.³

A vontade brasileira de aumentar sua influência no cenário internacional pode ser observada ao analisarmos o progresso que o Estado tem feito nesse sentido, ou seja, ao examinarmos as mudanças pelas quais ele passou nas últimas décadas, pois o país deixou de ser apenas um coadjuvante e colocou-se lado a lado com os grandes atores internacionais.

“Com uma democracia jovem, uma pobreza dilacerante e uma economia dada a acidentes, os líderes brasileiros eram mais vistos na fila para pedir ajuda à economia do País que lado-a-lado com os grandes líderes no cenário internacional. Após décadas de passos em falso, o Brasil tornou-se uma democracia sólida adepta do livre-mercado, uma ilha rara de estabilidade em uma região em desordem, um país governado pelo respeito às leis e não pelo humor de autocratas.” (Margolis cit in Ministério das Relações Exteriores, 2009)

Podemos constatar essas mudanças observando a própria política externa deste ator que está voltada para elevar o seu status de potência e aumentar a presença do Brasil no sistema internacional. As mudanças na política externa do Brasil tiveram início no governo de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e foram continuadas nas administrações seguintes. A partir deste momento o Brasil mostra um desejo de

³ Para entendermos o conceito de identidade nacional, primeiramente, devemos definir o de identidade coletiva, a qual tem relação com “a ideia de um interesse comum que leva as pessoas a afirmarem uma identidade por semelhança, lastreada numa visão compartilhada deste bem ou interesse comum.” (Bovero *cit in* Lafer, 2007, p.15). Podemos citar como exemplos de identidades coletivas, a identidade religiosa ou a participação em algum grupo político. Para além, aqui também podemos falar na identidade nacional, a qual é formada a partir da relação do Estado com o outro, surgindo no campo internacional através da interação, do contato com outros estados. Dessa forma, a diplomacia e a política externa dos países devem trabalhar identificando e defendendo os interesses da nação no campo internacional. (Lafer, 2007, p. 16).

transformação de uma diplomacia passiva, onde ela se caracterizava por ser reativa e defensiva em relação aos acontecimentos internacionais, para uma atitude mais ativa, procurando intervir mais nos foros multilaterais e mudar a imagem do Brasil de país “terceiro-mundista”. (Meza, 2002, p. 38)

Apesar de a modificação ter começado com Collor, os principais responsáveis pela transformação da atuação da política externa brasileira são os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, marcados pelo investimento feito nessa área, onde remodelar a imagem do Estado afastando-o da representação de um país terceiro-mundista para enquadrá-lo na de um ator de peso no sistema internacional é um dos principais objetivos. Este processo teve impulso com o governo Cardoso, o qual fez melhoras significativas ao controlar a inflação, estabilizar a moeda, abrir a economia do país ao exterior e melhorar a relação do Brasil com outros atores internacionais.

Já na era Lula, apesar da continuidade das políticas iniciadas por Cardoso, temos um aprimoramento e uma determinação da política externa brasileira em aumentar a influência do Brasil no campo internacional, o que pode ser constatado nas inúmeras viagens feitas pelo chefe de Estado a outros países e pela quantidade de embaixadas e departamentos no Ministério das Relações Exteriores que foram abertos. (Margolis, 2009).

As alianças estratégicas firmadas com os mais diversos atores do cenário internacional também servem como exemplo dos instrumentos utilizados pela política externa do Brasil para aumentar sua influência. Aqui podemos citar os acordos feitos com a Índia, África do Sul, Rússia, França, China, Japão e tantos outros, sem mencionar os países da América do Sul. São alianças econômicas e políticas com atores imprescindíveis para o alcance dos objetivos do país e que fazem parte da estratégia da política externa brasileira de obter o status de potência emergente, afastando-se assim da imagem de país em desenvolvimento, ou seja, através dessas parcerias o Brasil consegue elevar seu campo de influência.

“ A eleição de parcerias estratégicas, contanto que com sócios preferenciais, foi resultado da nova formulação e implementação da política exterior, cuja síntese era o universalismo seletivo, no qual se percebe a necessidade de se levar adiante aproximações específicas (eleitas como opção) que permitem alcançar objetivos comuns...” (Meza, 2002, p. 40)

Para além disso, vários são os grupos e as cimeiras nas quais o país participa ativamente, como são os casos do Fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), América Latina e Caribe + União Europeia, Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), Cúpula das Américas, Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência Ibero-Americana, G-20 (Grupo formado por países em desenvolvimento), ONU, etc. Sem mencionar outras alianças feitas pelo Brasil, como é o caso do G-4 (grupo formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que luta por uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, tema que será abordado mais profundamente nos próximos tópicos). Como já foi referido, essas alianças mostram como o Brasil tem ampliado seus parceiros no sistema internacional a fim de aumentar sua relevância e influência.

A importância no papel desempenhado pelo Brasil está relacionada com as próprias mudanças ocorridas no sistema internacional. Com o final da Guerra Fria, nos deparamos com uma reorganização dos pólos de poder. Entende-se aqui como pólos os países capazes de influenciar o sistema internacional. (Fonseca Jr., 1998, p.1). Até o momento o sistema estava caracterizado pela disputa ideológica entre as duas grandes potências da época: Estados Unidos e União Soviética. A bipolaridade marcante do período vai ceder lugar ao surgimento de uma multipolaridade de atores. “O fim da Guerra Fria permitiu que forças até então “abafadas” pelo conflito ideológico emergissem e passassem a ser decisivas para a compreensão da ordem internacional.” (Fonseca Jr., 1998, p.4). Dessa forma, vários atores que até então não tinham muita visibilidade e importância no cenário, passam a atuar mais fortemente.

Entre os diversos pólos, podemos falar que os EUA continuam a ser a principal potência no sistema internacional por ser o mais completo nas diversas áreas de influência (econômica, financeira, cultural, militar e política). O poderio americano pode nos levar a pensar que ao contrário de uma multipolaridade, a queda do muro de Berlim deu lugar a uma unipolaridade, mas pensar assim seria uma forma simplista de analisar a complexidade do novo sistema internacional, onde também vale salientar a existência de potências secundárias (Alemanha, Rússia, França, entre outras), as quais não são potências tão “completas” como a americana, mas não deixam de ser importantes e exercer influência. Para além, também temos as potências regionais (Índia, Brasil, etc.), estas são consideradas atores com bastante importância nas suas regiões, na maioria das vezes os que detêm maior poder. (Fonseca Jr., 1998, p.5). Dessa

forma, para fins de análise desta tese, vamos usar o conceito de multipolaridade, onde os EUA se encontram como potência diferente das outras.

Para além destas, o pós-Guerra Fria também traz o conceito das chamadas Potências Emergentes, países em desenvolvimento com grande potencial de crescimento económico e que, além de aspirarem a ganhos económicos, também lutam para obter uma maior projeção externa. (Souto Maior, 2006, p.43). Como potências emergentes, temos o exemplo do chamado BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), países com grande contingente populacional, um vasto território, e com potencial para se transformarem nas principais potências mundiais nos próximos 40 anos.

Segundo dados recolhidos pela revista *The Economist*, em 2005, as economias emergentes “responderam por mais da metade do aumento do PIB⁴ global em termos de dólares correntes”. (The Economist *cit in* Souto Maior, 2006). Já no ano de 2007, dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que a participação do BRICs no PIB mundial equivale ao dos EUA e ultrapassa a dos países da União Europeia. “Enquanto o conjunto das economias avançadas participou com 56,4% do PIB mundial, as economias emergentes, lideradas pelos Brics, participaram com 43,6%”. (Paulino, 2008, p.1).

É nesse contexto que o Brasil está a ganhar bastante destaque no cenário internacional, pois apesar de ainda não ter o poderio económico da China, ele se enquadra entre os países com previsão de serem as futuras potências mundiais e a credibilidade alcançada por ele junto aos investidores estrangeiros apenas confirma isso. Segundo Corrêa, “o elevado valor do estoque de investimentos estrangeiros (IED) no Brasil representa sinal inequívoco de alto grau de confiança nas potencialidades de longo prazo do país.” (Corrêa, 1999, p. 11).

Além do grande crescimento económico pelo qual vem passando ao longo dos últimos anos (a economia brasileira está entre as 10 maiores), outras são as características que fazem do Brasil uma potência emergente. Entre elas podemos falar da vasta extensão territorial do país, o qual é o quinto maior do mundo; da sua numerosa população, também é a quinta com cerca de 190 milhões de habitantes, sua estabilidade democrática, o grau de liberdade sindical e de imprensa, a existência de um regime jurídico estável, a diversidade dos recursos naturais e a capacidade energética (podemos ressaltar o fato do Brasil estar entre os maiores produtores de petróleo e de etanol).

⁴ Produto Interno Bruto (PIB)

Todas estas características contribuem para colocar o Brasil ao lado da Rússia, China e Índia como as futuras “hegemonias” mundiais. Mas apesar de todas essas qualidades, o Brasil ainda tem sérias dificuldades de âmbito interno para ultrapassar, uma vez que a desigualdade social e a violência são sérios problemas que ainda afligem o país.

O papel desempenhado pelo Brasil na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento é uma outra característica de sua identidade internacional, uma vez que ele luta pela democratização das instituições multilaterais, ou seja, procura tornar o processo de tomada de decisão mais democrático, onde além das grandes potências, os chamados países em desenvolvimento também sejam capazes de influenciar na decisão. Através da diplomacia, ele busca dar voz aos países em desenvolvimento agindo como mediador entre o diálogo destes e dos países desenvolvidos.

Segundo Souto Maior, para o Brasil “caberia manter fortes vínculos bilaterais tanto com os grandes países desenvolvidos quanto com outros países em desenvolvimento de maior expressão geopolítica e econômica.” (Souto Maior, 2006, p.43). Dessa forma, o Brasil procura incorporar na sua identidade a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, fazendo disso uma ferramenta importante de sua política externa.

“A intenção do Brasil de desempenhar um papel decisivo no cenário internacional e de se apresentar como defensor dos interesses do mundo em desenvolvimento frente às grandes potências, ..., é praticamente visível desde o governo FHC, como parte de uma estratégia continuada ativamente por Lula.” (Sousa, 2008, p. 128)

Além da candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, onde através da reforma ele busca transformar-se em um membro permanente do conselho e, conseqüentemente, conseguir assim uma maior representatividade regional da instituição pois seria o representante da América Latina, também podemos afirmar que a participação do Brasil na criação do G-20 em 2003⁵ é um dos maiores exemplos da sua atuação como “protetor” dos países em desenvolvimento. Conforme já foi referido anteriormente, O G-20 é o grupo formado pelos países em desenvolvimento que tem operado no âmbito da OMC em busca de aumentar a participação no processo de tomada de decisão, procurando assim incorporar também seus interesses na

⁵ A criação do G-20 aconteceu no ano de 2003, em Cancún, no México, no âmbito da V Conferência Ministerial da OMC. Ele surgiu com o objetivo de minar as negociações da organização a favor dos grandes atores globais e propunha o cumprimento total da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, incluindo-se assim o tema da agricultura e do desenvolvimento social e econômico dos países menos desenvolvidos nas negociações. Desde então, o grupo idealizado pelo Brasil conseguiu colocar o tema da agricultura em destaque e tem atuado no âmbito da OMC em busca do cumprimento da Agenda de Doha.

Organização, a qual durante muito tempo privilegiou apenas os países desenvolvidos, como por exemplo, os EUA e a União Europeia.

O G-20, idealizado pelo Brasil, pode ser considerado um dos maiores sucessos da diplomacia deste ator, uma vez que do ponto de vista dos países em desenvolvimento ele tem conseguido atingir o objetivo de dar voz a estes atores, situação a qual na OMC era difícil de se imaginar até então.

1.1.1 Regionalismo

Outro ponto de destaque entre as características mais marcantes na consolidação da identidade brasileira como potência emergente é o regionalismo, uma vez que o contexto da vizinhança tem uma função fundamental na sua definição, pois normalmente as potências emergentes são os grandes atores das regiões em que se situam e transportam essa condição do âmbito regional para o internacional, usando-a como ferramenta para aumentar seu poder. Aqui devemos entender que é importante para as potências emergentes, também serem consideradas potências regionais, ou seja, serem detentoras de uma base forte de alianças em suas regiões e ter a capacidade de usar como uma forma de aumentar sua influência em todo o cenário internacional. Tal qual o Brasil, também a Rússia, China e Índia são importantes atores em suas regiões.

Dessa forma, a política externa brasileira trabalha para construir alianças regionais e criar um clima de cooperação no continente formando uma base regional forte e ampla e que, conseqüentemente, contribuirá no seu desempenho de potência emergente. Em outras palavras, essa atuação do Brasil como potência regional está colaborando para elevar sua influência no cenário internacional, ajudando a inseri-lo no sistema e a lhe dar maior visibilidade. Segundo Souto Maior, “...um país em desenvolvimento que aspira a uma maior projeção externa – seja em âmbito regional, seja internacional – não tem os meios de conseguir tal objetivo sem o concurso de outros.” (Souto Maior, 2006, p.51).

O assunto está presente na política externa do país já há muitos anos, pois para o Brasil desenvolver a união dos países sul-americanos é imprescindível para o próprio desenvolvimento nacional. Por isso, ele tem trabalhado para criar um clima de “amizade” na região, transformando as fronteiras separação em fronteiras cooperação, o que além de contribuir economicamente (gera oportunidades de desenvolver a economia do país), também contribui politicamente. (Lafer, 2007, p.54). O melhor exemplo desta política de integração adotada pelo Brasil é o MERCOSUL⁶, o qual é “resultado de uma efetiva reestruturação, de natureza estratégica, do relacionamento Brasil- Argentina.” (Lafer, 2007, p.58), até então marcado pela rivalidade e que vai servir como exemplo da democracia dos seus integrantes, os quais trabalham pela integração e cooperação na

⁶ O MERCOSUL é uma União Aduaneira formada no ano de 1991 através da assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Entrou em vigor em 1995 e atualmente, além dos membros originais, tem como membros associados Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia. Além destes, desde 2006 a Venezuela passou a integrar o MERCOSUL, mas ainda espera a aprovação do Senado Brasileiro e do Parlamento Paraguaiense para efetivar sua adesão.

região. Desde sua criação, o MERCOSUL tem sido imprescindível nas negociações econômicas em todo o continente americano e mesmo com outros atores internacionais, como é o caso da União Européia.

O Brasil se utiliza da sua participação no bloco sul-americano para ganhar maior poder de influência no sistema internacional. Por ser um dos principais componentes do bloco regional, ele aproveita-se do poder político e econômico que o MERCOSUL representa para aumentar o poder de negociação com outros atores internacionais, pois a aliança regional contribui para o aumento do peso internacional de seus componentes, consequentemente, contribuindo para aumentar o seu peso individual.

“...a nível político, o bloco permitiria dotar o Brasil de uma base maior de apoio para sua estratégia de alcançar reconhecimento como “potência média mundial” em virtude da liderança que exercia no interior do bloco e, através deste, no Cone Sul.”(Meza, 2002, p.44).

Apesar de o MERCOSUL ser o melhor exemplo da política de integração regional adotada pelo Brasil, ela tem sido idealizada já há muito tempo antes da criação do bloco. Ao fazermos uma retrospectiva do assunto, vamos nos deparar com o exemplo do pan-americanismo de Monroe⁷, onde temos o surgimento de um regionalismo paternalista em defesa dos países da América contra a “invasão” européia. O pan-americanismo aparece de forma unilateral por parte dos Estados Unidos, que vêem toda a América como sua zona de influência.

Em contraponto a Doutrina Monroe, temos a bolivariana⁸, aqui a integração pretendida referia-se aos países de colonização espanhola e, ao contrário da americana, não era de forma unilateral, uma vez que acreditava na solidariedade destes para defenderem-se. Ela vai servir como base da futura idealização da união latino-americana, ou seja, Bolívar pretendia uma união dos países de colonização espanhola, mas essa idealização vai terminar por incorporar a união de toda a América Latina, com a inclusão do Brasil. (Souto Maior, 2006, p. 51 e 52).

Podemos citar como exemplo do regionalismo brasileiro a Área de Livre Comércio Sul-Americana, I Cúpula Sul-Americana, Associação Latino-Americana de Livre Comércio e a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento, que podem ser

⁷ Presidente americano, James Monroe, lança a Doutrina Monroe em 1823 assumindo unilateralmente para os EUA a função de patrono das Américas. Ela tinha como lema *A América para os americanos* e consistia em proteger os países americanos da intervenção européia.

⁸ A percepção bolivariana leva esse nome por causa de Simon Bolívar, venezuelano que lutou pela independência de vários países da América do Sul. Ele acreditava na união dos países de colonização espanhola, excluindo o Brasil e os EUA. Divergia da Doutrina Monroe um vez que não era um ato unilateral.

incluídas como parte do trabalho brasileiro para conseguir a integração regional, procurando dessa forma aumentar sua influência na região.

Vale ressaltar que a integração sul-americana proposta pelo Brasil contempla um projeto integracional maior, o da América Latina. A partir do MERCOSUL, o Brasil busca conseguir a união dos países latino-americanos, aumentando dessa forma consideravelmente sua zona de influência, tanto na região, como internacionalmente, pois através desta união ele conseguiria aumentar seu peso de potência emergente, uma vez que iria possuir “uma base regional de tais amplitude e solidez que muito facilitaria a consecução do objetivo de levar avante uma política externa de potência emergente.” (Souto Maior, 2006, p.53)

Como maior potência da América do Sul e uma das maiores potências da América Latina, ele tem chamando para si a responsabilidade de representar a região, situação a qual pode ser comprovada pela sua importância econômica e política no cenário internacional. Mas esse papel de liderança brasileiro tem sido questionado por outros atores regionais, que não aceitam o Brasil como seu representante; este é o caso da Argentina e México, os quais vem questionando a liderança brasileira e não aceitam sua candidatura ao CS da ONU.

De qualquer forma, a questão regional é de imprescindível importância para a consecução dos objetivos brasileiros no que remete ao seu status de potência emergente, pois contribui para aumentar o peso do país no cenário internacional ao lhe outorgar uma ampla base de apoio e influência.

1.1.2 Multilateralismo

Para entendermos a atuação brasileira no sistema internacional, primeiramente é melhor compreendermos as mudanças do próprio sistema. Com o fim da Guerra Fria, começa o processo de nova ordem internacional e, paralelamente, também nos deparamos com o processo da globalização, onde as fronteiras são abolidas e os atores internacionais passam a ser cada vez mais interdependentes. Assim, as ameaças até então conhecidas (guerras entre os Estados) tornam-se difusas, como o terrorismo, o narcotráfico, crime organizado, as questões ambientais, entre outros.

Outra mudança ocorrida foi a “reavaliação do próprio conceito de poder, diante da perda de utilidade relativa do poder militar (*hard power*), e da importância acrescida do poder econômico, cultural e simbólico (*soft power*)...”⁹(Lampreia, 1998, p. 8) Dessa forma, o uso da força deixa de ser o meio mais eficaz na persuasão de outros atores e na resolução de conflitos; e o chamado *Soft Power* passa a ganhar mais espaço, onde usa-se a diplomacia e a negociação para encontrar soluções para as crises. Para além, também podemos ressaltar o surgimento de diversos atores, como as ONGs, empresas transnacionais, meios de comunicação e as organizações internacionais, os quais passam a interferir no processo de governança mundial, antes focado nos Estados.

Juntamente com todas essas transformações passadas pelo sistema internacional, devemos compreender a necessidade da cooperação entre os diversos atores para a resolução dos problemas que afligem o mundo, como já foi referido, eles são difusos e difíceis de resolver sem a cooperação. Até então, os Estados agiam de forma unilateral e tomavam decisões que, normalmente, apenas os beneficiavam. Dessa forma, o uso de organizações internacionais, como a ONU e a OMC, são mecanismos importantes para a gestão da ordem mundial, tornando-se um local onde os Estados podem debater os problemas que afligem o mundo atualmente e tentar encontrar soluções para eles legitimadas por essas instituições.

Entretanto, apesar de serem mecanismos “reguladores” do sistema internacional, essas organizações são muitas vezes usadas como palco para exercer a vontade das grandes potências, as quais em alguns casos chegam a não respeitar as decisões destes organismos quando esta atinge seus interesses e agem de forma unilateral, aqui

⁹ Consideram-se instrumentos de *Soft Power*, aqueles que não utilizam da força para persuadir, cooptar e atrair outros atores. Já o *Hard Power* usa a força para atingir seus objetivos.

podemos citar o exemplo da ofensiva americana sob o Iraque, onde não foi obtida a concordância da ONU.

Neste contexto, o Brasil defende o uso do multilateralismo, ou seja, da cooperação entre os diversos atores, os quais devem tomar decisões conjuntas e não unilaterais, como forma de “organização” do sistema internacional e busca aumentar sua participação em instituições multilaterais, além de procurar tornar estas instituições mais democráticas. Essa posição brasileira passa a estar fortemente presente na política externa do país durante o século XX, uma vez que no século XIX a principal preocupação da política externa era relacionada ao desenvolvimento nacional.

“Esta visão não surge com nitidez no século XIX, quando o vetor principal da política externa foi o da consolidação do espaço nacional. Com efeito, situado na periferia geográfica, política e econômica do Concerto Europeu, o Brasil não tinha como se contrapor a um sistema de funcionamento da política internacional em que o poder de gestão internacional era atribuído, com exclusividade, ao equilíbrio entre as grandes potências.” (Lafer, 2007, p. 67).

A modificação no posicionamento do Brasil em relação ao seu papel secundário como ator internacional tem seu marco na II Conferência de Paz em Haia, em 1907, onde é reivindicada uma função mais ativa na gerência internacional.

“Com efeito, na II Conferência de Paz, que assinala o momento inaugural da presença brasileira em foros internacionais, o Brasil republicano,..., reivindicou, fundamentado na igualdade jurídica dos estados, um papel na elaboração e aplicação das normas que deveriam reger os grandes problemas internacionais da época, questionando, assim, a lógica das grandes potências.” (Lafer, 2007, p. 68).

Dessa forma, podemos evidenciar que durante a II Conferência da Paz, em Haia, o Brasil sustentou a democratização do sistema internacional e das organizações “responsáveis” pela sua gestão, procurando assim desde então incluir atores “fracos” na elaboração das regras que iriam gerir o sistema. Para além, este também foi o momento onde o país defendeu o uso da diplomacia e negociação, e não o uso da força, para a resolução de crises.

Um outro momento marcante para a política externa brasileira foi na Conferência de Paz em Paris, em 1919, após a Primeira Guerra Mundial. Durante a Conferência em Paris, deparamo-nos com a continuação da linha de idéias lançada em 1907. Devido a sua participação na Primeira Guerra, o Brasil pôde comparecer a

conferência, mas juntamente com outros atores menores, ele apenas deveria participar nas sessões ligadas aos chamados “interesses limitados”, ou seja, assuntos diretamente relacionados com os interesses destas potências, como por exemplo a regulamentação do café. Já as grandes potências seriam as únicas a participarem das comissões onde deveriam ser debatidos os chamados “interesses gerais”, estes estavam relacionados com a própria ordem internacional. Durante a Conferência de Paz, vamos nos deparar com a vontade brasileira de não submeter o seu papel a um plano secundário na gerência do sistema internacional. Dessa forma, ele organizar as pequenas potências e termina por fazer as grandes potências aceitarem a participação delas também nas sessões de “interesses gerais”. (Lafer, 2007, p. 72 e 73).

A partir do momento inicial em Haia, a política externa do Brasil continuou seguindo aquela linha de atuação, onde busca participar de forma ativa na organização do sistema internacional e não quer ser posto de lado nos debates sobre o assunto. Dessa forma, ele procura aumentar sua importância como ator internacional e sua posição vem ganhando destaque no sistema, principalmente, nos últimos anos.

O uso da diplomacia e da negociação pelo Brasil como forma de persuadir outros atores internacionais é uma ferramenta importante da política externa do país, pois ele acredita na utilização do diálogo como a melhor forma para a resolução de conflitos. Como já foi mencionado, a postura adotada pelo ator sul-americano no sistema internacional é a da defesa do multilateralismo, ou seja, através da cooperação entre os diversos atores podem-se encontrar soluções para os problemas que afligem o sistema internacional nos dias atuais. O Brasil procura agir como um “pacificador” e muitas vezes como mediador entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento na resolução de atritos, buscando promover consensos entre eles no plano multilateral. A atitude brasileira, que através do diálogo procura encontrar soluções para os conflitos, consegue somar à imagem do país a característica e a credibilidade internacional de *Soft Power*.

O fato do país estar localizado em uma região sem conflitos armados entre seus vizinhos também contribui para a credibilidade brasileira de Soft Power, pois isso o diferencia das outras potências emergentes, como China e Rússia, ambas envolvidas em questões separatistas e conflitos com outros atores de suas regiões. A última vez que o Brasil se envolveu em uma guerra na América do Sul foi durante a Guerra do Paraguai¹⁰

¹⁰ A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado na região e envolveu Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil.

em 1870. A falta de envolvimento em tensões internacionais, tanto na América do Sul como em outras regiões, é uma de suas características como ator internacional, uma vez que o Brasil tem uma tradição pacifista, onde ele prefere a utilização de instrumentos de *Soft Power* como a negociação e a diplomacia para a resolução de crises. (Sousa, 2008, p. 124).

Apesar da tradição pacífica, o Brasil é a maior potência militar da América Latina, estando entre os 20 países com mais gastos na área militar do mundo, mesmo que isso seja equivalente a apenas 1%. Em 2007, o investimento brasileiro no setor foi de 15 milhões de dólares (Sousa, 2008, p. 126), sendo que nos últimos 10 anos o valor investido foi de cerca de US\$ 127 bilhões¹¹. Mesmo assim, ao contrário das outras potências emergentes, o Brasil não possui armas nucleares, tendo ratificado o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares em 1998. A falta desse tipo de equipamento é uma característica que não o coloca entre as potências militares. (Jardim e Carmo, 2008).

Para elevar seu status ao de uma potência militar, o país firmou um acordo em 2008 com a França, na qual este se compromete a transferir tecnologia militar para o Brasil, dessa forma, ele passaria a fabricar submarinos nucleares, helicópteros e aviões de combate, visando transformar o Brasil realmente em uma potência militar mundial e, dessa forma, contribuiria para contrabalançar o aumento do poderio bélico acumulado pela Venezuela desde que o Hugo Chávez subiu ao poder em 1998¹². O melhoramento da capacidade militar brasileira é essencial para a sua ambição de um dia fazer parte, como membro permanente, do Conselho de Segurança da ONU, uma vez que todos os membros do CS são considerados potências militares.

De qualquer forma, além de melhorar suas capacidades militares, um ator que tem como ambição ser um membro permanente do CS, também deve procurar estar envolvido em questões de segurança internacional e, particularmente, nas atividades da ONU, contribuindo para as missões da organização pelo mundo. Para isso o país tem trabalhado ativamente em Missões de Paz, estando presente, nos últimos 60 anos, em cerca de 30 missões de paz da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

¹¹ Dados do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri) retirados da *matéria Sul-americanos buscam reforçar seu poderio militar* publicada no site BBCBrasil.com em 11/03/2008.

¹² Vale ressaltar que o presidente militar Hugo Chávez já foi reeleito duas vezes, uma em 2000 e outra em 2006. Depois que subiu ao poder, a Venezuela tem aumentado os gastos militares e desde o ano de 2004 foram gastos 4 bilhões de dólares em equipamentos. Além disso, o país também fechou contrato com a Rússia para a construção de duas fábricas.

“ Essa contribuição, embora tenha sido, na maioria das vezes, apenas simbólica em termos de recursos e de pessoal, serviu para demonstrar o interesse do Brasil na promoção da paz e da segurança, encaminhando seus esforços através de canais multilaterais existentes.” (Sousa, 2008, p. 130)

Entre todas as missões nas quais o país esteve presente ao longo dos anos, podemos destacar o seu papel em alguma delas, como por exemplo, a missão da ONU na Angola, entre os anos de 1988 e 1977, onde foram enviados cerca de 1200 pessoas para ajudar na situação, entre eles militares, agentes de saúde e policiais. Outros dois exemplos são as participações do Brasil na Operação das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), aqui o país assumiu a liderança militar da missão; e no Timor Leste, onde contribui na organização de uma consulta popular para a independência do país. O momento ápice da participação brasileira na promoção da paz e da segurança internacional é com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que em 2004 teve sua liderança transferida ao Brasil, o qual até então não havia tido uma atuação com tanto destaque e importância. (Sousa, 2008, p. 131 e 132).

O desempenho brasileiro na promoção da paz e segurança internacional vem ao encontro da sua ambição de possuir um papel mais importante no sistema internacional. Dessa forma, apesar de o Brasil possuir a credibilidade de *Soft Power*, pois acredita na negociação e diplomacia para a resolução de conflitos, além de defender o uso do multilateralismo tanto em questões de segurança, como para assuntos políticos e econômicos, ele também precisa melhorar suas capacidades militares se quer ser considerado um ator de peso. Essas características juntamente com todas as outras explicitadas na primeira parte deste trabalho são de fundamental relevância para a estratégia brasileira de desempenhar um papel cada vez mais importante na gerência internacional e o tem colocado em uma posição de visibilidade no sistema internacional, assim como é importante para caracterizá-lo como uma potência emergente, o qual poderá vir a se tornar um dos atores com uma maior capacidade de influência no futuro.

1.2 Conselho de Segurança da ONU

Até o momento, a primeira parte da dissertação manteve seu foco voltado para o enquadramento do Brasil no sistema internacional, evidenciando as características do país como actor internacional e, principalmente, o que fazem dele uma potência emergente. Já a questão desenvolvida nesta parte da dissertação irá abordar o Conselho de Segurança da ONU e a ambição brasileira em se tornar um membro permanente, caso de estudo deste trabalho, e por isso, a importância de enquadrar o tema.

O Conselho pode ser considerado o órgão mais importante das Nações Unidas, uma vez que ele é responsável pela manutenção da paz mundial e, através do CS, são tomadas decisões acerca das intervenções militares ou missões de paz. Ele é formado por 15 membros, sendo destes apenas cinco permanentes (EUA, França, Rússia, China e Reino Unido) com direito ao veto. Os outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral e tem o mandato de dois anos, a distribuição das vagas é através de critérios geopolíticos, assim, cinco vagas vão para a África e Ásia, três para a Europa, duas para a América Latina e Caribe.

“O Conselho de Segurança é de fato o órgão restrito das Nações Unidas, que, tecnicamente, deve zelar, de forma coletiva, pela manutenção da paz. Assim, respeitando a unanimidade dos votos de seus membros permanentes, este pode chegar mesmo a aprovar o recurso à força, por meio de uma resolução de natureza normativa, ou seja, obrigatória para todos os 191 países integrantes da ONU.” (Brant, 2008)

Quando a ONU foi fundada em 1945, o sistema internacional estava vivendo o pós-segunda Guerra Mundial, e o surgimento deste organismo refletia a disposição de poder do período. Desde então, o sistema passou por uma série de mudanças, deparando-se com uma nova configuração político-econômica, onde a bipolaridade deixa de estar presente e as ameaças são mais difusas, como já foi referido nos tópicos anteriores. Junto com essas transformações, esperava-se uma reestruturação das Nações Unidas, principalmente, do Conselho de Segurança, com a incorporação de novos membros permanentes de forma que passasse a refletir a nova configuração internacional e tornasse a organização mais democrática, fato que até os dias de hoje não aconteceu. Espera-se que o CS seja capaz de agir de forma democrática como um regulador da ordem mundial, mas ao contrário disto, é difícil conseguir consenso entre os membros permanentes, os quais muitas vezes atuam em função de interesses próprios.

“Ao contrário do que é difundido amplamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), composto por 15 países-membros desde a reforma de 1965, não opera, no contexto pós-bipolar ou “unimultipolar”, pela lógica da transparência democrática e da simetria decisória com votações competitivas sobre a paz e a segurança internacionais como consta nos Capítulos V, VI e VII da Carta da ONU.” (Castro, 2005)

Assim, uma reformulação deste órgão é necessária para atender a demanda mundial. Neste contexto, o Brasil procura obter um dos assentos permanentes, caso a reforma se concretize, e para isso busca o apoio de outros atores internacionais. O G4 pode ser citado como o melhor exemplo das alianças que o ator sul-americano tem feito em busca de um lugar permanente. Ele é o grupo formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão que ambicionam uma cadeira permanente e, em 2004, apresentaram uma proposta conjunta de reformulação do CS para a entrada de novos membros, entre eles os próprios atores, mas até hoje, ela não teve grandes avanços.

Dessa forma, a proposta de ampliação do CS, tanto de membros permanentes como de rotativos, feita pelo G4 procura atender essa necessidade e vem ao encontro da posição brasileira de tornar as organizações internacionais mais democráticas ao dar abertura para uma maior participação de países em desenvolvimento. Outra aliança paralela a esta foi feita pelo Brasil, em 2003, com a Índia e a África do Sul, ambas potências emergentes, as quais visam fazer um contrapeso as potências do Hemisfério Norte e que ambicionam um lugar permanente no conselho.

Juntamente com as mudanças no sistema internacional, a própria organização também sofreu algumas modificações em relação ao número de membros, uma vez que desde sua criação em 1945, o número de países participantes praticamente quadruplicou, “com a presença de Estados a ombrear com quatro dos cinco fundadores, se comparados e conjugados os potenciais militar, económico ou cultural.” (Arraes, 2005, p.3). Além da inclusão de Japão e Alemanha, levando em conta aspectos económicos, a reformulação do conselho também deveria considerar a questão de aumentar a representatividade mundial e incluiria países em desenvolvimento, nesse caso, atores como Brasil, África do Sul, México, Egito, entre outros começaram sua busca por um assento. (Arraes, 2005, p.2)

O Brasil desponta como um dos principais candidatos, pois procura chamar para si a representação da América Latina. Apesar de ter conseguido o apoio de atores importantes, como por exemplo, da Rússia, China e França, o país esbarra com a

oposição regional da Argentina e do México, os quais não apoiam a propositura brasileira e chegaram a fazer alianças com outros atores internacionais, lançando uma proposta paralela a do G-4, associando-se ao grupo chamado *Unidos pelo Consenso*, os quais são contra a introdução de novos membros permanentes.

A vontade brasileira de ser um dos membros permanentes é anterior a criação da ONU e teve seu início na Liga das Nações, órgão predecessor às Nações Unidas. Sendo um dos participantes da assinatura do Tratado de Versalhes¹³, o Brasil assumiu o Conselho Executivo da Liga, como membro rotativo, e aproveitou o debate sobre sua reformulação para tentar se tornar membro permanente. Já nessa época notamos a vontade brasileira de desempenhar um papel mais importante na gerência do sistema internacional e, nesse caso de ampliar o prestígio brasileiro regionalmente. (Arraes, 2005, p.3).

Entre os argumentos utilizados pelo país estavam a tradição diplomática, onde defendia-se a defesa da soberania das nações, o pacifismo e o respeito ao direito internacional; o prestígio internacional conseguido através das suas características como nação, aqui pode-se ressaltar as dimensões do país; e por último, o fato do Brasil ter sido o único ator sul-americano a participar da Primeira Guerra. (Silva, 1998, p. 149). Apesar da intensa campanha feita pelo Brasil, sua candidatura não conseguiu o apoio tanto da Inglaterra como da França e EUA, inclusive esbarrou com a oposição dos próprios países latino-americanos, quando tentou ser o representante das Américas. A situação terminou com o Brasil deixando seu cargo de membro rotativo do Conselho e retirando-se da Liga das Nações em 1926.

Em relação a ONU, sua ambição de ser um membro permanente do Conselho de Segurança vem desde a criação da organização. Em 1944, durante as discussões para a configuração das Nações Unidas, o país tentou conseguir um lugar entre os membros permanentes, usando justificativa parecida com a utilizada na Liga das Nações, ou seja, a de ser um ator com vasto território continental, uma grande população e potencial para desenvolver-se. Na época, o ator sul-americano obteve o apoio dos Estados Unidos, o qual concordavam em ter o Brasil como membro permanente, mas mais uma vez ele esbarrou com a oposição da Inglaterra e dos países latino-americanos e, também, da

¹³ O Tratado foi um acordo de paz e instituiu o pacto da fundação da Liga das Nações, foi assinado em 1919 após o final da Primeira Guerra Mundial, e tem como principais consequências sanções aplicadas à Alemanha, a qual assumiu a responsabilidade da guerra. O Tratado de Versalhes foi ratificado pela Liga das Nações em 1920.

União Soviética. (Arraes, 2005, p.4). Por fim, o país contentou-se em tentar um assento rotativo.

Apesar disso, o sonho brasileiro de se tornar membro permanente não foi esquecido. Em 1989, na abertura da 44^a Assembléia Geral, o país propôs uma reformulação do CS tendo como objetivo a inclusão de países periféricos. A vontade brasileira pode ser constatada ao longo dos anos, durante o governo de Itamar Franco, a diplomacia brasileira mostrando as características do país como ator democrático, pacífico e multilateral, pediu pela inclusão tanto do Brasil como de outros membros, entre eles Alemanha, Índia e Egito. Dessa vez, o Brasil irá encontrar oposição regional, principalmente, da Argentina, que desde então não aceitava a presença do Brasil como membro permanente do CS e defendia a rotatividade para a vaga destinada aos países latino-americanos.

Como já foi referido, a defesa brasileira da ampliação do Conselho de Segurança vai ser ratificada ao longo dos anos, fato constatados nos discursos feitos pela sua política externa. Mesmo assim, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva esse discurso aparece de forma mais ativa. Entre o final de 1998 e início de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizou novamente a necessidade de uma reforma no organismo e ressaltou a demora da ONU em responder a questões de segurança mundial, como a crise em Timor Leste. Com os atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001, o tema da reforma ganharia nova ênfase.

“Para responder a problemas cada vez mais complexos, o mundo precisa de uma ONU forte e ágil. A força da ONU passa por uma Assembléia Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália.” (Cardoso, 2001.)

Em 2004, já com o governo Lula e passada a Guerra do Iraque, as Nações Unidas vêem o tema da reforma ganhar novamente visibilidade com a proximidade do seu sexagenário. O então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou uma comissão para estudar uma reforma na estrutura da organização, onde ficou clara a necessidade de se reestruturar o CS. Mesmo assim, a comissão não chegou a um acordo de como ela deveria ser feita e apresentou duas propostas, deixando para os países filiados às Nações Unidas decidirem. Ambas defendem a ampliação dos atuais 15 membros para 24, aumentando assim a sua representatividade, pois a última revisão

feita na estrutura do Conselho foi em 1965, quando aumentou-se de seis para dez o número de membros rotativos. O primeiro modelo propõe a inclusão de seis novos membros permanentes, mas sem direito a veto, e mais três não-permanentes. Essa é defendida pelo Brasil, juntamente, com os outros membros do G4, assim das seis vagas, quatro seriam preenchidas pelos componentes do grupo e as outras duas por nações africanas.

A segunda proposta defendida por Argentina, México e os outros membros do *Unidos pelo Consenso*, fala sobre a criação de uma categoria composta por oito membros semi-permanentes, também sem direito ao veto, os quais fariam parte do CS por quatro anos com a possibilidade de reeleição. Para além dessas duas propostas, o debate em torno da reforma no Conselho, ganhou outro impulso com uma proposta defendida pela União Africana, parecida com a do G4, eles defendem a inclusão de seis novos membros, sendo que estes deveriam ter o direito a veto. Após reunião entre a União Africana e o G4, eles decidiram abandonar momentaneamente a idéia.

De qualquer forma, como podemos perceber, é amplo o debate em torno do assunto e os países filiados a esta instituição estão longe de entrar em um consenso de como a reforma deve ser feita, situação que tem impedido a concretização da reestruturação do CS até os dias de hoje, pois qualquer reforma para ser aprovada deve ter pelo menos dois terços dos 191 votos da Assembléia Geral, assim como nenhum veto dos membros permanentes. Apesar da falta de consenso na maneira de se fazer a reforma, concorda-se que ela é necessária e o tema permanece em destaque nos últimos anos. Mesmo alguns dos membros Permanentes do CS reconhecem a necessidade de mudança.

“Isso representa o consentimento obrigatório dos Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. Reconhecendo que na assembléia as negociações são descentralizadas e, portanto, mais flexíveis, os EUA se tornam, no contexto atual, o único dos cinco membros permanentes a não se posicionar oficialmente a favor.” (Brant, 2008)

Por conseguinte, o Brasil continua sua campanha em busca de um assento permanente caso a reforma se concretize e, para isso, tem feito um enorme esforço diplomático pelo mundo em busca de apoio a essa pretensão. França, Rússia, China, Índia, Alemanha, Japão, Irã, Portugal, Uruguai, África do Sul, entre outros, são exemplos de atores que apoiam a entrada do Brasil como membro permanente.

A vontade brasileira em se tornar membro permanente do CS enquadra-se na estratégia diplomática brasileira de ser um dos atores mais importantes no sistema internacional, pois fazer parte deste selecto grupo significa participar na tomada de decisões relevantes, já que o conselho é o órgão responsável pela paz e segurança mundial e suas decisões tem carácter obrigatório. Caso a proposta brasileira de se tornar membro permanente do conselho seja aprovada, ele elevaria seu 'status' no sistema internacional e passaria a ser um ator central deste, o que também contribuiria para ressaltar seu papel de Potência Emergente.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Comunicação Internacional como um campo de estudo

O primeiro capítulo desta dissertação foi dedicado ao enquadramento do tema, onde expôs-se o papel do Brasil no contexto internacional ao apresentar suas características de potência emergente. Também falamos na importância do Conselho de Segurança da ONU e da vontade brasileira de tornar-se um membro permanente deste, elevando assim sua relevância no cenário internacional, o que faz parte dos objetivos da política externa do país. Já este segundo capítulo será dedicado a fundamentação teórica da investigação, no qual será abordada outra questão fundamental para a pesquisa: a importância da mídia na reprodução e propagação da imagem brasileira e o seu papel cada vez maior nas Relações Internacionais.

A comunicação internacional como campo de estudos adquiriu grande ênfase, principalmente, com as atividades humanas e o alto desenvolvimento tecnológico ocorridos na metade do século passado. Pode ser considerada um campo de estudos dentro das Relações Internacionais, mas também pode ser estudada na área de Ciências da Comunicação, uma vez que aborda os dois setores. Alguns são os exemplos dos pesquisadores que usaram paradigmas da comunicação nos estudos das relações internacionais e vice-versa. Podemos citar o exemplo de estudiosos como Karl Deutsch, Richard Merritt e Carl Clark, Charles McClelland, entre outros. (Mowlana, 1997, p. 11).

A interferência dos meios de comunicação nas relações internacionais estimula a introdução de conceitos que originalmente são estudados na área de Ciências da Comunicação, como por exemplo, meios de comunicação de massa (mass media), agenda-setting, opinião pública, entre outros, nos estudos das relações internacionais. As duas áreas são bastante interligadas, principalmente, se estamos nos referindo ao fluxo de informação internacional impulsionado através da globalização.

Segundo Fadul, durante a década de 70, com o aceleração do processo da globalização, o setor econômico não foi o único a ser afetado, paralelamente vamos nos deparar com a influência da globalização na área da comunicação, com o desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas tecnologias de comunicação, informática e telecomunicação, as quais contribuem para minimizar a noção de tempo e espaço. (Fadul e Moreira, 2007, p. 02).

Atualmente, o número de estudos sobre comunicação internacional é significativo, principalmente, após os avanços tecnológicos no setor, que acarretaram em numerosos artigos e livros sobre o assunto. Entre as abordagens mais conhecidas podemos citar “ a era da informação”, “ sociedade da informação”, “ sociedade informática”, entre outros, os quais deslocaram paradigmas até então predominantes na área de estudos, como por exemplo, “sociedade agrária”, “sociedade industrial” e “sociedade pós-industrial”.

O problema, salientado por Mowlana, nesses novos campos de estudo é que eles não refletem a realidade de muitas sociedades, onde o desenvolvimento tecnológico ainda não é tão alto. Além de não transmitirem a devida atenção para fatores culturais e psicológicos, os quais mudam de forma rápida e constante durante o processo de estudo. Ele também salienta a distinção que deve ser feita na definição do processo de comunicação intercultural e internacional e na descrição e análise deste processo, ressaltando que a comunicação intercultural e internacional como campo de estudos é mais facilmente definida do que o processo em si.

De qualquer forma, Mowlana também fala sobre a dificuldade em separar a área de comunicação intercultural da comunicação internacional. A primeira cresceu na década de 90 como zona de estudo e pesquisa, ressaltando que ela também deve levar em consideração questões políticas e económicas, da mesma forma que a comunicação internacional não deve menosprezar questões culturais e linguísticas no seu estudo. Dessa forma, as duas áreas estão interligadas e não devem ser estudadas de forma separada. (Mowlana, 1997, p. 05).

Segundo Gilboa, outra abordagem de estudos na comunicação internacional está sendo trabalhada recentemente. A chamada Teoria do Efeito CNN estuda a interferência das coberturas jornalísticas em tempo real feitas pela televisão na política externa, tendo seu foco, principalmente, nas coberturas de guerras étnicas e civis, além de questões humanitárias. Muitos estudiosos estão desenvolvendo essa nova teoria para tentar explicar os efeitos da cobertura televisiva na política externa. (Gilboa, 2005, p. 28). A Teoria do Efeito CNN será abordada de forma mais profunda nessa dissertação, quando analisarmos o impacto da mídia na política externa.

Quatro são as abordagens utilizadas por pesquisadores, governos, profissionais da mídia e indivíduos ao estudarem a comunicação internacional. Entre elas: idealística-humanística, proselitismo político, poder económico e poder político. (Mowlana, 1997, p.06). A abordagem idealística-humanística caracteriza a comunicação internacional

como um meio de unir as pessoas e as nações, além do poder de contribuir com organizações internacionais a fim de servir a comunidade mundial, tendo como exemplo garantir a paz mundial. Ela vem sendo criticada por ser uma abordagem idealista, a qual possui certos problemas. Entre eles devemos destacar a impossibilidade de atingir seu objetivo, quando falamos da transferência de informação e valores para os indivíduos. Devidas as diferenças culturais, cada pessoa é única e possui uma “bagagem” de valores e conhecimento construídos a partir de informações recebidas ao longo de sua vida. Dessa forma, só uma pequena parte dos seus valores é que são susceptíveis a influência de informação.

“Every person’s knowledge and value system is unique and reflects the accumulated image of all the messages he or she has received. There are no facts, only a changeable value system and images that are malleable and open to socializing influences.” (Mowlana, 1997, p. 07).

Outra crítica a abordagem humanística é sobre a variação de idéias, neste caso, em relação a paz mundial. Em sociedades diferentes, com pessoas diferentes, o significado de paz mundial para um, pode não ser o mesmo para outro. Principalmente, se temos sociedades ideologicamente diferentes, como o imperialismo. Em outras palavras, apesar da existência de um pensamento predominante de mundo ideal e de paz, é praticamente impossível não existir oposição, mesmo que seja pequena. Para além, podemos falar na diferença de pensamento existente nas sociedades. Quando partimos do pressuposto de que todos pensam da mesma forma, não existirá mudança, pois é a partir do pensamento diferente que surge o progresso, ou seja, o progresso humano surge de indivíduos que discordam com as normas e linhas de pensamento existentes.

Já a abordagem do proselitismo político vê a comunicação internacional como forma de propaganda e publicidade, principalmente, governamental, além de servir para o confronto de idéias e a criação de clichés e mitos. O proselitismo necessita de algum tipo de autoridade política para possibilitar a manipulação das pessoas, por isso é usada constantemente na relação entre Estados nas últimas décadas.

As críticas em torno desta abordagem são referentes ao fato dela ocasionar uma falta de confiança em torno da mídia internacional, pois leva as pessoas a acreditarem na utilização dos meios de comunicação com o propósito de manipular os indivíduos. Dessa forma, como é chamada por Mowlana, a “Guerra de idéias” tem sido acusada de patrocinar a rivalidade ideológica, a qual alimenta a intolerância entre as nações e

peças, aqui, podemos ressaltar que a comunicação internacional é acusada de patrocinar tensões internacionais, se não intencionalmente, pela falta de promoção de soluções pacíficas.

A terceira abordagem vê a informação no contexto internacional como forma de poder económico mais subtil. Ela é usada principalmente para negócios, comércio, marketing, transferência de tecnologia, entre outros. Podemos afirmar que ela é utilizada sobretudo na dominação de países periféricos por países desenvolvidos, pois os primeiros, através da “modernização”, vão adotar formas de comportamento dos segundos, também tornando-se mais fáceis de controlar. Já a última abordagem; vê a informação como poder político, sendo que essa assume a forma de notícias e dados, e é considerada neutra e livre de valores. Podemos citar como instrumentos de informação políticas: agências de notícias, programas televisivos, produção literária e de cinema, que saem de um país para outro levando conteúdo cultural, podendo dessa forma influenciar o país receptor.

Como as orientações idealística e do proselitismo político, essas duas últimas também são bastante criticadas. Para as orientações política e económica, a informação é uma fonte de poder, estando no mesmo patamar que o petróleo e urânio, por exemplo. Em uma sociedade baseada na informação, esta virou uma forma de recurso internacional, podendo ser usada para manipulação das pessoas, utilizando o exemplo da transmissão televisiva parte-se do pressuposto que teremos a habilidade de manipular os telespectadores. Em outras palavras, informação significa poder e através da sua utilização pode-se conseguir atingir efeitos no desenvolvimento político, social e económico.

Apesar da capacidade de comunicar-se com outras pessoas pelo mundo ter crescido nos últimos anos através do desenvolvimento tecnológico, ainda são muitos os países sem o progresso tecnológico necessário. Muitas são as sociedades que não dispõem de uma estrutura de comunicações para possibilitar essa troca de informações. Dessa forma, podemos destacar que a tendência em monopolizar a comunicação está crescendo. Com o final da União Soviética, a luta por uma chamada igualdade ao acesso de informação cedeu lugar a economia de mercado e ao capitalismo, liderada pelos EUA e pela União Europeia. Consequentemente, podemos dizer que a comunicação global não é universal, com o monopólio da informação restrito a alguns. (Mowlana, 1997, p. 08).

Essas são as quatro abordagens da comunicação internacional utilizadas por estudiosos, governos e os profissionais da mídia para descrever a comunicação internacional. Como pode ser constatado, as abordagens estão interligadas entre si e podem ser utilizadas em um mesmo estudo. Para fins de estudo desta dissertação, utilizaremos conceitos das áreas de Ciências da Comunicação e relações internacionais, uma vez que como foi descrito no começo deste tópico, elas estão interligadas.

2.2 Comunicação global: a relação entre os meios de comunicação e a Política Externa

Um dos pontos importantes a ser debatido é o impacto da comunicação global na política externa dos países. Esta questão está relacionada com as mudanças no sistema internacional e com o desenvolvimento tecnológico. Em um mundo globalizado, onde as fronteiras são abolidas e a informação chega às nossas casas de forma constante e rápida, os meios de comunicação têm desempenhado uma função cada vez mais importante na formação da opinião pública, pois eles conseguem levar informação rápida para pessoas em praticamente todos os lugares do mundo, contribuindo na criação da imagem que elas têm do assunto, no caso desta dissertação, a imagem política do Brasil. Em outras palavras a comunicação trabalha na reprodução da imagem junto a sociedade, assim, a mídia ajuda na formação da idéia que as pessoas têm sobre determinados aspectos, nessa investigação, sobre o Brasil como ator internacional.

Por influenciarem a opinião pública, podemos ressaltar que os *mass media* têm desempenhado um papel crescente nas relações externas entre estados e, exatamente por isso são objeto constante de investigação, pois em um mundo sem fronteiras, a comunicação global pode ser considerada um ator no próprio processo da política externa, uma vez que passa a condicionar a tomada de decisão política, seja contribuindo na formação da opinião pública, como por exemplo, durante a segunda Guerra mundial onde as rádios serviram para fazer propaganda do Estado; ou como em alguns casos, usada como fonte de informações sobre acontecimentos internacionais, situação muito comum na atualidade.

Taylor afirma que, “if a statesman wants to make a public statement or send a message across the world, he has the option of doing so on CNN rather than through traditional diplomatic channels.”(Taylor, 1997, p. 58). Gilboa também fala na utilização dos meios de comunicação para enviar mensagens. “... policy makers now bypass established diplomatic channels, using the new technologies of global communication to transmit nonsecret messages directly to leaders of state and nonstate actors as well as to their respective public.” (Gilboa, 2002, p. 737).

Para O’Heffernan, o desenvolvimento da relação entre a mídia e a política externa modificou-se, principalmente, devido ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa. Satélites, sistema de cabos, estações de rádio difusões, são alguns exemplos de “ferramentas” que possibilitam a transmissão de informação rápida

por todo o mundo. O surgimento dessas tecnologias facilitou que programas de televisão de qualquer parte do mundo fossem transmitidos em vários países. (O'Heffernan, 1991, p.04). Atualmente, outros são os instrumentos que possibilitam a propagação rápida da informação, podendo ser dado destaque a desenvolvimentos tecnológicos baseados em computadores e à ampliação do uso da internet. Entre as novas ferramentas pode-se destacar a televisão em alta definição, computadores multimídias, jornais eletrônicos, transmissões radiofônicas digitais, satélites de transmissão direta, bancos de dados portáteis, entre tantas outras ferramentas desenvolvidas e aprimoradas com o passar dos anos. (Dizard Jr, 2000, p.22).

Para além, a revolução tecnológica não afeta apenas as transmissões televisivas, mas também coberturas feitas através de jornais e revistas, as quais passam a receber imagens fotográficas tiradas por satélites de qualquer lugar do mundo. Podemos ressaltar também que o surgimento de revistas especializadas, contribuiu para a criação de um mercado interessado em informação internacional, para além de notícias sobre celebridades ou esportes. (O'Heffernan, 1991, p.04).

As transformações tecnológicas não afetaram apenas os meios de comunicação, mas também a relação destes com a política externa dos Estados, pois contribuem na propagação de informação sobre acontecimentos internacionais, como por exemplo, guerras, conflitos, lugares onde se constroem armas nucleares e químicas, e desastres ambientais; possibilitando assim que as pessoas recebam notícias de lugares afastados, as quais na maioria das vezes os governos preferem manter em sigilo e longe do conhecimento público.

Na era tecnológica e da comunicação de massa em que vivemos, é praticamente impossível conseguir manter o sigilo das informações. Entre os acontecimentos divulgados pelos meios de comunicação de massa podemos citar; o desastre nuclear de Chernobyl, as preparações secretas para o lançamento de um ônibus espacial Soviético, os testes nucleares Soviéticos, as bases de mísseis chineses na Arábia Saudita e as plantações de cocaína na América do Sul; todos estes acontecimentos foram fotografados e vendidos através do sistema de satélites Space Media Network (SMN). Criado em 1985, o SMN vende fotografias de satélites para empresas de televisões e organizações de notícias. (O'Heffernan, 1991, p.01).

Atualmente, outras empresas além do SMN também oferecem esse tipo de serviço. A comercialização e divulgação de imagens tiradas através de satélites são características da expansão da comunicação de massa pelo mundo, marcado,

especialmente pela televisão e, posteriormente, pela internet. Entre as ferramentas que mudaram a transmissão televisiva e a rapidez com que a informação chega em nossas casas, podemos citar a invenção da *minicam*, a comunicação de satélites e o sistema de cabos. Eles têm possibilitado a difusão de notícias, programas de entretenimento e informação de qualquer parte do mundo.

A *minicam*, por exemplo, é pequena e leve, podendo ser utilizada por uma pessoa facilmente. Esse instrumento é bastante comum entre *freenlancers* e produtores independentes, os quais fazem imagens e programas para serem vendidos ao mercado de notícias internacionais. Com a ajuda de um equipamento de transmissão portátil, eles são capazes de enviar informação para qualquer lugar em questão de segundos.

Esses desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram uma explosão da comunicação global, onde desde nações desenvolvidas como subdesenvolvidas são bombardeadas por notícias e programas oriundos de fora de suas fronteiras. Entretanto, podemos ressaltar que apesar da explosão da comunicação global, a produção de informação continua a ser dominada pelos Estados Unidos. Já na década de 70, o país exportava mais programas do que qualquer outro país, cerca de 170 mil horas de programação.

“During the 1970s, the U.S. exported approximately 150,000 hours of programming per year - more than three times the combined exports of the next three countries combined. Today, the U.S. exports almost that much programming each week. U.S. TV exports are projected to reach \$1.4 billion in 1990, four times the exports from Europe, its closest competitor.” (O’Heffernan, 1991, p. 04).

Desde então, o número já aumentou bastante e, apesar de atualmente a quantidade de países com grande capacidade de produção televisiva estar crescendo, os EUA ainda possuem dominância na área, para além de serem detentores de uma enorme quantidade de emissoras de televisão, rádio e impressos.

“A indústria americana de mídia é muito grande e diversificada para ser traduzida em generalizações simplistas. Ela inclui mais de 1.500 estações de televisão, 12.000 estações de rádio, 11.000 sistemas a cabo e 15.000 jornais e periódicos, entre outros recursos.” (Dizard Jr., 2000, p. 20).

Paralelamente a revolução tecnológica, as próprias transformações ocorridas no sistema internacional também irão contribuir na participação dos *mass media* na política externa dos países. Com o fim da guerra fria, observa-se o surgimento de novos conflitos e preocupações. A agenda bilateral que até então predominava nos meios de

comunicação vai abrir lugar para outras matérias importantes. Atualmente, a cobertura midiática internacional não se limita apenas a conflitos internacionais, mas também a outras notícias que ganharam interesse público, como por exemplo, desastres ambientais, drogas, terrorismo, aquecimento global, crise econômica, conflitos entre Estados ou crises internas, e crises humanitárias.

Uma outra mudança importante foi o surgimento de atores não-Estatais, como empresas multinacionais, Organizações Multilaterais e Organizações Não-Governamentais, as quais fazem campanha para objetos de seu interesse, chamando a atenção dos meios de comunicação para as questões em causa, mobilizando, dessa forma, a opinião pública e, conseqüentemente, fazem pressão nos governos.

Todas as mudanças atravessadas pelos meios de comunicação e pelo próprio sistema internacional vão contribuir para modificar a relação deles com a política externa, uma vez que a comunicação global passou a interferir no processo diplomático entre os Estados, tornando de interesse público assuntos antes considerados longínquos e elitizados; e promovendo, dessa forma, o fim da posição privilegiada na qual encontravam-se os diplomatas, alheios as pressões da opinião pública. Até final do século XIX, os assuntos externos dos países não afetavam a opinião pública.

“...in Britain, while democratisation and public accountability advanced only very slowly in the late nineteenth century, the foreign secretary and His officials prided themselves on their detachment from the changing moods of public opinion...” (Taylor, 1997, p. 59)

Este distanciamento entre os acontecimentos internacionais e a interferência no cotidiano nacional terá fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, pois ela irá trazer uma nova realidade até então distante e, a partir daí, os assuntos externos passam a interferir no dia-a-dia das pessoas com a guerra chegando em suas portas. Dessa forma, os assuntos externos deixam de ser uma matéria apenas de âmbito político, praticamente tratados de forma sigilosa, e passam a despertar interesse na opinião pública. Durante essa época, a relação entra a imprensa e os responsáveis pela política externa caracterizava-se pela cooperação, onde os jornalistas agiam como “aliados” dos diplomatas a fim de convencer a opinião pública da necessidade da guerra. (Taylor, 1997, p.59).

Com o passar dos anos, irá reforçar-se a importância da mídia para a política externa. Antes e durante a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os governos já haviam percebido a influência da imprensa na formação da opinião pública. Entre os Chefes de

Estado que sensibilizaram-se com o poder dos meios de comunicação de massa, podemos citar Roosevelt (EUA), Churchill (Reino Unido) e Hitler (Alemanha), os quais usavam a mídia, principalmente, a rádio para conseguir apoio popular para suas causas. Nessa época, os *mass media* já podiam ser considerados a principal fonte de informação internacional o que levou os governos a preocuparem-se com o papel desempenhado por eles na diplomacia, pois, apesar da contribuição trazida para a política externa, os meios de comunicação são instituições comerciais, as quais vivem de publicidade e venda.

Naturalmente, segundo Taylor, surgiu uma preocupação entre os responsáveis pela política externa em não deixar os interesses nacionais nas “mãos” de empresas que privilegiavam, principalmente, o lucro. Entretanto, juntamente a essa preocupação da natureza comercial dos meios de comunicação, notou-se por parte dos políticos a necessidade de investir na relação com a mídia, a fim de garantir versões oficiais dos acontecimentos. (Taylor, 1997,p.61)

Podemos ressaltar o surgimento de Departamentos de Comunicação e Relações Públicas para lidar com a imprensa; os governos vão passar a liberar *press releases*, fazer conferências de imprensa, marcar entrevistas, entre outros, objetivando a inserção de versões oficiais na cobertura jornalística. (Taylor, 1997,p.61). Gilboa fala que, atualmente, os líderes políticos também usam os meios de comunicação como instrumento de negociação e mobilização de apoio para suas causas. (Gilboa, 2002, p.741).

“Almost all governments around the world set up “information” and “propaganda” agencies, hired public relations firms, and organized regular and systematic “briefing” meetings...” (Mowlana, 1997, p.08)

Outra questão sublinhada por Taylor é a mudança na relação entre os meios de comunicação de massa e os responsáveis pela política externa, que a princípio era caracterizada pela cooperação e depois vai sofrer uma modificação com a mídia mais preocupada em noticiar fatos do que em manter uma boa relação com suas fontes. Podemos citar como exemplo disso o caso Watergate nos EUA durante a década de 70¹⁴. (Taylor, 1997, p.64).

Além da questão comercial, a própria natureza do trabalho dos jornalistas está entre as principais causas para essa transformação. Devemos destacar os problemas dos

¹⁴ O caso Watergate, como ficou conhecido, foi um escândalo de corrupção durante o Governo Nixon na década de 70 e que depois de noticiado pelo jornal “The Whashington Post” tornou-se um escândalo nacional e culminou com a renúncia do presidente.

tipos de profissionais contratados, os quais podem ser “staffers” ou “short-term-contract”¹⁵.

Os primeiros visam um bom relacionamento com suas fontes, que no caso de notícias internacionais são os próprios membros dos governos. Ao longo do tempo, eles são capazes de construir uma relação de confiança com as fontes e as vezes sofrerem influência delas para atrasar a divulgação de uma notícia ou não, com a convicção de ser melhor para os interesses nacionais ou mesmo para suas carreiras, pois caso contrário podem colocar em risco a relação de confiança construída. Já os “short-term-contract”, por ficarem pouco tempo no cargo, não têm o mesmo relacionamento de confiança e é mais difícil preocuparem-se se a informação é prejudicial ou não para os interesses nacionais.

Outro ponto que devemos ressaltar é a forma como é feita a cobertura jornalística. Uma das reclamações dos diplomatas em relação aos meios de comunicação é sobre o chamado efeito “parachute journalism” ou “firefighting tendency”, fenômeno que consiste em vermos alguma questão ser noticiada de forma constante pelos meios de comunicação os quais chamam a atenção das pessoas e dos políticos para o assunto, que fica em evidência durante alguns dias, e de repente, desaparece da primeira página dos jornais deixando a entender que a situação já está resolvida, o que muitas vezes não é verdade, apenas a mídia perdeu interesse no assunto. (Taylor, 1997, p. 61).

Também devemos destacar o problema da fraca apuração. Apesar de contribuírem para a divulgação dos fatos, uma preocupação constante na cobertura midiática dos acontecimentos internacionais é a questão da apuração, pois muitas vezes a rapidez com a qual se noticia um acontecimento internacional não deixa tempo suficiente para os jornalistas aprofundarem o assunto, o que acarreta a publicação de histórias pouco apuradas e sem muita profundidade dos fatos. A falta de profissionais especializados em temáticas internacionais contribui para a fraca qualidade na apuração e aprofundamento nos assuntos retratados, causando preocupação entre os diplomatas sobre a carência de entendimento do assunto pelos jornalistas ao fazerem a cobertura de um conflito, os quais não sabem as reais causas do que está acontecendo e podem passar informação incoerente para a população.

¹⁵ Os staffers seriam os profissionais com contrato a longo termo que já estão há vários anos no cargo, já os short-term-contract são jornalistas com o contrato a curto prazo, como os freelancers.

A falta de profissionais especializados em temáticas internacionais é consequência das mudanças ocorridas nas empresas de comunicação. Com o final da Segunda Guerra mundial, podemos observar o fechamento de diversos jornais, tendo como principal causa a imigração de boa parte dos consumidores de jornais e revistas para a televisão e, posteriormente, para a internet. Mesmo os jornais e revistas que sobreviveram ao fenômeno televisivo tiveram um corte nos gastos, inclusive no número de correspondentes. Durante o ano de 1945, os jornais americanos empregavam cerca de 2500 correspondentes internacionais. Esse número será reduzido para menos de 500 durante a década de 70. O custo para manter correspondentes é muito alto, pois além da deslocação de pessoal e material, podem ser incluídas nas despesas a hospedagem e alimentação, muitas vezes por tempo indeterminado. (Taylor, 1997, p.66).

O surgimento de agências de notícias também contribui para isso, pois é mais econômico comprar informação dessas agências do que enviar profissionais para os locais. Para além, a própria crise econômica vivenciada pelos meios impressos nos últimos anos associada a fatores como a concorrência digital, a diminuição da publicidade, entre outros, levou a grandes despedimentos e, conseqüentemente, também a diminuição de correspondentes.

A ascensão da televisão, a crise econômica no meio e o alto custo para enviar profissionais especializados; estão entre as principais causas da preferência dos impressos em optarem por freelancers locais para a cobertura de algum acontecimento internacional. Como já foi referido, isso pode acarretar uma cobertura pouco aprofundada do fato. Também podemos destacar que esse tipo de profissional está mais susceptível de influência tanto das organizações midiáticas como dos políticos. De qualquer forma, a diminuição no número de correspondentes enviados não quer dizer que teremos poucos jornalistas a cobrir um evento internacional, mas ao contrário disso, observamos que em grandes acontecimentos temos a presença de muitos jornalistas no local, em sua grande maioria freelancers, fazendo o conhecido “circo da mídia”.

Atualmente, outra questão está modificando o funcionamento dos meios de comunicação e, conseqüentemente, a sua relação com a política externa. A chamada “nova mídia” baseada, sobretudo, nas novas tecnologias e na propagação do uso da internet vai interferir no processo de política externa, uma vez que é marcada pela velocidade da transmissão de informação e por uma maior interação junto ao público, o qual também passa a participar no processo comunicativo seja como fonte de informação ou mesmo comunicadores. A principal causa dessas mudanças é o

desenvolvimento de novas tecnologias como câmeras digitais, celulares com câmeras, computadores portáteis, discos rígidos, entre outras ferramentas que alteram a capacidade de coletar, armazenar e transmitir informação, instrumentos esses que habilitam qualquer pessoa a enviar informações para qualquer lugar do mundo e a qualquer momento. Dessa forma, essa nova mídia também contribui na propagação de informação internacional e tem um impacto determinante na política externa actualmente, uma vez que boa parte das pessoas procura informação digitalizada.

Todas as questões mencionadas neste tópico são características dos meios de comunicação e estão presentes na relação deles com a política externa, fazendo parte do que chamamos actualmente de comunicação global. Como foi referido até agora, o advento dos meios de comunicação interferem no processo diplomático, situação que abordaremos a seguir.

2.3 Impacto na Política Externa

“It has become obvious, in conducting foreign policy, that the press plays a critically important role. The press can either make or break a foreign policy initiative.” (Cyrus Vance cit in. O’Heffernan, 1991, p.37).

O fluxo de informação de política externa sempre foi uma das formas tradicionais de comunicação internacional. Desde o surgimento dos modernos Estados-Nação e do sistema político internacional, constatamos a existência desse canal de informação. Durante essa época a política externa era caracterizada, como afirma Mowlana, “by a small group of national elites, using interpersonal forms of communication”. (Mowlana, 1997, p.08). Desde então, a tradicional forma de fazer política externa irá passar por uma série de mudanças, principalmente, por causa do advento tecnológico das últimas décadas, que passam a interferir no processo. Aqui podemos ressaltar o papel dos meios de comunicação nessa transformação.

Os meios de comunicação de massa estão intrometendo-se no processo de política externa, seja na forma como as notícias são enfatizadas, no tom ou estilo em que são divulgadas, os *mass media* estão tendo impacto no trabalho da política externa e em seus resultados. (O’Heffernan, 1991, p.61).

Segundo Taylor, a participação da mídia na política externa pode ser constatada desde a Primeira Guerra Mundial, naquela época eles já eram considerados a principal fonte de notícias internacionais. Jornais, rádios e o cinema encarregavam-se de transmitir informação para as pessoas, papel hoje também desempenhado pela televisão e internet, os quais actualmente são os principais responsáveis pela divulgação da informação internacional, nos contando sobre guerras, desastres ambientais, eleições, ataques terroristas, entre outros acontecimentos pelo mundo. (Taylor, 1997, p. 60).

Aqui devemos destacar o papel da televisão, seguida pelo da rádio, no impacto que os meios de comunicação estão tendo na política externa, uma vez que a TV substituiu os meios impressos como o maior difusor de notícias e, dessa forma, modificou o impacto político da informação pelo mundo, destacando, principalmente, a importância da imagem nesse processo, pois através dela é possível obter um grande impacto nas pessoas.

“When it comes to distant but important events, even all the Foreign Office cables do not have the same impact as a couple of minutes of news video. Before the days of video cameras people might have heard about

atrocities, but accounts were often old and disputed. The cameras are not everywhere. But where the cameras operate, the facts are brutally clear.” (Douglas Hurd cit in Taylor, 1997, p.75.)¹⁶

Várias são as formas na qual a televisão interfere no processo de política externa, podemos citar como exemplos, a utilização deste meio para influenciar outros governos, já que muitos políticos usam-na para enviar mensagens tanto para governos, os quais não podem ser contactados de outra maneira, como para as pessoas de outras nações; além de fazer “lobbies” das suas causa. Aqui devemos destacar o uso dos meios de comunicação por parte dos políticos para atingirem determinados objetivos. O’Heffernan destacou o uso dos *mass media* por decisores políticos como ferramenta para suas causas. Exemplo disso foi o uso dos meios de comunicação por Carter, Begin e Sadat no processo de paz entre Israel e Egito. Nesse caso, Sadat soube usar bem a mídia a seu favor e terminou por acelerar o processo político.

“The announcement was a masterful use of mass media by Sadat. In one stroke, the televised broadcast made Sadat a hero at home, moved American and Israeli policy makers to take quick action, affected other Arab governments, and strengthened domestic support for his policy.” (O’Heffernan, 1991, p.12).

Também devemos ressaltar a utilização da televisão como ferramenta por ONGs e terroristas, os quais buscam chamar atenção para suas causas e fazer pressão aos governos através dela. O caso do avião da TWA 847 sequestrado em 1985, onde o governo de Israel cedeu a parte das exigências terroristas¹⁷ exemplifica como os terroristas usam a mídia para pressionar os governos e provocar respostas deles.

Para além da utilização dos *mass media*, nesse caso a televisão, por terroristas e ONGs podem ser observadas várias maneiras de interferência dos meios de comunicação em geral, entenda-se rádio, televisão, impressos e os meios digitais, na política externa. Entre elas estão o fato de serem uma rápida fonte de informação, a interferência na elaboração de políticas, a influência que tem na agenda política (agenda-setting) e na formação da opinião pública.

O’Heffernan afirma que utilizados como rápida fonte de informação, os meios de comunicação podem interferir no trabalho da política externa de várias formas. Entre

¹⁶ Douglas Hurd foi Secretário de Assuntos Externos do Reino Unido no final da década de 80 e início da década de 90.

¹⁷ O avião da TWA foi sequestrado quando fazia o trajeto da Grécia para a Itália. Os terroristas desviaram o avião para Beirute, no Líbano, onde exigiram a libertação de prisioneiro libanês, em sua maioria de origem muçulmana xiita, os quais estavam detidos em Israel. Caso as exigências não fossem cumpridas, eles ameaçavam matar os passageiros, na sua maioria, de origem americana. Apesar do governo Reagan afirmar não negociar com terroristas, Israel acabou aceitando a libertação de 34 prisioneiros.

elas, os políticos podem usá-los para obter informação útil imediata, ou seja, eles vêm os meios de comunicação como a mais rápida fonte de informação sobre eventos importantes que estão ocorrendo pelo mundo. Em outras palavras, os *policy makers* concordam em afirmar que a mídia é a mais rápida fonte de informação sobre política internacional, mas divergem em pontos como a utilidade dessa informação na tomada de decisão. Alguns acreditam que a sua interferência é limitada, para outros ela atrapalha na tomada de decisão. (O’Heffernan, 1991, p. 37).

Outro ponto ressaltado sobre o uso dos meios de comunicação como rápida fonte de informação é a questão do aproveitamento da mídia pela política externa para tomarem decisões durante o estágio inicial de uma questão e o fato deles serem frequentemente as únicas fontes de informação durante crises internacionais. Essas também são questões nas quais os políticos divergem, mas de qualquer forma a maioria concorda que os meios de comunicação têm impacto na tomada de decisão durante o período inicial de uma crise, pois terminam por pressionar os governos a pronunciarem-se sobre a questão. Apesar disso alguns afirmam não constatar essa interferência ou falam que ela é pequena. Já em relação a serem a única fonte de informação durante crises internacionais, a posição dos políticos também não é unânime, mas a maioria vê a utilidade deles durante as crises e afirmam que são em muitos casos a maneira mais rápida de obter informação. (O’Heffernan, 1991, p. 40).

Para além, a informação midiática é enquadrada, frequentemente, como importante na elaboração de políticas. Apesar de ser vista como um acontecimento não muito frequente por alguns políticos, a interferência da mídia na política externa acontece. Dois são os aspectos que devem ser destacados no papel dos meios de comunicação na política externa: a intervenção diplomática da mídia durante negociações, uma vez que eles frequentemente obtêm acesso a “fontes” que o governo não consegue alcançar, como por exemplo sequestradores e terroristas; e a “diplomacia televisiva”, a qual se refere ao encontro de representantes nacionais na televisão. No primeiro caso, muitos políticos concordam na existência dessa intervenção, mas não a vêem como positiva afirmando que o diálogo e a negociação devem ser feitos por diplomatas e não por jornalistas. Já a “diplomacia televisiva”, não consegue acordo entre os diplomatas, uns a consideram positiva e outros negativa. (O’Heffernan, 1991, p. 53).

Para Gilboa o problema aqui é que muitos jornalistas terminam por assumir o papel de diplomatas, ultrapassando a linha que separa o trabalho de um repórter do

diplomata. Mas ele ressalta que em alguns casos os jornalistas contribuem para o diálogo entre as partes, como quando promovem debates televisivos entre chefes de Estado, os quais até então não concordavam em dialogar. Nessa situação, o trabalho do jornalista deve restringir-se apenas ao de entrevistador ou mediador, fazendo perguntas e controlando o debate. (Gilboa, 2002, p. 738)

A interferência dos meios de comunicação também pode ser constatada na agenda política, ou seja, a mídia está tendo influência em ditar que questões devem ter atenção dos políticos e do público. Essa participação dos *mass media* na agenda política é conhecida por agenda-setting, entenda-se aqui o processo pelo qual os meios de comunicação conseguem colocar em evidência determinada questão.

“em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.” (Shaw cit in Wolf, 2006, p. 144).

Como podemos verificar, a definição acima mostra o que é defendido pela hipótese do agenda-setting, aqui não se fala na persuasão dos meios de comunicação, mas na atuação deles em evidenciar temas sobre os quais as pessoas podem desenvolver um interesse e ter uma opinião. O papel dos meios de comunicação em atribuir questões sobre as quais as pessoas podem desenvolver algum interesse e opinião também é observada quando falamos nos assuntos externos, ou seja, os meios de comunicação colocam em evidência questões de âmbito internacional sobre os quais as pessoas devem ter conhecimento ou mesmo contribuem para determinar a agenda política de um Estado.

Em outras palavras, os *mass media* também atuam salientando questões internacionais as quais não seriam de importância para a política externa de um país, mas por causa da visibilidade conseguida através da mídia passam a ganhar destaque e uma maior importância por parte dos governos, conseguindo assim prioridade em frente a outros temas. McCombs afirma que além de colocarem temas em evidência a mídia também consegue conduzir as pessoas a saberem definir a importância de um tópico através da ênfase dada ou pela organização em que aparecem no jornal ou noticiário televisivo. Dessa forma, podemos destacar a contribuição da mídia em definir as

prioridades para o público, ou seja, tópicos proeminentes na cobertura midiática terminam por ser proeminentes na mente do público. (McCombs, S./D, p.01).

Outros pontos importantes sobre o agenda-setting são abordados por McCombs. Um é relacionado com o fato da influência da mídia não limitar-se apenas a parte inicial de chamar a atenção pública, mas ela vai mais além influenciando o processo comunicativo, pois contribui no entendimento e na perspectiva que temos dos assuntos. Devemos salientar o facto de como é feita a abordagem das questões pela mídia, a qual enfatiza alguns aspectos de determinado tópico deixando outros pontos fora do enfoque, isso termina por influenciar a visão do público sobre a questão, situação visível também na abordagem de temas internacionais.

Para além, os meios de comunicação não determinam sozinhos a agenda pública, outros fatores contribuem para o efeito, entre eles a nossa necessidade de orientação, ou seja, a necessidade de entender o ambiente ao nosso redor, caso um assunto seja novidade ou distante do nosso dia-a-dia, iremos procurar informações sobre ele e a maior parte dessa informação conseguimos através dos *mass media*. (McCombs, S./D, p.09).

Outro ponto que deve ser ressaltado é sobre a interferência dos meios de comunicação no processo político. Diferenciando a conduta da política externa em dois estágios, sendo o primeiro o processo de “*policy making*”, no qual consideram-se opções e posições para posteriormente tomar decisões dentro do ambiente em que se encontram as partes envolvidas; e o segundo refere-se a interação e diplomacia, onde apresentam-se as decisões tomadas e procura-se a sua implementação através do diálogo ou confrontação. De qualquer forma, Gilboa afirma que os meios de comunicação globais estão tendo impacto nos dois estágios e, para uma melhor análise de como eles atuam na política externa, ele os diferenciou em quatro tipos de atores: controlador, constrangedor, interveniente e instrumental.¹⁸ (Gilboa, 2002, p. 733).

A atuação da mídia como controladores, também conhecida como a Teoria do Efeito CNN, afirma que os meios de comunicação, nesse caso, a televisão global, agem como um ator direto e dominante na formulação de políticas de defesa e assuntos externos, principalmente, no contexto de intervenções humanitárias e militares. Esse fenómeno vem sendo sublinhado por diplomatas e políticos, especialmente, após o final da Guerra Fria, onde a política externa percebe a interferência dos *mass media*, os quais

¹⁸ Traduzido dos termos em inglês utilizados por Gilboa: controlling, constraining, intervening and instrumental.

fazem uma intensa cobertura midiática de conflitos e intervenções. A Guerra do Golfo (1990-1991), as guerras civis na Ruanda, Somália, Bósnia e Kosovo, e o protesto de estudantes na Praça da Paz Celestial, na China, em 1989, são exemplos de acontecimentos que tiveram uma abundante cobertura midiática e mostram a interferência da televisão na diplomacia, uma vez que nesses casos pode ser constatado a enorme presença da mídia e a constante divulgação de imagens, chamando a atenção do público para os acontecimentos. (Gilboa, 2002, p. 733).

Muitos estudiosos falam sobre a interferência da televisão global nos assuntos externos e ressaltam o seu crescente papel na política externa. Através da divulgação de imagens de conflitos muitas vezes chocantes, os *mass media* chamam a atenção da opinião pública e, conseqüentemente, dos políticos para a questão ao pressionarem os governos a agir.

O crescimento e diversificação da CNN influenciou tanto áreas da comunicação global como das relações internacionais. Entre as temáticas abordadas podemos citar: tecnologia, cultura, economia, saúde, terrorismo, direitos humanos, ambiente, opinião pública, entre outras. Durante a Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991, a cobertura feita pela rede televisiva CNN destacou-se e o sucesso das transmissões trouxe para a rede americana o status de ator global, o que levou a muitos estudos sobre o fenômeno e inspirou outras empresas a investirem na cobertura de crises internacionais. (Gilboa, 2005, p. 28).

“In the 1980s, these effects attracted limited attention from both academic and professional communities, but CNN’s coverage of the Gulf War encouraged greater investigations. The war marked a turning point in the history of communications and of CNN in particular, which brought about a similar change in scholarship on the networks.” (Gilboa, 2005, p. 28).

A cobertura em tempo real de conflitos que estão ocorrendo pelo mundo contribui na obtenção de reações poderosas e imediatas por parte dos governos, que são “obrigados” a agir por causa das pressões da opinião pública, situação que antes não acontecia. Atualmente, o fato da cobertura televisiva influenciar a tomada de decisão política e acelerar o ritmo da comunicação internacional, principalmente, quando nos referimos a transmissões em tempo real, está sendo associada ao novo papel desempenhado pela mídia o que ocasionou em vários estudos na área e o desenvolvimento de uma nova teoria sobre o Efeito CNN.

A Teoria do Efeito CNN fala, principalmente, sobre a influência da cobertura televisiva em conflitos e questões humanitárias, o que muitas vezes ocasiona uma rápida resposta por parte dos políticos, os quais não têm tempo para analisar a situação corretamente, podendo direcioná-los a tomar decisões precipitadas que, se não fosse pela televisão, seria avaliada de forma mais calma ou até mesmo não receberia nenhum tipo de intervenção por não fazer parte dos planos da política externa. Em outras palavras, ela investiga como a televisão atrai a atenção da opinião pública para determinadas crises, pedindo a intervenção dos políticos; intervenção esta a qual poderia não acontecer se não fosse pela presença da mídia no local.

Aqui devemos entender que nem todos os estudiosos estão de acordo nos efeitos que a cobertura televisiva tem na política externa. Essa “nova” teoria da comunicação internacional ganhou ênfase através da grande quantidade de conflitos televisionados nos dias de hoje e do impacto que elas estão tendo na tomada de decisão. Através das imagens, como por exemplo as de crises humanitárias, a televisão consegue sensibilizar a opinião pública para diversas questões, e conseqüentemente, fazer pressão nas autoridades. Para a Teoria do Efeito CNN os governos estão perdendo o controle político para a mídia.

Por ser um campo de estudos recentes, muito ainda tem de ser trabalhado sobre a Teoria do Efeito CNN, uma vez que qualquer pesquisa sistemática sobre o fenômeno da comunicação exige uma definição bem trabalhada, situação que ainda não acontece com o Efeito CNN. Pesquisadores dessa teoria ainda não entraram em acordo sobre uma definição e a variedade delas pode causar certa confusão. Para Feits o Efeito CNN refere-se a imagens televisivas que fazem os políticos intervirem em determinada situação, mesmo que isso não estivesse nos planos originais deles. (Feits *cit in* Gilboa 2005, p.29). Já Schorr a define como a forma em que as notícias afetam as decisões da política externa. (Schorr *cit in* Gilboa, 2005, p.29).

De qualquer forma, alguns estudiosos afirmam ser impossível a mídia por si só forçarem os governos a intervir em alguma situação, mas dependendo das condições, eles podem contribuir para tal e ter um efeito poderoso no processo político. Podemos citar os exemplos de Ruanda e da Somália. No primeiro caso, apesar das pressões da mídia, a intervenção não aconteceu. Já em relação a Somália, os *mass media* contribuíram para a intervenção na região ao estarem constantemente divulgando cenas da crise. Esses dois exemplos servem para refutar o poder atribuído aos meios de comunicação atualmente, que nem sempre conseguem pressionar os governos a

intervirem em determinada crise. Mesmo assim, apesar de muitos estudiosos levantarem várias dúvidas em relação aos meios de comunicação estarem tomando o controle da política externa, em diversos casos, como a Somália, podemos constatar a influência deles no processo de tomada de decisão política e em seus resultados.

Já no papel de ator constrangedor, os meios de comunicação não são vistos por assumirem o controle na formulação da política externa, como acontece na Teoria do Efeito CNN, aqui admite-se que a interferência dos meios de comunicação na política externa acontece e que eles a estão influenciando em várias dimensões, mas que ainda não existem evidências suficientes dos *mass media* terem um papel controlador. Para além, o contexto também é diferente, enquanto actor controlador os meios de comunicação são analisados em intervenções militares, no constrangedor a análise é em relação a tomada de decisão e o conceito relevante é o de política em tempo real, onde os meios de comunicação são apenas um dos diversos fatores que influenciam a política externa.

Gilboa afirma que atuando como constrangedor, apesar dos meios de comunicação atrapalharem o processo de política externa e reorganizarem prioridades, os diplomatas e chefes de Estado não sentem-se obrigados a tomar determinada decisão por causa da pressão feita por eles, aqui destacam-se a interferência na rapidez das transmissões midiáticas e na transmissão de informação. É através delas que os meios de comunicação vão interferir na política externa, uma vez que eles pressionam os Chefes de Estado a darem uma resposta rápida, que como já foi explicado, pode não deixar tempo suficiente para uma análise profunda da questão, acarretando em erros de julgamento. (Gilboa, 2002, p.736).

“The faster speed of diplomatic exchanges on global television presents major dilemmas to all the main participating actors in the foreign policy process: political leader, experts, diplomats, and journalists. Bescholoss (1993) argued that this speed may force hurried responses based on intuition rather than on careful, extensive policy deliberation, and this may lead to dangerous policy mistakes.” (Gilboa, 2002, p.737).

Como vimos na citação acima, atualmente, a rapidez nas transmissões midiáticas e na transmissão de informação está afetando os principais atores envolvidos na política externa inclusive, os jornalistas, que têm desempenhado um papel relevante na área, uma vez que devido a importância adquirida pelas notícias globais, eles terminam por possuir uma grande responsabilidade, pois são encarregados de transmiti-la para a

opinião pública, contribuindo assim na imagem que eles vão ter de determinado assunto.

Dessa forma, os jornalistas devem ter cuidado com o tipo de informação veiculado e estarem atentos para a veracidade dos fatos. Por sofrerem pressão das redes de notícias globais para transmitirem informação da forma mais rápida possível, eles estão susceptíveis de veicularem notícias incompletas ou mesmo incorretas, ou seja, apesar de estarem capacitados para transmitir imagens, a falta de tempo muitas vezes é um impedimento para os repórteres descobrirem o contexto e significado dos eventos, assim não deixando tempo suficiente para a reflexão e explicação dos fatos. Conseqüentemente, além de passar informação incorreta para a população, eles também vão guiar os Chefes de Estado e diplomatas, os quais os usam como principal fonte de informação, a tomarem decisões erradas baseadas nessas notícias. (Gilboa, 2002, p. 738).

Para além, ainda como ator constrangedor, Gilboa fala sobre o papel dos embaixadores e chefes de Estado na diplomacia tradicional, onde eles retinham o monopólio em várias áreas da política externa, podemos citar como exemplos disso, a representação de seus países, a comunicação da posição de seus governos sobre determinado assunto, a condução da negociação, adquirindo informação sobre os países onde se encontram e sugerindo que ações devem ser tomadas. Monopólio esse que mudou devido a interferência dos meios de comunicação.

Como já foi referido, com a interferência da mídia na política externa, o papel que antes era restrito aos *policy makers* agora depara-se com a intromissão dos meios de comunicação, os quais contribuem na transmissão de informação, uma vez que anteriormente a interferência midiática na política externa, essa era feita de forma direta entre os Chefes de Estado, os quais agora aproveitam-se dos meios de comunicação para enviar recados para outros. (Gilboa, 2002, p. 737).

Outro papel desempenhado pela mídia é o de ator interveniente, onde, no contexto de uma mediação internacional, os jornalistas passam a assumir a função de mediadores. Com a revolução da comunicação, principalmente, devido ao desenvolvimento tecnológico é possível constatar um número cada vez maior de jornalistas desempenhando o papel de “mediadores” em crises internacionais, essa situação pode ser constatada particularmente em condições onde não há comunicação entre as partes e também não existe uma terceira parte para ajudar no diálogo. O conceito aqui é o de intermediação política internacional. Já adiantamos nesse capítulo

sobre a ténue linha desse tipo de trabalho jornalístico, onde deve-se ter o cuidado de não ultrapassar o papel de jornalista e começar a assumir a tarefa dos *policy makers*.

A linha que separa o trabalho de um jornalista do diplomata é muito ténue nessas situações e não há um acordo entre os estudiosos sobre isso. Para alguns pesquisadores, como é o caso de Geyer e Newson, apenas por entrevistar líderes não disponíveis aos Chefes de Estado, os repórteres já estão ultrapassando essa linha. Mesmo assim, eles não dão nenhum critério para determinar se são apenas entrevistas ou mediações. Gilboa sugere que os jornalistas fazem mediação apenas quando eles debatem com líderes do outro lado representando a posição dos seus governos ou sugerem proposta para pôr fim a um conflito. (Gilboa, 2002, p. 738).

De qualquer forma, muitas são as situações em que os jornalistas estão assumindo o papel dos diplomatas, exemplo disso foi a performance do âncora Ted Koppel para ABC NEWS no programa *Nightline*, onde ele promovia o debate entre as partes buscando a resolução para os conflitos, e Walter Conkrite da CBS que entrevistou Saddam Hussein em Bagdá durante a Guerra do Golfo (1990- 1991) e contribuiu na organização da viagem de Sadat a Jerusalém (1977).

O primeiro contribuiu para que as partes observassem os objetivos de uma negociação, ajudando a remover barreiras e a cultivar suporte doméstico para um acordo. Já o segundo, tinha um estilo espontâneo de entrevistar e caracterizava-se por descobrir brechas para o diálogo e mesmo a tentativa de negociar em nome do seu país. Esses dois repórteres tinham a seu favor a credibilidade da sua imagem junto a opinião pública e mesmo de Chefes de Estado, o que lhes outorgava uma certa autoridade. Mesmo assim, os *policy makers* normalmente não vêem essa intervenção dos meios de comunicação como algo bom e preferem que a política externa seja feita por eles. (Gilboa, 2002, p. 739).

A mediação internacional feita por jornalistas também recebe críticas, levantando problemas éticos e profissionais, uma vez que a profissão exige objetividade e imparcialidade por parte dos seus profissionais. Assim, a partir do momento que eles tomam partido em questões internacionais, ao desenvolverem interesse por elas, eles comprometem o padrão profissional que estamos acostumados a ver por parte desta categoria.

A última hipótese levantada por Gilboa sobre a maneira da mídia atuar na política externa é a instrumental, onde o contexto relevante é o de resolução de conflitos e o conceito é o de diplomacia midiática. Aqui vamos nos deparar com a utilização da

mídia pelos líderes políticos na expressão de interesses e construção de suporte público para suas causas. Atualmente, podemos constatar o uso dos meios de comunicação pelos líderes para contribuir em negociações e mobilizar apoio para isso. Esse fenômeno é conhecido como diplomacia midiática, entretanto os estudiosos não entram em concordância na definição dela. De qualquer forma, Gilboa define a diplomacia midiática com o uso da mídia por líderes para expressar interesse em uma negociação, construir confiança e mobilizar suporte público para acordos; essa definição também será utilizada nesta dissertação. (Gilboa, 2002, p. 741).

A propagação dos meios de comunicação como instrumentos de política externa é algo muito comum nos dias de hoje. Na atualidade, muitos líderes estão optando por utilizar a comunicação global em vez da diplomacia tradicional para mandar mensagens ou mesmo melhorar sua imagem. Podemos constatar a diplomacia midiática através de atividades como: conferências de imprensa, entrevistas, visitas de Chefes de Estados e mediadores a países com os quais têm conflitos. Por exemplo, quando Mohammed Khatami foi eleito presidente do Irã em 1998, ele usou a CNN para mandar uma mensagem conciliadora para os EUA. Mais recentemente, em 2009, podemos falar da entrevista concedida por Raúl Castro, onde ele se mostrava disposto a dialogar com o presidente americano Barak Obama.

Dois componentes caracterizaram a diplomacia midiática durante o século XX: a grande exposição das negociações pela mídia e conversas diretas entre líderes políticos. Estes dois aspectos têm marcado a forma como a política externa vem sendo feita, principalmente, quando falamos de cimeiras ou reuniões entre líderes de todo o mundo, buscando pôr fim a conflitos ou apoio para suas ações. Essa “invasão” dos meios de comunicação na política externa traz alguns efeitos para a diplomacia: banalizam o trabalho dos embaixadores, quebram o impasse diplomático ao criar um clima propício para negociações e, por último, constroem um clima favorável para acordos. Esses são exemplos de como os meios de comunicação estão interferindo na política externa.

Apesar de alguns efeitos da presença da mídia serem vistos como positivo, não devemos esquecer que esse não é sempre o caso, uma vez que a participação dos meios de comunicação podem não ser bem sucedidas. Para além, esses tipos de eventos são sempre controlados pelos políticos que determinam as condições em que ele acontecerá, assumindo o papel de diretores e usando os jornalistas apenas como instrumentos, onde eles estão reduzidos a um papel secundário com o objetivo de angariar apoio público.

Dessa forma, o trabalho do jornalista fica comprometido, uma vez que nesses casos o controle da situação está a cargo dos políticos, os quais tentam administrar a informação, deixando, conseqüentemente, os repórteres incapacitados de fazer um balanço real dos fatos. Para além, a questão dos meios de comunicação estarem concentrados no momento em que os fatos ocorrem também pode ser um problema, pois é importante olhar para os acontecimentos com uma perspectiva histórica, analisando o porquê dele estar acontecendo e as conseqüências futuras, e não apenas mostrar aspectos momentâneos em busca da comoção pública, o que normalmente acontece.

Como vimos até o momento, as transformações ocorridas na comunicação e nos assuntos externos atribuíram um novo papel para a comunicação global na formulação e implementação da política externa. Nesse contexto, percebemos que os meios de comunicação estão interferindo no processo de política externa com algumas conseqüências positivas e negativas. Seja agindo como um actor controlador ou mesmo instrumental, várias são as evidências do impacto da mídia na política externa. Sendo uma rápida fonte de informação, a interferência na elaboração de políticas, na agenda política e na formação da opinião pública são exemplos de como eles estão agindo na política externa. Mesmo assim, apesar de concordarmos que existe um impacto dos meios de comunicação na política externa, os estudos na área ainda são insuficientes para analisar a participação da mídia nos assuntos externos e precisam ser melhor trabalhadas e desenvolvidas, utilizando principalmente áreas diferentes.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 Descrição da metodologia

Para realizarmos este trabalho, partimos da idéia de efetuarmos um estudo sobre a imagem do Brasil como ator político internacional, buscando analisar a importância que o Brasil adquiriu como potência emergente no sistema internacional. Usamos para isso o estudo de caso da sua propositura a membro permanente do Conselho de Segurança (CS) da ONU. Como foi evidenciado no primeiro capítulo desta tese, a temática é importante pois o Brasil tem ganho cada vez mais destaque internacionalmente.

A escolha da aspiração brasileira em se tornar membro permanente do CS como estudo de caso; surgiu devido à importância do assunto internacionalmente e do interesse do Brasil na questão, uma vez que são antigas as aspirações brasileiras de se tornar um ator com maior influência no sistema internacional, para além de ser uma questão de grande visibilidade.

Em busca de descobrirmos qual a imagem política do Brasil, decidimos basear o estudo na análise dos meios de comunicação, nesse caso, de jornais, uma vez que, como constatamos no segundo capítulo deste trabalho, além da mídia interferir no processo de política externa, ela contribui na construção e divulgação da imagem junto a opinião pública e aos políticos.

A pesquisa tem como questão de partida a seguinte pergunta: *Qual é a imagem do Brasil, enquanto ator político, construída pela mídia internacional?* A partir desta questão principal, surgem outras a que também se pretende responder na investigação realizada:

- Qual a opinião da mídia internacional em relação à propositura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU?
- Qual a imagem divulgada pela mídia sobre a capacidade do Brasil se tornar uma potência capaz de influenciar o sistema internacional?

Para realizar a pesquisa empírica adotamos uma metodologia de pesquisa que mescla duas estratégias complementares de investigação, as quais correspondem a análise qualitativa, onde usaremos a Análise Crítica do Discurso, e análise quantitativa de jornais, onde será usada a Análise de Conteúdo.

Segundo Bardin, a Análise de Conteúdo é um

“conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 2008, p.44).

Bardin divide a Análise de Conteúdo nas seguintes etapas: Pré-análise, codificação, categorização e inferência. A pré-análise “é a fase da organização propriamente dita”. (Bardin, 2008, p. 121). Normalmente, os objetivos dessa fase são “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. (Bardin, 2008, p. 121). Em outras palavras, durante a pré-análise é feita a delimitação do objeto de análise, a seleção do tipo de documento a ser analisado, uma leitura flutuante do mesmo, a formulação de objetivos e até mesmo hipóteses, sendo esta opcional, e por último, a constituição do corpus.

Na fase da codificação trata-se do material selecionado, onde os dados em bruto são transformados e permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo analisado.

“A codificação corresponde a uma transformação dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão...”. (Bardin, 2008, p. 129).

Já a categorização corresponde a fase onde dividimos as partes das mensagens analisadas em categorias, classificam-se os elementos que constituem um conjunto por diferenciação e depois reagrupamos de acordo com critérios definidos. Cada categoria é composta por características comuns dos elementos. Mesmo assim, a categorização não é uma etapa obrigatória da Análise de Conteúdo. (Bardin, 2008, p.145). Depois de todas essas etapas, chegamos a inferência, ou seja, deduzir de maneira lógica conhecimentos sobre o emissor da mensagem, sobre o seu meio ou sobre o impacto ao nível da recepção.

Usando a Análise de Conteúdo desenvolvemos a primeira fase da pesquisa empírica, analisando quantitativamente os dados. Aqui verificamos a importância e o tratamento dado ao tema, como é possível observar na primeira etapa do capítulo seguinte. Dessa forma, foi possível analisarmos a opinião que a mídia tem sobre a

propositura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, e conseqüentemente, responder a um dos objetivos desse trabalho.

Para responder as outras questões dessa dissertação, resolvemos empregar a análise qualitativa, e nesse caso, optamos por utilizar os princípios da Análise Crítica do Discurso que fala sobre como a linguagem é usada na produção e reprodução do poder. Enquanto na Análise do Conteúdo é possível trabalharmos com um corpus mais abrangente, a aplicação da ACD é mais viável quando utilizada para um corpus menor.

Segundo van Dijk, a análise de uma pequena passagem pode demorar muito tempo e ocupar um grande espaço. Dessa forma é preciso fazer opções e escolher as estruturas relevantes para o estudo. (van Dijk, 2005, p.38).

Para van Dijk, a Análise Crítica do Discurso trata principalmente de assuntos políticos e problemas sociais. Tem como foco de estudo os “modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominância na sociedade”. (Van Dijk, 2005, p.20). Segundo Coelho, o texto é apenas uma parte visível do processo comunicativo e a ACD “analisa o texto como parte integrante de uma (inter)ação específica, dinâmica e em tempo real, interação essa que pode fazer parte de uma determinada prática, estrutura ou processo social mais complexo.” (Coelho, S/N, p.7). Em outras palavras, a Análise Crítica do Discurso irá analisar o texto em determinado contexto. Tal é diferente da análise de conteúdo que estuda o texto; aqui estuda-se o discurso.

A ACD não interessa-se apenas pelo texto em si, mas pela forma como foi produzido e recebido o mesmo. Os praticantes da Análise Crítica do Discurso têm de se preocupar com as formas dos textos, seus processos de produção e de leitura dos mesmos, além da estrutura de poder em que estão inseridos. Dessa forma, o contexto de produção e recepção são partes fundamentais da análise. Ainda segundo Coelho, é importante fazer uma análise da prática social em que o discurso está inserido, para depois interpretá-lo, ou seja, a análise do texto depende da situação comunicativa e social da qual o texto faz parte. (Coelho, S/N, p.13)

Desta maneira, levando em conta os princípios da ACD, utilizamos alguns textos ilustrativos que fossem importantes na determinação da imagem política do Brasil. Os textos submetidos a uma análise mais aprofundada foram selecionados a partir das informações coletadas sobre a imagem política do Brasil e, particularmente, sobre a propositura do mesmo ao Conselho de Segurança da ONU. Na última fase do estudo optamos por escolher apenas textos de opinião publicados na imprensa selecionada. A

escolha por textos de opinião deve-se a importância atribuída aos mesmos, uma vez que eles expressam opiniões dos jornais e, de algum modo, a opinião do país em que se encontram. Segundo Van Dijk, “as ideologias e as opiniões dos jornais usualmente não são pessoais, mas sociais, institucionais ou políticas”. (Van Dijk, 2005, p.187). Aqui vale novamente ressaltar a importância dada aos textos de opinião, pois consideramos ser um reflexo da opinião dos diferentes impressos analisados.

3.2 Corpus de análise

Para a investigação deste projeto decidimos que o tempo de pesquisa seria de cinco anos, começando em 2004 e terminando em 2008. A escolha deste período deveu-se ao fato de 2004 ter sido o ano em que o Brasil, juntamente com os outros membros do G4, pediram a revisão do atual formato do Conselho de Segurança e lançaram uma candidatura conjunta para se tornarem membros permanentes do CS. Para além, também foi o período no qual o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou uma comissão para analisar uma possível reforma do órgão, aumentando o debate em torno do assunto. Esses podem ser considerados fatores que contribuíram para dar uma maior visibilidade ao tema a partir do ano de 2004.

Devido ao foco da pesquisa ser sobre a imagem política do Brasil e ao estudo de caso está voltado para a propositura brasileira em ser membro permanente do Conselho de Segurança, selecionamos para a investigação um conjunto de países relevantes, tendo em consideração a relação que têm com o Brasil e o peso na comunidade internacional, para além do interesse na questão da reforma do Conselho de Segurança. Assim, chegamos aos seguintes atores: Reino Unido, Estados Unidos, Argentina, México e Portugal. Esses atores, como já foi referido, foram escolhidos por causa da importância que possuem no sistema internacional, da relação que têm com o Brasil e do interesse na reforma da ONU.

Após a escolha dos países, deu-se a seleção dos jornais e revistas que seriam analisados. Procurou-se escolher meios que contribuíssem para análise da imagem do Brasil como ator político internacional. Levando isso em consideração, decidimos por escolher os meios a serem investigados usando, primeiramente, o critério da importância atribuída pelos mesmos a assuntos sobre política internacional. Também levamos em consideração se eram meios de grande circulação. Ao usar estes critérios tínhamos como objetivo fazer a investigação em jornais que nos ajudariam a interpretar a imagem política do Brasil num determinado país, o que além de refletir a imagem que jornais têm do Brasil, contribui na construção da opinião pública sobre o mesmo.

Depois de decidirmos a forma de seleção dos jornais, determinou-se que seriam dois jornais por país, critério este que foi alterado nos EUA, pela inviabilidade da análise. Foi feita uma primeira escolha dos jornais New York Times (NY Times) e Washington Post. Fundado em 1851, O NY Times tem circulação diária e possui um perfil liberal. Também podemos ressaltar o fato de ser um dos jornais mais lidos e

influentes dos EUA, influência esta que não se restringe ao país, tendo alcance global. O website do NY Times também merece destaque, uma vez que desde a sua criação recebe um grande número de acessos. Para além, deve-se ressaltar a importância dada pelo mesmo a temas políticos.

No segundo jornal escolhido, houve dificuldade em fazer a investigação, uma vez que apenas se conseguia aceder aos últimos três meses de publicação e, caso se quisesse acessar um tempo maior do arquivo, tal teria que ser pago. Essa situação repetiu-se em relação a outros jornais do mesmo país. Dessa forma, optamos por escolher duas revistas de grande circulação e visibilidade: Newsweek e Time, que apesar de estarem sediadas nos EUA, têm difusão global. São duas revistas de publicação semanal e que estão entre as mais lidas do mundo, aqui dando destaque a edição online, o qual não limita-se a reproduzir o conteúdo das matérias impressas e é atualizado constantemente.

No Reino Unido, os jornais selecionados para fazermos a pesquisa foram o Daily Telegraph e o The Guardian. O primeiro surgiu em 1855, é considerado um jornal de direita, com grande conotação política, além de ter uma das maiores circulações no Reino Unido. O The Guardian, fundado em 1821, também é um dos maiores jornais britânicos e possui um perfil centro-esquerda. Como o Daily Telegraph, também dá bastante importância a assuntos sobre política.

La Nación e Clarín foram os escolhidos na Argentina. O primeiro é o mais antigo do país, foi fundado em 1870, e tem um perfil mais conservador voltado para a direita. Sua circulação diária é a segunda maior na Argentina, além de seu website também ser o segundo em número de acessos. Já o Clarín nasceu em 1945 e atualmente é o jornal argentino com a maior circulação, ficando a frente do La Nación. Tem um perfil mais voltado para o centro-esquerda. Para além, o website do jornal é o mais visitado na Argentina.

No México optamos por fazer a pesquisa nos jornais El Universal e La Jornada, ambos jornais de grande circulação no país. O La Jornada nasceu em 1984 e tem como principal característica seu perfil esquerdista, que faz duras críticas ao Governo Mexicano, para além do apoio aberto a partidos de esquerda e as chamadas causas sociais. Sua circulação é diária e ocupa o quarto lugar em números de tiragem. Durante a pesquisa no site do La Jornada encontrou-se alguma dificuldade uma vez que ele não possuía a ferramenta de busca avançada, o que impediu uma melhor restrição de resultados. Apesar do obstáculo, foi possível fazer a investigação, a qual, em

comparação com os outros jornais selecionados, demorou mais tempo para ser concluída devido a falta da ferramenta de busca avançada.

O El Universal, ao contrário do La Jornada, tem um perfil de direita, mas também é um impresso com bastante conotação política, possuindo um editorial crítico. Para além, sobressai-se o fato de ser um dos jornais com maior circulação no país, além de possuir um website com grande número de acessos.

Em Portugal, a dificuldade na escolha dos jornais foi maior, uma vez que como a pesquisa seria feita pela internet, constatamos que as ferramentas de busca nos sites dos jornais portugueses ainda não estão tão avançadas como nos outros jornais selecionados. Dessa forma, tivemos que mudar os jornais escolhidos por causa da inviabilidade da pesquisa. Primeiramente, optamos por fazer a pesquisa no Público e no Expresso.

No Público, para a investigação poder ser concluída, foi necessário fazer a assinatura online do jornal, pois era a única forma de obter acesso ao arquivo digital. Por causa da dificuldade em fazer a busca no site todo, tivemos que restringir a pesquisa à edição impressa disponível online, o que não aconteceu com os outros jornais, onde a pesquisa incluía além da edição impressa, artigos publicados exclusivamente online. O Público, fundado em 1989, é um dos jornais com mais prestígio em Portugal, sendo dos jornais com maior circulação no país. Para além, devemos ressaltar a importância dada a assuntos sobre política internacional.

Já em relação ao Expresso, a busca no website do mesmo mostrou-se impossível de ser concretizada e, como o tempo de pesquisa era de cinco anos, tornou-se inviável fazer a mesma na edição impressa. Dessa forma, tivemos que optar por mudar o objeto de investigação para o Diário de Notícias. Fundado em 1864, é um dos jornais portugueses de maior prestígio e referência, além de ter uma das maiores circulações no país. Pode-se destacar a importância dada a temas políticos.

Após a escolha do tempo de pesquisa, dos países relevantes para o tema e dos meios de comunicação, partimos para a parte prática. Assim, começamos a recolha do material a ser analisado nos websites dos jornais. Para isso usamos na ferramenta de busca as palavras-chave: “Brasil e o Conselho de Segurança da ONU”, o que possibilitou uma melhor restrição dos resultados e a recolha dos textos que serão analisados no próximo capítulo. Foram pesquisados artigos publicados num período de 5 anos, em 11 jornais ou revistas, de 5 países, resultando em uma recolha de 160 textos, entre os quais artigos de opinião, editoriais, notas, notícias, reportagem, entre outros.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise quantitativa dos dados

4.1.1 A importância da reforma nos jornais

Nesta fase do trabalho tomamos por base a análise quantitativa dos dados recolhidos, que são um total de 160 textos. Dessa forma, conseguimos obter respostas as questões colocadas neste projeto, em outras palavras, aqui foram analisadas as variáveis que permitem averiguar a opinião que a mídia tem sobre a propositura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU. Para isso, em um primeiro momento, procuramos observar a importância atribuída ao tema nos textos recolhidos. As variáveis consideradas foram as seguintes: quantidade de matérias publicadas e o gênero jornalístico. Em um segundo momento, iremos analisar como a propositura do Brasil a membro permanente é vista pela mídia, aqui será utilizada a Análise de Conteúdo propriamente dita, onde verificamos posições dos jornais em relação ao tema.

Em termos quantitativos podemos observar na tabela 1 que os jornais argentinos Clárin e La Nación tiveram um número total de matérias publicadas superior aos demais meios analisados, tendo o primeiro um total de 39 textos e o segundo 42 ao longo do período da pesquisa. Dessa forma, somam uma percentagem equivalente a 50,625% do total de matérias recolhidas.

Esses dados mostram como os jornais argentinos deram uma maior visibilidade ao tema em relação aos demais impressos, ressaltando a importância da ampliação do CS para o país, aqui tendo destaque a ambição brasileira de ser membro permanente do Conselho, fato que não tem o apoio argentino. Em outras palavras, fica evidente na quantidade de textos recolhidos nos jornais argentinos a importância que o tema da reforma do CS tem para o país, o qual apesar de ter uma relação estratégica com o Brasil, tanto no campo político como econômico (sobretudo se levarmos em consideração o Mercosul) tem uma certa rivalidade com o mesmo. Rivalidade essa que reflete-se nas reações às aspirações políticas do Brasil em ser membro permanente do CS.

De fato, a Argentina não apoia a entrada brasileira como membro permanente do conselho, uma vez que se o objetivo do Brasil se concretizar, o mesmo conseguirá ampliar sua influência política e se tornará o ator mais importante na América do Sul,

sendo que essa importância não irá restringir-se ao continente americano, mas terá um alcance global, já que o CS é o órgão de maior importância da ONU.

Já os jornais mexicanos, possuem o segundo número de matérias publicadas sobre o tema durante o período da investigação. Mesmo assim, a quantidade de matérias selecionadas no *El Universal* e *La Jornada* soma um total de 18,125%, o que é uma porcentagem bem menor que a registrada na Argentina, ou seja, não chega nem perto da metade de matérias publicadas no país sul-americano.

Apesar da grande diferença no número de textos recolhidos entre o México e a Argentina, os dados recolhidos no México ajudam a compreender como o país vê a reforma do Conselho de Segurança, refletindo a importância do assunto para o país, o qual, tem o mesmo posicionamento que a Argentina em relação ao tema, em outras palavras, não apoia a propositura brasileira a membro permanente do conselho. Ao analisar os meios de comunicação desses atores, também podemos considerar que os dois países acompanham com bastante interesse a propositura brasileira ao CS, observando com proximidade os acontecimentos referentes a reforma. Vale ressaltar que México e Argentina são favoráveis a uma possível reforma da ONU¹⁹, mas discordam da proposta do Brasil, juntamente com o G4, a qual acham ser incompleta e excludente.

Outro país que mostrou resultados significativos foi Portugal com 16, 875% do total de textos recolhidos. Ao contrário dos países latino-americanos, Portugal apoia a entrada do Brasil como membro permanente do CS e também possui um certo interesse nessa questão, uma vez que os dois países têm uma relação de amizade e aliança. O apoio de Portugal a propositura brasileira a membro permanente do CS reflete-se na cobertura midiática que os jornais portugueses fizeram sobre a questão da reforma da ONU, onde foi possível perceber o destaque dado ao assunto. Fica claro que o país vê o tema com especial interesse, pois possui uma relação estratégica com o Brasil.

Para Portugal, o fato do Brasil tornar-se membro permanente do CS, significa ter um aliado a fazer parte do órgão com maior poder nas Nações Unidas.

¹⁹ Lembre-se que México e Argentina fazem parte do grupo Unidos pelo Consenso, o qual não aceita a inclusão de membro permanentes, usando o critério da representatividade, o qual é defendido pelo Brasil. Mas defendem a entrada de membros “semi-permanentes”, que ficariam no cargo por quatro anos com a possibilidade de reeleição.

Tabela 1 Número de matérias por jornal e país

País	Jornal	N	Total por país	% Por país
Argentina	La Nación	42	81	50,625%
	Clarín	39		
México	El Universal	20	29	18,125 %
	La Jornada	09		
Portugal	Público	11	27	16,875%
	Diário de Notícias	16		
Reino Unido	Guardian	09	16	10 %
	Daily Telegraph	07		
EUA	NY Times	04	07	4,375%
	Time	02		
	Newsweek	01		
Total de matéria recolhidas			160	

N - Número de matérias por jornal

Já a cobertura feita nos jornais do Reino Unido não foi tão expressiva como nos outros países. Apesar da aceitação por parte deste ator tanto da reforma da ONU, como da entrada brasileira no Conselho de Segurança, foram recolhidas apenas 16 matérias sobre o assunto, ou seja, 10% do total de matérias. Podemos concluir que a pouca cobertura do assunto mostra que o país não vê a questão com o mesmo interesse dos outros países investigados e também não tem muita preocupação com a entrada do Brasil no CS.

Nos Estados Unidos, a recolha do material foi a menos significativa de todos, com um total de apenas 4,375% das matérias recolhidas. Os dados refletem a posição do país em relação ao tema, o qual podemos considerar uma posição “conservadora”, onde esse ator não mostra muito interesse na reforma e até 2008 não havia se posicionado oficialmente a favor sobre o assunto, e nem sobre apoiar a entrada do Brasil como membro permanente da ONU²⁰. Dessa forma, podemos concluir que os dados recolhidos nos meios americanos, são consoantes com a posição adotada pelo país em relação a reforma da ONU.

²⁰ O atual Presidente os EUA, Barack Obama, eleito no final de 2008, já mostrou-se favorável a reforma do Conselho de Segurança da ONU, defendendo publicamente a entrada da Índia como membro permanente do Conselho. Em relação ao Brasil, o Presidente não assumiu uma posição oficial sobre o assunto, apenas “manifestou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil.” (Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama, 2011).

Também é preciso destacar que os EUA, juntamente com o Reino Unido, são os únicos atores analisados que possuem assentos permanentes no CS, e mesmo assim, são os que deram menor visibilidade ao tema da reforma, conduzindo a conclusão de que para os mesmos a questão não é vista com tanta relevância como para os outros atores analisados. Para o México e a Argentina, o tema é observado com interesse, principalmente, por causa de questões políticas e regionais, uma vez que a elevação do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU consolidaria o mesmo como maior potência da América Latina, ou seja, colocaria esses dois atores em uma posição secundária de poder regional e internacional. Já Portugal possui uma relação estreita de amizade com o Brasil e tem uma posição favorável a entrada dele no CS. Dessa forma, esses três atores procuram estar atentos ao assunto, situação refletida no número de textos recolhidos.

Tabela 2 Número de matérias por ano

País	Jornal	2004	2005	2006	2007	2008	Total por país
Argentina	La Nación	12	21	2	3	4	81
	Clarín	23	11	1	3	1	
México	El Universal	9	8	1	2	-	29
	La Jornada	4	2	3	-	-	
Portugal	Público	2	5	-	1	3	27
	Diário de Notícias	2	7	2	2	3	
Reino Unido	Guardian	3	2	2	-	2	16
	Daily Telegraph	3	2	2	-	-	
EUA	NY Times	2	2	-	-	-	07
	Time	1	-	-	-	1	
	Newsweek	-	-	-	-	1	
Total de matéria recolhidas por ano		61	60	13	11	15	160

Na tabela 2 dividimos a recolha do material pelo período de 5 anos no qual a investigação foi feita. Ao analisarmos os dados recolhidos anualmente, também foi possível verificar que o ano de 2004 obteve o número mais significativo de matérias publicadas, tendo assim um total de 61 textos recolhidos. Essa amostra só vem constatar

o fato da reforma da ONU ter tido mais visibilidade no ano de 2004, uma vez que, como já foi referido nesta dissertação, foi neste período que o Brasil lançou a candidatura conjunta com os outros membros do G4 e o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nomeou uma comissão para analisar uma possível reforma do órgão.

Em 2005, o número é similar ao do primeiro ano da pesquisa, com uma diferença de apenas 1 texto, sendo um total de 60 dados recolhidos. Esse número nos leva a conclusão de que, durante 2005, o tema manteve-se em evidência e conseguiu destaque da mídia. Situação não repetida nos dois anos seguintes (2006-2007), onde constatou-se que o número de matérias recolhidas foi bastante inferior ao dos dois primeiros anos, com um total de 13 e 11 textos respectivamente, ou seja, juntos não somam nem a metade dos dados recolhidos tanto em 2004 como em 2005.

Dessa forma, podemos concluir que durante 2006-2007 a reforma do Conselho de Segurança da ONU não teve muito destaque na imprensa como nos anos anteriores. Deve-se ressaltar que nos meios americanos o tema não foi retratado, pois não foi recolhido nenhum texto durante a pesquisa, situação que serve para salientar a posição americana sobre a questão.

Assim, ao observarmos a tabela 2, podemos chegar a conclusão de que nos anos seguintes a propositura do G4, entenda-se aqui a partir de 2006, o tema perdeu visibilidade e não obteve muito espaço na mídia. Em 2008, vamos notar que também não houve um número significativo de matérias publicadas sobre a reforma do CS e a propositura brasileira, o que nos leva a concluir que o tema não ganhou novo destaque neste período.

De acordo com os dados apresentados na tabela 3, que retrata as informações relativas ao gênero jornalístico em função do periódico, pode-se confirmar mais uma vez a relevância dada ao caso por cada um dos jornais. Após analisarmos os dados recolhidos, foi possível constatar que o gênero jornalístico predominante foi o de notícias com o total de 46,875%. Entenda-se como notícias, textos noticiosos que relatam um acontecimento. Dessa forma, por serem textos factuais não aprofundam muito o assunto, mesmo assim mostram como o tema apareceu nos impressos ao longo dos anos e servem para apontar quais os jornais que deram maior cobertura factual ao tema.

Ao observarmos individualmente cada uma dos jornais e revistas, conseguimos perceber novamente qual deles deu maior ou menor atenção ao tema. Neste caso, podemos afirmar que o Clarín foi o jornal que deu mais visibilidade a reforma da ONU

e a candidatura brasileira a um assento permanente, com a publicação de 19 notícias. Ele vem seguido pelo jornal La Nación, com 15 notícias. São ambos argentinos, o que acentua o fato da Argentina está mais interessada na questão (como já havia sido verificado nas tabelas anteriores), uma vez que acompanhou de forma mais regular a questão.

Essa situação não é repetida nos outros meios analisados, principalmente, os americanos que possuem um número insignificante de notícias comparados com os demais. Nos EUA, as duas revistas e o jornal investigado só obtiveram um total de 3 notícias, o que mostra a pouca visibilidade que eles deram ao assunto, ou seja, mesmo em períodos onde a reforma estava em evidência, o tema não obteve muita cobertura jornalística nos EUA. Os jornais britânicos também não tiveram um número muito significativo de notícias, com um total de apenas 9 publicadas. Já os jornais mexicanos e portugueses tiveram uma quantidade similar de notícias, 13 e 16 respectivamente, o que vem de encontro aos interesses destes dois atores com a questão.

Tabela 3 Gênero de matérias por jornal

Gênero	Nota	Notícias	Reportagem	Entrevista	Artigos de opinião	Editorial	Outros
Jornais							
La Nación	-	15	14	-	9	2	2
Clarín	-	19	5	2	9	4	-
El Universal	-	8	4	1	7	-	-
La Jornada	1	5	1	-	2	-	-
Público	1	7	1	-	2	-	-
Diário de Notícias	-	9	4	-	3	-	-
Guardian	-	4	-	-	4	-	1
Daily Telegraph	-	5	-	-	2	-	-
NY Times	-	3	1	-	-	-	-
Time	-	-	-	-	2	-	-
Newsweek	-	-	-	-	1	-	-
Total	2	75	30	3	41	6	3
Total %	1,25%	46,875%	18,75%	1,875%	25,625%	3,75%	1,875%

A avaliação da importância dada ao assunto pela imprensa também pode ser confirmada através do aprofundamento do tema, ou seja, pelas reportagens. Entenda-se aqui textos noticiosos que abrangem várias vertentes de um determinado evento. Neste caso, foram recolhidas 18,75% de reportagens nos impressos investigados. Mais uma vez, os jornais argentinos obtiveram o maior número de reportagens publicadas.

Vale ressaltar a falta de reportagens nos jornais britânicos, que não publicaram nenhum texto desse estilo. Já os jornais portugueses e mexicanos publicaram o mesmo número de reportagens, ressaltando novamente o interesse na reforma do CS.

Outro ponto de interesse na análise feita aos gêneros jornalísticos é o de textos de opinião, nesse caso são os artigos, colunas e editoriais. São textos de carácter opinativo que podem mostrar a opinião do jornal quanto ao tema (editorial) ou mostrar a opinião de colunistas ou pessoas convidadas (normalmente conhecidas do público geral) que possuem entendimento do assunto. Também deve-se destacar que esse tipo de texto é considerado como o que maior influência exerce na formação de opinião.

Aqui podemos destacar a porcentagem recolhida de artigos e colunas com um total de 25,625%, obtendo o segundo maior número de textos, atrás apenas das notícias. Os editoriais obtiveram 3,75% do total. Aqui, apesar de o número ser inferior ao das notícias e reportagens, com uma porcentagem de 3,75%, não deixa de ser relevante, uma vez que os únicos editoriais recolhidos são de jornais argentinos. Dessa forma, podemos reafirmar a preocupação do país com a reforma e com a propositura brasileira a um assento permanente no CS.

Entre os artigos de opinião, novamente, fica clara a importância dada pela Argentina a reforma, uma vez que, os jornais argentinos obtiveram o maior número de textos, com um total de 18. Já os restantes possuem um número similar de artigos de opinião, com exceção novamente dos EUA, que de uma forma geral não obteve muitos textos recolhidos.

Na análise feita sobre a importância da reforma nos jornais, fica claro que de todos os atores investigados, a Argentina publicou o maior número de textos, ressaltando a importância atribuída ao país em relação a reforma e à propositura brasileira. Para além, também é evidente na cobertura jornalística feita pelo México e Portugal que os mesmos deram atenção a questão, se não tão exaustivamente como os Argentinos, com mais evidência do que Reino Unido e Estados Unidos. Nesse caso, os EUA também merecem destaque pela pouca cobertura do assunto, o que apenas reflete o posicionamento do mesmo em relação a ele.

4.1.2 Tratamento do tema

Além das variáveis que nos permitiram analisar a importância da reforma do CS nos jornais, também analisamos outras que esclarecem o tipo de tratamento que os periódicos em questão deram ao tema. Para isso usamos a Análise de Conteúdo. Aqui tomamos por base a seguinte variável: o posicionamento da imprensa face à propositura brasileira a membro permanente do CS.

Optamos por analisar todos os artigos em questão e não apenas os textos de opinião, para poder assim constatar de forma ampla se a mídia tratava o assunto de forma tendenciosa ou não e o posicionamento da mesma em relação à propositura brasileira. Dessa forma, procuramos identificar o posicionamento dos jornais em termos de favoritismo, desfavoritismo ou neutralidade.

Fica claro na tabela 4 que os meios analisados em sua maioria mantiveram uma postura de neutralidade em relação à propositura brasileira ao Conselho de Segurança, tendo um total de 86,875% dos textos analisados optado por não falarem de forma tendenciosa em relação a questão. Outro ponto interessante na análise é que dos 160 textos analisados, apenas um texto recolhido demonstra opinião favorável à propositura brasileira, dando um total de 0,625%. Foi publicado no jornal inglês The Guardian. A parte interessante é o fato do Reino Unido não ter demonstrado tanto interesse no tema da reforma do CS, mas mesmo assim ter sido o único dos atores com uma matéria favorável a pretensão brasileira.

Tabela 4 Posições identificadas nos jornais²¹

Posicionamento Jornais	FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL	NEUTRA
La Nación	-	9	33
Clarín	-	6	33
El Universal	-	5	15
La Jornada	-	-	9
Público	-	-	11
Diário de Notícias	-	-	16
Guardian	1	-	8
Daily Telegraph	-	-	7
NY Times	-	-	4
Time	-	-	2
Newsweek	-	-	1
Total	1	20	139
Total %	0,625%	12,5%	86,875%

Já os textos desfavoráveis obtiveram um total de 12,5%. Aqui vale destacar o fato desses dados pertencerem a impressos argentinos e mexicanos, evidenciando a posição contrária dos dois países a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Também fica evidente que a maior parte dos textos desfavoráveis pertence aos jornais da Argentina, uma vez que foram recolhidos 15 textos desfavoráveis, enquanto nos jornais mexicanos obtivemos apenas 5 textos. Dessa forma, chegamos novamente a conclusão da importância da reforma para a Argentina, uma vez que a maior parte dos textos desfavoráveis concentrou-se em dados recolhidos de jornais desse ator mostrando a importância do tema para o mesmo e a posição contrária a entrada do Brasil no Conselho de Segurança.

Outra parte importante na análise do tratamento dado ao tema é observarmos de acordo com os gêneros jornalísticos. Como podem constatar na tabela 5, a maior parte dos textos desfavoráveis em relação à propositura brasileira são referentes a textos de opinião, entenda-se aqui, artigos de opinião e editoriais. Comparando com o total de 47 textos de opinião recolhidos, tivemos a porcentagem de 25,659% desfavoráveis. Já os textos neutros otiveram a maior porcentagem com 70, 212%. Esses dados ganham

²¹ A porcentagem calculada na Tabela 4 é referente ao total de dados recolhidos, ou seja, aos 160 textos selecionados.

relevância quando levamos em consideração a importância dos artigos de opinião na formação da opinião pública. Apesar de serem textos opinativos, a maior parte deles manteve a neutralidade em relação à questão, o que não deixa de ser significativo, quando levamos em consideração de que na maioria desses textos os autores preferem mostrar de forma explícita sua opinião sobre determinado tema. Mesmo assim, preferiram optar por manter a neutralidade dos textos em relação a entrada brasileira como membro permanente. Apesar da maior parte da recolha ser de textos neutros, não devemos desconsiderar os textos desfavoráveis, que tiveram uma porcentagem significativa.

Tabela 5 Posições identificadas de acordo com o total de artigos de opinião

Artigos Posições	Artigos de opinião	Editorial	Total	Total %
Desfavorável	11	2	13	27,659%
Favorável	1	-	1	2,127%
Neutra	29	4	33	70,212%

Para além, nos textos de opinião foi encontrado o único artigo favorável a entrada brasileira no CS e, como já foi mencionado nessa dissertação, é um artigo publicado pelo jornal inglês The Guardian.

Já nos restantes dos textos recolhidos, que podem ser observados na tabela 6, as matérias desfavoráveis conseguiram um total de 6,194%. Esses dados são relevantes, pois os textos analisados aqui deveriam ter como um dos princípios orientadores a imparcialidade na hora de escrever sobre determinado tema. Mesmo assim, em alguns dados recolhidos ficou claro o posicionamento contrário à propositura brasileira. Não foi recolhido nenhum texto que mostrasse posicionamento favorável ao tema. Outro ponto que deve ser ressaltado é a porcentagem de matérias neutras, as quais obtiveram um total de 93,805%. Aqui devemos novamente ressaltar que esse tipo de género jornalístico tem como uma de suas características a imparcialidade, dessa forma, esse resultado vai de acordo com essa premissa do jornalismo.

Tabela 6 Posições identificadas nas notícias, reportagens, notas, entrevistas e outros²²

Artigos Posições	Notas	Notícias	Reportagens	Entrevistas	Outros	Total	Total%
Desfavorável	-	5	2	-	-	7	6,194%
Favorável	-	-	-	-	-	-	-
Neutra	2	70	28	3	3	106	93,805%

Podemos concluir que o tratamento dado ao tema pelos jornais selecionados foi maioritariamente neutro, ou seja, a maioria dos textos não evidenciou opiniões tendenciosas sobre o assunto. Mesmo assim, devemos ressaltar que foram obtidos textos desfavoráveis à propositura brasileira, que nesse caso, foram encontrados em jornais argentinos e mexicanos, o que só reafirma as posições contrárias desses atores a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Aqui temos de ressaltar que os jornais argentinos foram os que mais demonstraram posicionamento contrário a ambição brasileira, o que vai de encontro ao posicionamento do país.

²² Porcentagem referente ao total de 113 textos recolhidos das notas, entrevistas, reportagens, notícias géneros e outros.

4.2 Análise Qualitativa

4.2.1 Imagem do Brasil

Na segunda parte desta seção, faremos uma análise detalhada de artigos de opinião. Antes de analisarmos tais artigos, vamos caracterizar de uma forma geral o modo como o Brasil é retratado pelos meios de comunicação. Várias características foram sendo identificadas ao longo da pesquisa feita e aprofundadas enquanto fazíamos as análises quantitativas. Para isso escolhemos uma matéria de cada jornal para servirem de exemplo, onde procuramos observar como a imagem do Brasil é construída por eles. Deixamos de fora dessa análise as revistas Time e Newsweek, uma vez que só recolhemos artigos de opinião nelas. Na escolha das matérias, procuramos selecionar nos jornais de cada país textos que falassem sobre o mesmo assunto e também tentamos dividir os atores por anos, assim a análise abrangia a imagem do país de uma forma geral. O ano de 2007 ficou de fora, pois não encontramos matérias relevantes no mesmo.

Nos jornais argentinos e americano, escolhemos um texto que fala sobre a visita do então Secretário de Estado americano, Collin Powell. O texto escolhido no jornal Clarín, foi uma reportagem publicada no dia 06 de Outubro de 2004 com o título *“EE.UU respaldó a Brasil para que tenga más poder en la ONU”*. No texto encontramos diversas palavras que caracterizam o Brasil. A reportagem mostra o país como um candidato *“muy serio”* na busca por um assento permanente no CS da ONU. Ao utilizar essas palavras, o texto afirma que o Brasil tem que ser levado em consideração. Para além, outras expressões retiradas do texto também são relevantes na reprodução da imagem brasileira onde o país é visto como um *“importante interlocutor regional de EE.UU”*, *“un líder natural de la región”* e uma *“gran democracia”*. Todas essas expressões servem para caracterizar o Brasil como ator internacional

Outra parte interessante dessa reportagem é que ela traz um comentário opinativo, além da matéria. No quadro, fala-se que o Brasil por causa do seu tamanho geográfico, população e peso político está em busca de uma participação mais ativa no cenário internacional. Também fala da busca do Brasil por *“liderazgo internacional”*.

No jornal La Nación, vamos analisar uma matéria com o título *“Powell llegó a Brasil con elogios y con una advertencia”*. Publicado no dia 06 de Outubro de 2004. Aqui já fica claro que o país é bem visto pelos EUA. A parte interessante é que o

antetítulo da matéria vem com a seguinte expressão, “*destacó el liderazgo regional de Lula*” e destaca a importância brasileira na região. Não deixando dúvidas que o ator americano vê o Brasil como líder regional, ou melhor, como uma potência regional.

Ao seguirmos a leitura do texto, vemos novamente o Brasil ser retratado como potência regional, mas também fala da importância do mesmo no cenário mundial, o que podemos confirmar nesse trecho da matéria, quando se fala no “*creciente liderazgo de Brasil en las Américas y en el escenario mundial*”. O Brasil também é retratado como “*candidato serio, bueno e importante*” para uma possível candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. Essas declarações demonstram o respeito que o país vem conquistando internacionalmente.

Devemos ressaltar que por causa das matérias serem sobre a visita de Collin Powell, praticamente todos os elogios são colocados como citação do mesmo e não dos jornais, que parece tenta evitar elogios ao Brasil.

Também sobre a visita de Collin Powell ao Brasil, escolhemos uma matéria do NY Times. Com o título “*Warming to Brazil, Powell says its nuclear program isn’t a concern*” publicado no dia 06 de Dezembro de 2004. Expressões como “*strong candidate*” e “*was emerging as a dominant power in the region*” foram usadas novamente para descrever o país.

Nos meios de comunicação mexicanos, tentamos manter o critério da utilização de matérias sobre o mesmo tema. Aqui esse critério mostrou-se inviável, não conseguimos nenhum texto que falasse sobre o mesmo assunto, então tivemos que optar por outros. No jornal El Universal, escolhemos uma reportagem publicado no dia 05 de Dezembro de 2004. O título da reportagem é “*La estrategia brasileña*”. Logo no subtítulo, o texto usa a palavra “*política exterior solidária*”, quando se refere a atuação do Brasil no sistema internacional, nos levando a pensar que o mesmo procura ajudar outros atores no sistema internacional, nesse caso os países fronteiriços. Isso fica claro quando o autor termina por usar a expressão “*vecino solidário*”, fazendo clara referência ao papel diplomático do Brasil nas crises que acontecem na região, onde o mesmo procura agir como mediador.

Outras palavras usadas no texto que chamam a nossa atenção são “*líder*”, “*pretensión hegemônica*” e “*protagonismo*”, utilizadas para descrever a atuação do Brasil na região e no mundo. Como já foi referido em outras partes dessa dissertação, o Brasil busca aumentar sua relevância internacional e essas palavras são constantemente usadas para descrever a atuação dele no cenário internacional nos últimos anos. A

expressão pretensão hegemônica tem uma conotação negativa. É assim que muitas vezes a Argentina e o México retratam a atuação brasileira, no sentido de que o Brasil quer ser um ator dominante na América Latina.

No jornal La Jornada, escolhemos o texto *“Instan a países ricos a ceder en negociaciones comerciales”* publicado no dia 14 de setembro de 2006. O texto refere-se a aliança dos países do Sul: Brasil, Índia e África do Sul. Aqui ele os enquadra como *“voces del mundo en desarrollo”*, nos lembrando do papel do Brasil junto aos países em desenvolvimento. Também caracteriza esses países como *“fuerza en las tecnologías energéticas”*, onde usa a palavra *“líder mundial”* para descrever o Brasil e a produção de etanol. Outra parte de destaque é quando o texto considera a participação do Brasil no G-20 um *“papel protagónico”*, fazendo referência ao protagonismo do mesmo e a atuação do país junto aos países em desenvolvimento.

Nos jornais portugueses, escolhemos textos que falam sobre o apoio da França a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Ambas as notícias foram publicadas no dia 23 de Dezembro de 2008. No jornal Diário de Notícias, o título da matéria é o seguinte: *“Sarkozy quer proposta conjunta da UE e Brasil na cimeira do G20”*. Aqui fica clara a importância do Brasil, quando o título diz que o presidente francês quer um acordo com o ator sul-americano. Na matéria do jornal Público, o título é *“Sarkozy defende que o Brasil deve estar representado no Conselho de Segurança dos EUA”*. O Público resolve fazer a chamada para matéria utilizando um assunto mais “polémico” e dá bastante atenção ao apoio da França a entrada do Brasil, destacando o nome do presidente francês e dando importância a declaração.

A matéria do Diário de Notícias refere-se à *“importância do Brasil como potência emergente”*, onde fica claro que o Brasil é uma potência emergente e não se pode deixar de lado. Ao contrário, é necessário fazer alianças com o mesmo. A expressão, *“um país como ‘o Brasil tem direito a opinar’”* mostra o peso do ator no cenário internacional, ressaltando a relevância do mesmo. Também vale ressaltar o subtítulo que destaca a compra de submarinos a França, onde ele usa o nome do presidente Lula para dar mais ênfase a questão.

No jornal Público, uma declaração interessante é quando o presidente francês diz que *“O ‘mundo’ precisa do Brasil”*, uma clara referência à importância do país como ator internacional que nos leva a concluir que é imprescindível a participação do Brasil em questões internacionais. Ele também continua ao dizer que o país *“Não é uma potência de amanhã, mas de hoje”*. Assim, concluímos que o país já é uma potência e

que precisar ter mais espaço. Também aparece no texto a expressão “*terá um importante papel*”, referindo-se as questões climáticas, ou seja, o Brasil poderá vir a ser uma potência capaz de influenciar questões de importância internacional, ou melhor, será um ator chave nessa luta.

No Reino Unido, escolhemos dois textos que falam sobre o erro do então primeiro-ministro Tony Blair em não citar o nome do Brasil quando fez um discurso sobre a reforma da ONU. A matéria do *The Guardian* foi publicada no dia 01 de Junho de 2006 com o título “*Blair’s UN gaffe sinks relations with Brazil to new low*”. Aqui o destaque vai para as palavras “*sink*” e “*new low*”, ficando claro que a falta do nome do Brasil no discurso, terminou por resultar numa crise entre os dois atores. Para além, ele coloca em destaque o nome do primeiro-ministro e o culpa pelo erro. No subtítulo a frase “*Mistake puts important trade talks in jeopardy*”, nos leva a acreditar que a relação com o Brasil é importante para o país. O restante do texto só nos leva a confirmar que a falta do nome do Brasil no discurso gerou atritos entre os dois países e que para o Reino Unido, a relação com o Brasil é de extrema importância. Isso novamente confirma a relevância do ator sul-americano no cenário internacional

O texto publicado no *Daily Telegraph* no dia 04 de Junho de 2006 tem o seguinte título: “*Brazil angered by Blair snub in US speech*”. Quem ganha destaque na frase é o Brasil, que vem primeiro no título, dando ênfase e importância ao mesmo. Outra parte interessante do texto é o seguinte trecho: “*Brazil is anxious to win a permanent place on the United Nations Security Council but Washington favours the rival claims of Mexico, British sources say.*”, onde ele culpa os EUA pela retirada da citação ao Brasil no discurso.

A análise das matérias nos permitiram observar a construção da imagem do Brasil feita pelos meios de comunicação. Aqui fica claro que eles vêem o Brasil como um ator importante no sistema internacional e que o mesmo deve ser levado em consideração. Nas descrições observadas, o Brasil é retratado como uma potência emergente e uma potência regional, muitas vezes tido como o mais importante ator da América Latina. Também destaca-se sua defesa ao multilateralismo. Dessa forma, é sugerido que ele pode vir a se tornar uma grande potência no futuro com capacidade de influenciar o sistema internacional.

4.2.2 Artigos de Opinião

Optamos por analisar separadamente os textos de opinião, entre eles artigos de opinião e editoriais, devido a importância dos mesmos na formação da opinião pública. Os textos escolhidos além de falarem sobre a propositura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, também falam sobre o Brasil como ator político internacional, estes foram os critérios usados na escolha dos textos. Ao selecionarmos os artigos, tentamos escolher pelo menos um de cada ano em que se deu a pesquisa, uma vez que assim a análise ficaria mais completa e dá para ter uma idéia da evolução do Brasil ao longo dos anos. Dessa forma, nem todos os países selecionados pela pesquisa tinham artigos considerados relevantes para essa parte da análise, por isso, optamos por deixá-los de fora.

No jornal Clarín, escolhemos um artigo de opinião publicado no dia 14 de julho de 2005, com o título “*Brasil: complejo de superioridad*”. Já aqui podemos constatar que o texto fala sobre o Brasil e a política externa do mesmo, mostrando a opinião do autor sobre o país, o qual ele descreve como um ator que se acha superior aos outros. No subtítulo, ele fala do “*exasperado deseo de liderazgo regional y mundial*” de Lula e seu “*afán desbordado le trae problemas con vecinos importantes como la Argentina*”, esclarecendo a posição do autor em relação às pretensões brasileiras de liderança regional. Ao usar a palavra “exasperado”, o autor quer dizer que o Brasil tem uma vontade impaciente e desesperada de liderança. O fato de logo no título e subtítulo do texto aparecerem palavras como essas mostra a posição crítica do texto ao protagonismo brasileiro. Também vale destacar que já aqui ele elogia a Argentina, quando a coloca como um vizinho importante do Brasil, e sendo assim, o Brasil deveria se preocupar em manter uma boa relação com o mesmo.

O restante do texto só vem a confirmar a opinião contrária à vontade do Brasil em ser líder regional e membro permanente da ONU. Nos três primeiros parágrafos, ele fala que o Brasil passou de um “*complejo de vira-lata*” para um “*complejo de superioridad*” o que ele chama de “*pecado mortal*”, mas não faz nenhum comentário negativo à antiga posição da política externa que tinha um “*complejo de vira-lata*”. Fica claro que o autor do artigo não concorda com o fato do Brasil ser considerado um líder regional. Para além, ele usa palavras como “*un país grande e importante*” para descrever a Argentina, mas em nenhum momento faz esse tipo de elogio ao Brasil, sugerindo que é culpa do Brasil a rivalidade entre os dois, pois é o país que procura

aumentar sua liderança na região. Outras palavras como “erro”, “prejudica”, “crea desconfianzas” aparecem ao longo do texto a reforçar a culpa do Brasil na rivalidade e atritos crescentes na região, sempre ressaltando que é um erro o país querer ser um protagonista na América do Sul.

Já sobre a propositura brasileira a membro permanente do CS da ONU, o artigo usa palavras como “obsesión” e ser “el punto más alto de su complejo de superioridad”, mostrando claramente a posição contrária a essa aspiração, o que é um reflexo da posição da Argentina sobre a questão. Em outro trecho do artigo, vemos as expressões “no consigue proyectar su poder”, “no consigue defender sus costas” e “no consigue combatir el tráfico de armas” para esclarecer porque o Brasil não deve ser membro permanente de CS. Para isso, o autor usa a citação de um analista de ciência política, que ele mesmo diz ser “uno de los más inteligentes analistas de política externa brasileña” para que não haja dúvidas na veracidade das afirmações do mesmo e para justificar a falta de preparação do Brasil para o cargo de membro permanente do CS, que ele praticamente retrata como incompetente quando a questão é segurança.

No jornal La Nación, optamos por fazer a análise qualitativa em um artigo publicado no dia 29 de março de 2004, o título do texto é “La Argentina debería acceder a un lugar en el Consejo de Seguridad de la ONU”. Fica claro que o artigo vai defender a entrada Argentina no CS da ONU pois logo no primeiro parágrafo, o autor faz um elogio a posição defendida pelo jornal no editorial do dia 18 de Março de 2004 sobre a entrada da Argentina como membro permanente da ONU e defende que o país não deve manter um posicionamento passivo nessa questão, deixando o Brasil passar a sua frente. Par além, no segundo parágrafo do texto, o autor fala que “muchos países significativos” ambicionam entrar no CS, mas aqui ele não coloca o nome do Brasil como país importante, mesmo sabendo que ele foi um dos primeiros a demonstrar a vontade de ser membro permanente.

Nessa parte do texto “Nadie puede discutir el derecho que le asiste”, o autor resalta que o Brasil tem todo o direito a aspirar um assento permanente no CS da ONU, mas depois termina por enfatizar que o Brasil não pensa na relação com a Argentina e que sua pretensão exclui completamente o país, “dado el estado actual de las relaciones bilaterales, es que su pretensión excluya, ab initio, la posición argentina”. Em outras palavras, ele termina por mostrar o Brasil a atuar apenas de acordo com seus interesses, uma vez que ele não pensa na relação de aliança entre os dois países quando defende a sua entrada no CS.

Outro ponto interessante no texto é *“estuvieran solamente representadas por la única nación del continente donde se habla el portugués”*, quando o autor faz questão de ressaltar que o Brasil é o único ator latino-americano do continente que não tem como língua oficial o espanhol, mas sim o português, e que este não é reconhecido como idioma oficial na ONU. Dessa forma, ele não deveria ser escolhido para representá-los.

O texto continua ressaltando motivos para a não aceitação do Brasil como candidato da América Latina, até mesmo enfatiza o medo de disputas por fronteiras na região e que caso o país seja membro permanente com direito a veto ele poderá usá-lo para se proteger (mesmo sabendo que a região está livre de conflitos desde 1870). O autor também aproveita para exigir que o governo argentino tome uma posição clara em relação à propositura brasileira a membro permanente do CS. E para finalizar ele termina novamente por concordar com a opinião do jornal, ao citar outro editorial do mesmo, onde ele termina por explicar porque a Argentina não deve aceitar a entrada do Brasil no CS da ONU e afirma que *“nuestro país perdería no sólo presencia sino también trascendencia y significación en el escenario mundial”*. Ressaltando o uso das palavras *“trascendencia”* e *“significación”* que terminam por enfatizar que a entrada do Brasil no CS da ONU deixaria a Argentina em segundo plano no sistema internacional.

Outra questão importante deste artigo é o fato dele ter sido escrito por Carlos Ortiz de Roza, que já foi embaixador da Argentina na Áustria, Reino Unido, França, EUA e na ONU, o que dá bastante credibilidade ao texto. Também vale ressaltar que isso é um claro exemplo da relação entre os meios de comunicação e a política externa, uma vez que o autor usa o jornal para tentar convencer a opinião pública de que a entrada do Brasil no CS da ONU não é benéfica para a Argentina. Para além, tenta pressionar as autoridades do país a tomar uma posição mais ativa em relação a questão.

Fica claro que os jornais argentinos são contrários a entrada do Brasil no CS da ONU e usam diversos argumentos para apoiar essa posição. Ao analisar os textos percebeu-se que eles evitam usar adjetivos positivos para caracterizar o Brasil, mas quando se referem a Argentina já enfatizam que o mesmo é um país grande e importante. Também ficou claro que eles usam a rivalidade entre os atores como argumento, mostrando que se os dois países voltarem a ter atritos a culpa é do Brasil, uma vez que é ele que está buscando um protagonismo na América do Sul. Também é

importante afirmar que os textos retratam bem a posição da Argentina em relação a ambição do Brasil em ser membro permanente da ONU.

No jornal mexicano El Universal, escolhemos o artigo de opinião publicado no dia 03 de Fevereiro de 2007 com o título “*Los polos de América Latina*”. O título deixa claro que o artigo é sobre as diferenças existentes entre os países latino-americanos. aqui entende-se que o texto irá abordar a disputa política entre os países da América Latina. Logo no primeiro parágrafo do artigo ele fala de “*una acrecentada disputa ideológica, de intereses y de liderazgo*” e terminar por citar uma frase do então presidente brasileiro, Luiz Inacio Lula da Silva: “*Latinoamérica no cabe (hoy) en un solo molde*”. Já aqui o autor coloca logo em evidência o Brasil, ao usar uma citação do Lula para descrever as diferenças políticas na América Latina.

Para além, ele divide os pólos em dois: o dos governos que nasceram de partidos de esquerda, aqui ele coloca o Brasil; e os governos de direita, onde ele enquadra o México. O interessante é que o autor faz questão de dizer que os governos de direita “*mantienen su defensa a la globalización, los mercados y las poderosas fuerzas del capital*”, o que parece fazer uma crítica aos governos de direita.

O autor também termina por enquadrar México e Brasil como “*los países más grandes e influyentes de la zona*”, e dizer ambos são potências emergentes, deixando bem claro que os dois têm capacidade de serem líderes regionais. Ele ressalta que cada um tem sua visão e que ambos vêm com bons olhos a integração da América Latina, sendo que com objetivos diferentes. Outro ponto interessante do texto é quando ele fala do relacionamento entre os dois países que é descrito como de “*desconfianza recíproca y la mal entendida sensación de rivalidad*”, aqui deixa claro que o relacionamento entre os dois países poderia ser melhor, se não houvesse tanta desconfiança. Ele ressalta que o Brasil vê o México como um aliado dos EUA e que é culpa dos dois países a rivalidade existente.

Quando o assunto é o CS da ONU, o autor diz que o Brasil é um “*especial promotor*”, ou seja, o ator sul-americano tem colocado mais ênfase na ambição de ser membro permanente e que essa questão só faz aumentar a rivalidade entre os dois países, mas que o México também tem direito a essa pretensão, aqui ele deixa claro que o México é um país tão importante como o Brasil.

No jornal La Jornada, escolhemos o artigo “*Mercosur Nuclear y soberanía nacional*”, publicado no dia 08 de Setembro de 2006, que faz uma clara referência ao programa de energia nuclear dos países sul-americanos. A volta ao programa nuclear

também é uma demonstração da soberania dos países, uma vez que antigos governos optaram por submeter-se a vontade americana e cancelaram os programas. Uma parte interessante desse artigo é quando o autor fala que o Brasil faz parte do “*selecto grupo*” de países com capacidade de enriquecimento de urânio, ou seja, são poucos os países com esse tipo de tecnologia, e o país agora faz parte desse pequeno e importante grupo, elevando assim sua relevância no sistema internacional.

Ele também ressalta que graças ao desenvolvimento de uma tecnologia própria o país se consolida como potência emergente e é importante para sua ambição de membro permanente do Conselho de Segurança: *"si Brasil logra enriquecer su propio uranio y deja de importarlo estaría en posición estratégica de independizarse de los países grandes en ese ramo. Y eso afectaría la posición estratégica de Brasil como potencia emergente, que busca un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU"*. O uso das palavras “*posición estratégica*” mostra que a atuação do Brasil como potência emergente está crescendo no sistema internacional, onde ele procura elevar a sua importância. Dessa forma, o país está buscando independência em questões como essa para consolidar a posição como ator influente no sistema internacional. Neste texto, parece que o autor também gostaria que o México se desligasse um pouco dos EUA e buscasse mais soberania para o país.

Diferente dos jornais argentinos, no México notou-se que os jornais possuem uma posição mais crítica em relação ao próprio país. Apesar de admitirem que o México é uma potência emergente como o Brasil, não minimizaram as características do país sul-americano. Ao contrário, chegaram a elogiar o mesmo, mas sempre fazendo questão de colocar o México no mesmo nível que o Brasil. Como os artigos publicados nos jornais argentinos, esses também foram escritos por pessoas de credibilidade para o México, entre eles um deputado, o que dá mais importância para o texto. Novamente, aqui notamos a interferência da mídia na política externa e vice e versa.

Outro texto relevante para essa análise foi publicado pela revista Time no dia 25 de Setembro de 2008 com o título “*Lula’s way*”, que fala sobre o governo de Lula. A ênfase dada ao nome do presidente brasileiro mostra a importância do mesmo na política internacional. O artigo faz um elogio a beleza do Brasil, mas afirma que não é só isso que faz o país tão importante. Ao longo do texto vão sendo categorizadas as qualidades brasileiras e do presidente, usando frases como “*Brazil’s most popular President in a half-century*”. Fica claro que nenhum presidente do Brasil teve uma

popularidade tão grande quanto Lula, popularidade essa que ele usa para melhorar as relações do país com outros atores.

Outras características são afirmadas ao longo do artigo para mostrar a potencialidade do país. Neste trecho *“Economic strength has also allowed the country to flex its diplomatic clout as the hemisphere's first real counterweight to the U.S”*. Fica claro que o Brasil já é considerado uma força econômica, mas o destaque vai mesmo para a palavra *“counterweight”* a qual nos leva a conclusão de que o Brasil cresceu tanto, que já é um contrapeso ao poderio americano no hemisfério, ou seja, quando falamos no hemisfério sul, tem tanta ou mais influência que os EUA.

O artigo também aborda a criação do G-20 para opor-se a hegemonia americana e européia na Organização Mundial do Comércio. Para além, o artigo fala da ambição brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança como parte do seu esforço em *“change the world's political and commercial geography.”* Aqui fica claro que o Brasil defende uma democratização das instituições multilaterais mais importantes no mundo atual. Quando vemos a caracterização do Brasil como *“the world's fifth most populous country”* parece que o texto usa esse fato para mostrar a grandiosidade do país.

Outra parte interessante é da personalidade do então presidente. *“Lula, in fact, is one of the few leaders both Bush and Chávez will listen to.”* Fica clara a personalidade mediadora e diplomática do presidente, que consegue ter aliados de vários tipos. Apesar dos inúmeros elogios, o artigo não deixa de ressaltar os problemas do país como a desigualdade social, a corrupção, os altos impostos, entre vários outros. E termina por dizer que em pouco tempo vai ser difícil resolver todos esses problemas.

Por último, selecionamos o artigo publicado no jornal inglês The Guardian. Publicado no dia 14 de Março de 2008 com o título *“Introduction”*. Pelo título não dá para ter idéia sobre o que o texto vai falar, só que é a introdução de alguma coisa. Já no primeiro parágrafo descobrimos que o texto é sobre o Brasil, onde o autor descreve dois eventos que estão acontecendo no país: a comemoração da chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos. Ele descreve a relação do Reino Unido com o Brasil como muito próxima durante essa época e que atualmente essa relação volta a estar em evidência: *“Now, at the advent of the 21st Century and the emergence of Brazil as a key global player, the relationship between Britain and Brazil is again making dramatic advances.”*. Ao usar palavras como *“key global player”*, o texto atribui importância ao Brasil, que já despontava como um ator relevante no sistema internacional. Esse papel

do Brasil no contexto internacional tem feito com que vários atores, nesse caso o Reino Unido, busquem formar alianças com o mesmo.

O artigo continua a falar sobre os interesses comuns entre os dois atores: “*We now have broader co-operation on a wider range of issues than ever before, including climate change, sustainable development, the promotion of human rights, technology, science, health and education.*” Esse trecho só mostra como a relação dos dois têm crescido e atuado nas mais diversas áreas de interesse. O autor usa a expressão “*plays a vital role*” para descrever a atuação brasileira no sistema internacional atual e é por causa da importância do Brasil que eles também têm trabalhado juntos na democratização de organizações multilaterais, terminando por afirmar a posição favorável do Reino Unido a entrada do Brasil no CS da ONU. Outra expressão que ele usa para descrever o Brasil é “*key regional player*”, onde novamente ele atribui importância ao país. O autor também mostra que o Brasil tem uma grande atuação regional, sendo dos mais relevantes atores na região.

Outra parte interessante do artigo é que ele foi escrito por Kim Howells, Ministro do Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que nos traz novamente para a questão da credibilidade e relação entre os meios de comunicação e a política externa. Nos textos da revista americana e jornal inglês, notamos que eles não têm preocupação em elogiar o Brasil, ao contrário mostram o ator como um país capaz de influenciar o sistema internacional, onde eles apresentam suas principais características de potência emergente.

Ao analisarmos os artigos de opinião, conseguimos ter idéia das características que criam a imagem do Brasil como uma potência emergente (apesar dos textos recolhidos nos jornais Argentinos de uma forma geral não admitirem a importância do vizinho, o que faz parte da rivalidade existente entre os dois). De uma forma geral, o Brasil aparece como um país com grande importância com atores como EUA e Reino Unido, a descreverem de forma positiva a atuação brasileira no sistema internacional e retratam o país como “*key global player*”. Mesmo o México, apesar da rivalidade, já fala do protagonismo do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, fica claro que o Brasil tem capacidade de se tornar um país capaz de influenciar o sistema internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma análise da imagem do Brasil na mídia internacional, usando como estudo de caso a propositura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU foi o desafio que assumimos neste trabalho. A crescente atuação do país no cenário internacional nos últimos anos foi o motivo que nos levou a escolha do tema da pesquisa.

Entre fatos interessantes e desafios que descobrimos durante a investigação podemos citar a recolha de bibliografia relevante para o estudo. Apesar de o Brasil estar desempenhando um papel cada vez mais importante no sistema internacional, a imagem do mesmo como ator político pouco tem sido objeto de estudo. Dessa forma, encontramos dificuldade em encontrar bibliografia sobre a atuação da política externa brasileira. Mesmo assim, conseguimos agregar alguns textos interessantes que nos possibilitaram fazer o enquadramento do Brasil e da política externa do país. Para além, também recolhemos textos que possibilitaram o enquadramento teórico da pesquisa, onde mostramos o impacto dos meios de comunicação na política externa e como os *mass media* tanto a influenciam como são utilizados por atores políticos.

Durante a análise empírica, foi possível responder aos objetivos propostos no estudo, com a análise da imagem do Brasil construída pela mídia internacional, a opinião em relação à propositura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU e a capacidade do país em se tornar uma potência capaz de influenciar o sistema internacional.

Em primeiro lugar, durante a análise quantitativa foi possível observamos que os jornais deram importância e tratamentos diferentes ao tema. Descobrimos que a Argentina está mais preocupada com a entrada do Brasil no CS da ONU, ficando claro pela quantidade de matérias publicadas pelos jornais argentinos, que o mesmo dá mais atenção e visibilidade ao caso. Como já referimos anteriormente, essa preocupação da Argentina está relacionada com o posicionamento do país em relação à propositura brasileira, uma vez que é contrário a entrada do Brasil no CS, pois isso só contribuiria para dar mais importância e influência para o mesmo tanto regionalmente como globalmente.

O posicionamento argentino foi confirmado ao longo da análise, principalmente, quando observamos o tratamento dado ao tema pelos jornais, onde foi possível verificar o posicionamento dos meios de comunicação sobre a propositura do Brasil ao CS. Descobrimos que a maior parte dos textos desfavoráveis pertencia a jornais da Argentina.

Apesar de também ter uma posição contrária a entrada do Brasil no CS da ONU, observamos que o México não deu tanta visibilidade a questão como a Argentina. Esse foi o segundo país com maior recolha de textos sobre o assunto. Para além também encontramos textos desfavoráveis a entrada do Brasil no CS da ONU em jornais mexicanos, o que faz do México e da Argentina os únicos atores analisados a publicarem textos com esse posicionamento.

Portugal também mostrou resultados significativos, ocupando a terceira colocação no número de matérias publicadas. Esse resultado vai de encontro a posição do país em relação a questão, uma vez que ele apoia a entrada do Brasil e tem um relacionamento estratégico com o mesmo. Apesar do Reino Unido ser favorável à propositura brasileira, não recolhemos uma quantidade de textos sobre a questão tão significativa quanto a recolha obtida na Argentina, México e Portugal. Aqui não recolhemos muitas matérias sobre o assunto, mas em compensação foi em um jornal inglês que recolhemos o único texto com uma posição favorável a entrada do Brasil no CS.

A pesquisa nos jornais e revistas americanos mostrou-se a menos significativa, aqui a recolha de textos foi a menor, o que é um reflexo da posição do país em relação ao tema, o qual podemos considerar uma posição “conservadora”, onde esse ator não mostra muito interesse na reforma.

Como podemos observar, de uma forma geral a quantidade de dados recolhidos varia de acordo com o posicionamento e interesse do país na questão. Dessa forma, vemos que a Argentina e o México estão mais preocupados com uma possível entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança e por isso estão a observar a questão de forma mais atenta.

Durante a análise quantitativa decidimos observar o tratamento dado ao tema pelos meios de comunicação através do critério de posicionamento da imprensa sobre a questão. Dos textos publicados 86,875% eram neutros, 12,5% desfavoráveis e 0,625% favoráveis. Concluimos que de uma forma geral os textos se mantiveram neutros, o que vai de acordo com a premissa do jornalismo em manter a imparcialidade. Como já

adiantei, os textos desfavoráveis pertenciam a Argentina e México, também sem muitas surpresas por causa do posicionamento dos países em relação a questão. Já o único texto favorável encontramos no Reino Unido, o que nos surpreendeu um pouco, já que o mesmo não tem uma relação tão próxima ao Brasil, como é o caso de Portugal.

A análise qualitativa nos possibilitou responder as questões ainda em falta nesse trabalho. Na primeira parte da análise, foi possível verificar qual a imagem que a mídia constrói do Brasil. Muitas das características usadas para descrever o país já haviam sido adiantadas no primeiro capítulo dessa dissertação. De uma forma geral, os textos retrataram o país como uma potência regional, sendo um dos atores mais importantes da região, usando palavras como “líder regional” para descrevê-lo.

Também confirmamos que o Brasil é considerado uma “potência emergente”. Muitos textos usam essa expressão para descrever o país. Também encontramos descrições de como o Brasil é um importante ator global e uma grande democracia. Os artigos falam ainda da defesa do multilateralismo e da atuação do Brasil junto aos países em desenvolvimento. A forma como o país é retratado nos textos analisados só ressalta o fato do Brasil ser um país a ser levado em consideração e que o mesmo já exerce influência no sistema internacional.

Na análise qualitativa centrámo-nos sobre os artigos de opinião, os quais são muito importantes na construção da imagem brasileira, pois esse tipo de texto é muito importante na formação da opinião pública. Descobrimos nos artigos analisados, que de uma forma geral os artigos argentinos evitam fazer elogios ao Brasil e usar palavras que o descrevam positivamente, pelos menos quando estão falando sobre o Conselho de Segurança da ONU. Já os artigos dos jornais mexicanos, não se importam em usar palavras e expressões que caracterizem de forma positiva o Brasil, mas não deixam de o criticar sobre a propositura ao CS da ONU. Falam da importância do ator sul-americano, mas afirmam que o México é tão importante quanto ele.

Nessa parte da análise qualitativa, também foi possível concluir que atores como EUA e Reino Unido vêem o Brasil como um ator de importância no cenário internacional. Eles terminam por retratar o Brasil como uma potência com capacidade de influenciar o sistema internacional.

Outras partes que podemos ressaltar é que aqui ficou clara a relação entre meios de comunicação e política externa, uma vez que muitos dos autores são políticos ou embaixadores, o que trouxe credibilidade ao texto e contribui na formação da opinião

pública. Em alguns exemplos, fica clara a exigência por parte dos autores para que o governo tome providências em determinadas questões.

Esse trabalho procurou contribuir para compreender a imagem do Brasil como ator político internacional. Apesar do crescimento do país e da sua participação em várias áreas de interesse internacional, muitos ainda o vêem como um país de Terceiro Mundo. Como referido acima, poucos são os trabalhos sobre o Brasil e sua política externa, pelo que esperamos que este estudo realizado possa contribuir para a compreensão do papel que o Brasil desempenha no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

Cardoso, F. H. [2001] Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura da assembleia da ONU. *PSDB*. [Internet] Disponível em <<http://www.psd.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/este-e-o-discurso-do-presidente-fernando-henrique-cardoso-na-abertura-da-assembleia-da-onu/>> [Consult. 02 de Novembro 2010].

Silva, L. I. L. [2004] Declaração à imprensa feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de assinatura de acordos. *Ministério das Relações Exteriores*. [Internet] Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2441> [Consult. 02 de Outubro 2010].

Silva, L. I. L. [2005] Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio). *Ministério das Relações Exteriores*. [Internet] Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2690> [Consult. 02 de Outubro 2010].

Fontes Secundárias:

Arraes, V. C. [2005] O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*.48 (2).pp.152-168.

Bardin, L. [2008] *Análise de Conteúdo*. In Lisboa, Edições 70.

Brant, L. [2008] Brasil no Conselho de Segurança da ONU. *Ministério das Relações Exteriores*. [Internet] Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de->

[imprensa/artigos-relevantes/artigo-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu-estado-de-minas-30-5-2008](#)> [Consult. 10 de Dezembro de 2010].

Boyle, R. e Monteiro, C. [2005] 'A Small country with a big ambition': representations of Portugal and England in Euro 2004 British and Portuguese Newspaper Coverage. *European Journal of Communication*. 20 (2). pp.223-244.

Castro, T. C. [2005] A ONU, o Conselho de Segurança e o Brasil: convergências, assimetrias e dilemas. *JUS Navigandi*. [Internet] Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6538>> [Consult. 10 de Dezembro de 2010].

Coelho, M. [S./D] Texto da Comunicação sobre a Análise Conteúdo e Análise Crítica do Discurso. [Internet] Disponível em <<http://html-pdf-conversion.com/book/textos-sociologia.html>> [Consult. 11 de Novembro de 2010].

Comin, D. C. [2007] As Relações Argentino-Brasileiras: identidade coletiva e suas implicações no processo de construção do Mercosul. *Biblioteca virtual de Derecho, Economia y Ciencias Sociales*. [Internet] Disponível em <<http://www.eu.med.net/libros/2008a/377/Teoria%20Construtivista.htm>> [Consult. 20 de Novembro de 2010].

Corrêa, L. F. [1999] O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 42(1).pp.5-29.

Cupertino, F. [1977] *Raízes do atraso: país subdesenvolvido ou potência emergente?*. In Brasil, Civilização Brasileira.

Dizard Jr., W. [2000] *A nova mídia*. A comunicação de massa na era da informação. In Nova York, Addison Wesley Longman.

Fadul, A. e Moreira, S. V. [2007] Globalização e regionalização: desafios e estratégias para a comunicação internacional no Brasil. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. [Internet] Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1090-2.pdf>> [Consult. 20 de Novembro de 2010].

Fonseca Jr., G. [1998] Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a

inserção internacional do Brasil. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. [Internet] Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fonsecajrsistema_internacional.pdf> [Consult. 20 de Novembro de 2011].

Gilboa, E. [2002] Global communication and foreign policy. *International Communication Association*. [Internet] Disponível em <<http://ics.leeds.ac.uk/papers/pm/exhibits/1173/gilboa.pdf>> > [Consult. 20 de Novembro de 2010].

Gilboa, E. [2005] The CNN Effect: The search for a Communication Theory of international relations. *Political Communication*. 22. pp.27-44.

Hirsrt, M. e Pinheiro, L. [1995] A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 38(1). pp.5-23.

Jardim, C. e Carmo, M. [2008] Sul-americanos buscam reforçar seu poderio militar. *BBC Brasil.com*. [Internet] Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080308_amsarmamentistars.shtml> [Consult. 20 de Janeiro de 2011].

Lafer, C. [2007] *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. In São Paulo, Perspectiva.

Lafer, C. [2000] Brasil: dilemas e desafios da política externa. *Estudos Avançados*. 14(38). pp.260-267.

Lamas, B. G. [2004] O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. *Conjuntura Internacional*. [Internet] Disponível em <http://www.pucminas.br/image_db/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802162358.pdf?PHPSESSID=7b3187f3b8b207191cdc449e78e1f646> [Consult. 25 de Novembro de 2010].

Lampreia, L. F. [1998] A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 42(2). pp 5-17.

Margolis, M. [2009] Brasil – superpotência habilidosa. *Ministérios da Relações Exteriores*. [Internet] Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/salade_imprensa/artigos-relevantes/artigo-brasil-superpotencia-201chabilidosa201d-publicado-na-revista-newsweek-22-04-2009> [Consult. 20 de Dezembro 2010].

McCombs, M. [S./D] The Agenda-Setting role of the mass media in the shaping of public opinion. [Internet] Disponível em <<http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>> [Consult. 15 de Fevereiro 2011].

Meza, R. B. [2002] A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 45(1).pp.36-71.

Mowlana, Hamid. [1997] *Global information and world communication*. In London, SAGE Publications.

Paulino, L.A.[2008] Os BRICs e o equilíbrio de poder global. *XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. [Internet] Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/Os%20BRICs%20e%20o%20equilibrio%20de%20poder%20global.pdf>> [Consult. 05 de Dezembro 2010].

Sader, E. [2003] O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU. *América Latina em Movimento*. [Internet] Disponível em <<http://alainet.org/active/4626&lang=es>> [Consult. 20 de Dezembro 2010].

Silva, A.M. [1998] Idéias da política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 41(2).pp.139-158.

Sousa, S. J. [2008] Entre o Norte e o Sul: o papel do Brasil no sistema internacional de segurança. *Nueva Sociedad Especial em Português*. [Internet] Disponível em <<http://www.nuso.org/upload/portugues/2008/DeSousa.pdf>> [Consult. 05 de Janeiro 2011].

Souto Maior, L. A. P. [2006] Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 49(2).pp.42-59.

Steinberger-Elias, M. B. [2008] A imagem do Brasil construída por correspondentes portugueses: um estudo a partir da agência Lusa. *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. [Internet] Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1813-1.pdf>> [Consult. 05 de Janeiro 2011].

Taylor, P. M. [1997] *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*. In London, Routledge.

van Dijk, T. [1988] *News Analysis: case studies of international and national news in the press*. In New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

van Dijk, T. [2005] *Discurso, notícia e ideologia: estudos da Análise Crítica do Discurso*. In Porto, Campos das Letras.

O’Heffernan, P. [1991] *Mass Media and American Foreign Policy*. In New Jersey, Ablex.

Wolf, M. [2006] *Teorias da comunicação*. In Lisboa, Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO I – MATÉRIAS ANALISADAS

LA RELACION WASHINGTON-BRASILIA: LA AMPLIACION DE LAS NACIONES UNIDAS (Clarín – 06 de Outubro de 2004)
EE.UU. respaldó a Brasil para que tenga más poder en la ONU

El secretario de Estado Colin Powell dijo en San Pablo que Brasil es un candidato "muy serio" para ser miembro permanente del Consejo de Seguridad. Tendría así poder de veto en las decisiones internacionales.

Eleonora Gosman.

En forma prácticamente oficial, Estados Unidos indicó que apoyará la campaña brasileña por asumir un puesto permanente en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Según el secretario de Estado Colin Powell, quien llegó a San Pablo el lunes por la noche y ayer habló en un desayuno de trabajo ante más de un centenar de empresarios, Brasil es un candidato "muy serio" a integrar como miembro permanente el Consejo, en la medida en que éste "tenga un formato más amplio". Fue una señal inconfundible del Departamento de Estado, que hasta ahora no se ha pronunciado con relación a las pretensiones de otros países, como Alemania, Japón y la India.

Powell reveló que analizará el tema de la reforma de la ONU la semana próxima, en conjunto con el titular de una comisión especial designada por el secretario general Kofi Annan para estudiar los cambios.

Desde el punto de vista de los intereses brasileños, Powell fue más claro que lo esperado. "En la medida en que empezamos a pensar la expansión (del Consejo), Brasil tendría que ser visto como candidato importante para integrarlo", repitió el secretario.

Los 15 minutos iniciales del discurso de Powell fueron para elogiar al gobierno brasileño. Celebró la evolución de la economía ocurrida, dijo, "gracias al fuerte compromiso del presidente Lula con políticas económicas contundentes, Brasil crece de nuevo y expande sus exportaciones". Pero más que eso, se esmeró en demostrar hasta dónde llega el reconocimiento norteamericano en cuanto a los resultados de la política

exterior brasileña en la región: mencionó, específicamente, los esfuerzos realizados por Itamaraty en los casos de Venezuela, Bolivia y Haití.

Por si había alguna sombra de duda de quién es el interlocutor regional de EE.UU. en América del Sur, Powell se encargó de disiparlas: "El tamaño de Brasil, su población, su poder económico y su nivel de democracia lo convierten en un líder natural de la región", declaró. Es que para el gobierno de George Bush la posición brasileña en asuntos internacionales, la "cooperación" no fue retórica. "Esta gran democracia, no nuclear, juega un papel responsable en la escena mundial, mandando tropas a otras partes del mundo y desempeñando un papel muy importante en los esfuerzos en mantenimiento de la paz", abundó Powell.

Pero en política internacional, como en cualquier orden de la vida, ni los elogios ni los apoyos son gratuitos. Ayer se especulaba que, durante sus reuniones de la tarde con el presidente Lula da Silva y con el canciller Celso Amorim, Powell conversó sobre la guerra de Irak. La semana pasada el Departamento de Estado planteó una nueva ofensiva diplomática apuntando a realizar una conferencia mundial sobre el futuro iraquí, que se haría después de las elecciones norteamericanas. Un par de días atrás, el canciller brasileño había mencionado que en caso de recibir el convite de Powell para esa iniciativa, el Palacio de Itamaraty recomendaría al presidente Lula la participación brasileña.

Uno de los temas que estaban en el candelero, las divergencias de Brasil con la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) fue minimizado por el secretario Powell. "No creo que ésta sea una gran cuestión en las relaciones entre los dos países", dijo. Subrayó con fuerza: "Sabemos con seguridad que Brasil no piensa en desarrollar armas nucleares. No es un país que vaya a incursionar en la proliferación atómica". Esta declaración fue a propósito de las diferencias que surgieron recientemente sobre las inspecciones internacionales de una planta productora de uranio enriquecido.

Sobre la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALCA) dejó su mensaje. El gobierno de Bush, dijo, está "ciento por ciento comprometido con esa iniciativa". Admitió que existen dificultades, especialmente por la cuestión de los subsidios agrícolas. Pero confió que podrá ser completada la integración "en los primeros meses de 2005".

MÁS INFORMACIÓN:

Los riesgos

Paula Lugones

plugones@clarin.com

Por tamaño geográfico, población y peso político, Brasil busca jugar en las grandes ligas, pese a los escozores que pueda despertar en el Gobierno argentino. No sólo apunta al asiento permanente en la ONU, sino que apuesta a temas de impacto global, como la erradicación del hambre del mundo. Pero pertenecer al selecto club de las potencias también tiene sus riesgos y costos. Para demostrar liderazgo internacional, por ejemplo, el gobierno de Lula ha aportado fuerzas para la pacificación de Haití. Quizás hoy EE.UU. espere de Brasilia gestos más audaces, como sumarse a operaciones de envergadura en conflictos costosos y sangrientos, de dudoso rédito interno.

Destacó el liderazgo regional de Lula

Powell llegó a Brasil con elogios y con una advertencia (La Nación – 06 de Octubre de 2004)

Pidió que autorice inspecciones nucleares

Recordó que está pendiente un acuerdo con el OIEA

Pero aclaró que las preocupaciones de Washington "son Irán y Corea del Norte, no Brasil"

Luis Esmal

SAN PABLO.- El secretario de Estado norteamericano, Colin Powell, inició una visita oficial a Brasil cargado de elogios hacia el "liderazgo" en las Américas del presidente Luiz Inacio Lula da Silva, pero deslizó una sutil recomendación en tono de advertencia: el país tiene que permitir las inspecciones de su tecnología nuclear.

"Los Estados Unidos le dan la bienvenida al creciente liderazgo de Brasil en las Américas y en el escenario mundial", expresó Powell durante una conferencia en la Cámara Americana de Comercio, en San Pablo. "Brasil es una nación que los Estados Unidos ven como un socio cercano en el desarrollo de la prosperidad, la democracia y la seguridad, no sólo en el hemisferio, sino alrededor del mundo", afirmó el funcionario norteamericano con contundencia.

Powell llegó a enumerar las acciones que consolidaron en apenas dos años el liderazgo brasileño en la región: su papel en la creación del Grupo de Amigos de Venezuela, que ayudó a reducir las tensiones en ese país; el respaldo a la democracia en Bolivia, tras la renuncia de Gonzalo Sánchez de Lozada el año pasado, y, fundamentalmente, el envío de tropas a Haití, donde Brasil comanda actualmente la misión de paz.

Durante la visita, Powell incluso dio un claro apoyo a las pretensiones de Brasil de ocupar un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas. Dijo que el país es un "candidato serio, bueno e importante", pero aclaró que los Estados Unidos "no van a señalar por ahora a ningún país en particular". Sus palabras dieron a entender que los Estados Unidos no vetan la pretensión brasileña.

Si Brasil obtiene un asiento permanente se generaría cierto resquemor con la Argentina y con México. La propuesta argentina es que el cargo sea compartido entre

los países de América latina; este tema es uno de los pocos puntos de divergencia entre la diplomacia de la Argentina y la brasileña.

México, de tamaño económico similar a Brasil, no ve con buenos ojos la pretensión de Lula. La ONU discute la alternativa de ampliar el actual Consejo de Seguridad a cinco miembros y podría haber alguna decisión en 2005.

Powell no evitó mencionar la actual impasse entre Brasil y el Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA), que viene pidiendo sin éxito una autorización para realizar una inspección irrestricta en las centrífugas de enriquecimiento de uranio.

Recientemente, Brasil reveló que este año pretende enriquecer su propio uranio para el uso en los generadores nucleares de energía eléctrica.

"Parece que hay problemas no resueltos con el OIEA para demostrar que Brasil está cumpliendo con sus compromisos" de preservar ese material a salvo del uso bélico, expresó Powell.

Pese a que incluso la Constitución de Brasil especifica que el país debe hacer uso pacífico de la energía, el OIEA quiere comprobar que no hay riesgos de "desvío" del uranio enriquecido y verificar cuál es exactamente el grado de enriquecimiento -lo que determinaría su potencial uso para construir una bomba atómica-.

"Es un asunto que debe ser resuelto entre los países y el OIEA, pero no estamos preocupados por ese tema. Irán y Corea del Norte son nuestras preocupaciones, no Brasil", dijo Powell.

Sin embargo, la semana pasada un ex funcionario del Departamento de Defensa de los Estados Unidos le dijo a un corresponsal en Washington del diario O Estado de S. Paulo que el temor del OIEA -y por ende de los Estados Unidos- "es que el origen de la tecnología de esas centrífugas [brasileñas] sea la red del doctor Kahn".

Abdul Qadeer Khan fue el jefe del programa nuclear de Paquistán. Brasil afirma que todo el desarrollo es propio y quiere mantener el secreto de su tecnología para no perder su ventaja comercial.

Una misión del OIEA llegará este mes a Brasil desde Viena para negociar el alcance de futuras inspecciones en la planta de enriquecimiento de uranio, ubicada en Río de Janeiro.

La estrategia brasileña (El Universal – 05 de Dezembro de 2004)

En los últimos dos años, el país ha aumentado su participación en la escena internacional, en lo que llama una política exterior solidaria.

Leticia Sander.

Cautelosos para que no sea visto como pretensión hegemónica lo que califican de osadía, colaboradores próximos del presidente Luiz Inacio Lula da Silva y el alto escalón de Itamaraty evitan usar la palabra líder para describir los movimientos de Brasil en política externa.

En la práctica, sin embargo, Brasil viene anhelando ese papel cada vez con más fuerza, principalmente en América Latina. Propagando la imagen de "vecino solidario", el país parece dispuesto a borrar incendios políticos en la región.

En los últimos dos años, el gobierno Lula se hizo presente de forma directa en la intermediación de la crisis en Venezuela, en Perú, Bolivia y Haití. Se ofreció para mediar el conflicto entre el gobierno colombiano y las guerrillas de izquierda e intentó hacer un puente para el diálogo entre el gobierno colombiano y los sindicatos del país.

Marco Aurelio Garcia, brazo derecho de Lula en el área internacional, repudia la visión de que, por cuenta de su protagonismo, Brasil pueda ser visto como un interventor en la política interna de países latinoamericanos. "No corremos este riesgo. No somos un país ofrecido; hemos ayudado en ciertas crisis cuando nos lo han pedido", dice.

El asesor de Lula, que se refiere a la diplomacia brasileña como "solidaria", argumenta: "No podemos pensar en ser una isla de prosperidad en un continente derrumbado desde el punto de vista social, económico, político".

Por su parte, el embajador chileno en Brasilia, Osvaldo Puccio Huidobro, refuerza la tesis de los que ven la embestida brasileña como algo natural. "Hay una intención en América Latina de tener un papel mayor en el escenario internacional. Y Brasil, por tener este tamaño, esta población gigantesca y toda su historia, asume un protagonismo importante en esa misión", reconoce.

La principal aspiración

Chile es uno de los países que apoya una de las aspiraciones más perseguidas por Brasil en los últimos tiempos: la silla permanente como miembro del Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

Brasil ya conquistó apoyos importantes de Francia, Alemania, Rusia, India, Japón, y del secretario de Estado norteamericano, Colin Powell. En América Latina, la mayoría de los líderes están del lado brasileño, pero Brasil aún enfrenta dos resistencias importantes: México y Argentina, países que también anhelan la silla en la ONU.

"Brasil no está buscando ser líder. Es la primera vez que escucho eso. Brasil es un protagonista importante, pero como cualquier otro país finalmente el protagonismo no es sólo de Brasil. Y protagonismo no significa hegemonía y sí cooperación. De ahí que no veo ese liderazgo", reacciona Juan Pablo Lhole, embajador de Argentina en Brasilia.

Es cierto que la idea de Brasil como líder no apareció sólo en el gobierno Lula. Carlos Pio dice que el interés de Brasil en afirmarse como potencia existe desde la década de los 60, pero perdió fuerza en los años 80. Y en la década de los 90, cuando el país vuelve a ser más activo, pero ya en una perspectiva de no resistencia y sí de adaptación al sistema internacional.

En el gobierno Lula, dice Pio, ha retornado una agenda de enfrentamiento y una tentativa de construcción de coaliciones de países que, según la cadena diplomática en vigor, tendrían intereses semejantes a los de Brasil.

El actual gobierno reivindica que, aunque la ampliación del papel de Brasil en el escenario internacional no haya sido inventada por Lula, en los últimos dos años este empeño ganó vigor y se tornó prioridad.

"Creo que nos hemos dejado de rodeos y decidimos pasar a la acción", exclama Marco Aurelio.

"Brasil tenía todo para actuar como peso pesado y estaba actuando como peso pluma", reconoce un diplomático.

Instan a países ricos a ceder a ceder en negociaciones comerciales (La Jornada – 14 de setembro de 2006).

Brasil, India y Sudáfrica potenciaron su alianza y reafirmaron su papel político en las grandes cuestiones mundiales como voceros del mundo en desarrollo, en una cumbre celebrada este miércoles en Brasilia.

Los dirigentes de los tres países anunciaron su apoyo a una reforma del Fondo Monetario Internacional (FMI) para reducir lo que consideraron "un grave desequilibrio" entre los países en desarrollo y las economías avanzadas; decidieron avanzar hacia una cooperación nuclear con fines pacíficos; urgieron a aprobar este año una reforma de las Naciones Unidas con una ampliación del Consejo de Seguridad para que admita como miembros permanentes a países en desarrollo, y propusieron aumentar sus relaciones comerciales.

Los presidentes Luiz Inacio Lula da Silva y Thabo Mbeki, de Brasil y Sudáfrica, respectivamente, así como el primer ministro de India, Manmohan Singh, instaron a los países ricos a ceder en las negociaciones comerciales y buscaron ampliar su cooperación al área energética, tanto con combustibles renovables como en el campo nuclear.

En el encuentro, el primero del Foro India-Brasil-Africa (IBAS), se firmaron cinco acuerdos de cooperación en las áreas agrícola, energética, de transporte marítimo, ferroviario y de inclusión digital.

En paralelo, se realizó un encuentro de empresarios de los tres países, que identificaron seis sectores con mayores posibilidades de intercambios: agronegocio, energía, tecnología de la información, farmacia, biotecnología e investigación para el desarrollo.

La cuestión energética surgió como asunto clave tanto de las reuniones políticas como empresariales.

Brasil ofreció cooperar para integrar a Sudáfrica e India en la cadena del etanol (alcohol de caña de azúcar), desde el cultivo de la caña a su transformación en combustible y la fabricación de motores adaptados. La mayor parte de los autos que se fabrican en Brasil funcionan ya, indistintamente, con etanol o gasolina, en cualquier proporción.

"El foro India, Brasil, Sudáfrica puede mostrar nuestra fuerza en las tecnologías energéticas", sostuvo Singh, y destacó que así como Brasil es líder mundial en la

producción de etanol, Sudáfrica tiene tecnología de gasificación de carbón e India un gran avance en energía eólica y solar.

En asuntos multilaterales, los tres dirigentes consideraron "urgente" aprobar este mismo año una reforma de la ONU que admita a sus países como miembros permanentes del Consejo de Seguridad.

"Es necesario que el Consejo refleje el peso creciente de los países en desarrollo en el escenario internacional. Su actual composición representa un mundo que ya no existe", dijo Lula, en vísperas de la Asamblea General de la ONU que se abrirá la semana próxima en Nueva York.

Los mandatarios, con un papel protagónico en el G-20 de países emergentes, "lamentaron profundamente" la suspensión de la Ronda de Doha de la Organización Mundial de Comercio, e instaron "a los países (ricos) que aún no lo hicieron a reducir sustancial y efectivamente sus gastos con subsidios agrícolas", para asegurar la reactivación de las negociaciones.

Afirmaron igualmente que "la legitimidad del FMI depende de una reforma fundamental" que amplíe la cuota de cada país, en favor del mundo en desarrollo.

La cooperación nuclear con fines pacíficos fue incluida en los planes del nuevo eje Brasilia-Pretoria-Nueva Delhi.

Lula, Mbeki y Singh "concordaron en explorar enfoques de cooperación en usos pacíficos de la energía nuclear bajo las salvaguardas apropiadas de la AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica)", dice el comunicado conjunto.

Warming to Brazil, Powell Says Its Nuclear Program Isn't a Concern (NY Times – 06 de outubro de 2004).

Por Steven R. Weisman

Secretary of State Colin L. Powell, stepping up the American courtship of President Luiz Inácio Lula da Silva, said Tuesday that the United States had no concerns that Brazil was planning to develop nuclear weapons despite the country's resistance to allowing international inspectors greater access to one of its nuclear reactors.

After meeting with President da Silva and other Brazilian leaders, Mr. Powell also offered another gesture to Brazilian aspirations, saying that Brazil's contributions to peacekeeping in Haiti and other actions made it was worthy of consideration for permanent membership on the United Nations Security Council.

The United Nations is studying the possibility of increasing the number of permanent seats in response to demands for membership from several countries, including India, Brazil, Germany and Japan. At present, only the United States, Britain, France, China and Russia are permanent members, which carries the right to veto any resolution.

Mr. Powell was noncommittal as to whether the United States would endorse Brazil's addition, saying that Washington was awaiting results of a study by a panel appointed by Secretary General Kofi Annan. But he did say that Brazil would be a strong candidate.

On the nuclear issue, Mr. Powell addressed a question about concerns in many countries that Brazil's opposition to unlimited inspections, as sought by the International Atomic Energy Agency, might embolden other nations like Iran and North Korea to reject inspections of their suspected nuclear arms programs.

"I don't have those concerns," Mr. Powell said at a news conference after meeting with Foreign Minister Celso Amorim. "I don't think Brazil can be talked about in the same vein or put in the same category as Iran or North Korea."

He said that Iran and North Korea, for example, had either expelled international inspectors or refused to cooperate with them in disclosing nuclear facilities, and that many experts agreed that those countries were making nuclear weapons. North Korea, he noted, has announced its nuclear arms program as a matter of policy.

"The United States understands that Brazil has no interest in a nuclear weapon, no desire and no plans, no programs, no intention of moving toward a nuclear weapon," Mr. Powell said in an interview on TV Globo. "They have a nuclear power program. We understand that."

In a speech to business leaders, talks with President da Silva and in interviews with local news media, Mr. Powell used his day-and-a-half visit to push the idea that Brazil was emerging as a dominant power in the region and one that the United States - perhaps to its surprise - could do business with on a number of fronts.

Since his election in 2002 as the first president from the leftist Workers Party, Mr. da Silva has been cultivated by the Bush administration in the hope that he would soften his economic policies and serve as a moderating influence in Latin America, despite his alliance with such leftist leaders as Fidel Castro of Cuba and Hugo Chávez of Venezuela.

American officials say that strategy has worked, and that under Mr. da Silva Brazil has hewed to a pro-capitalist, pro-investment and fiscally conservative line. This year, Mr. da Silva sent Brazilian forces as peacekeepers to Haiti under the aegis of the United Nations to keep order after the forced resignation of President Jean-Bertrand Aristide.

Foreign Minister Amorim said that he expected the dispute with the International Atomic Energy Agency over inspectors' access to Brazil's enriched-uranium facilities would be resolved soon by technical experts.

Internacional

Sarkozy quer proposta conjunta da UE e Brasil na cimeira do G20 (Diário de Notícias - 23 de Dezembro de 2008.

Patrícia Viegas

Cimeira. O Rio de Janeiro recebeu a segunda reunião de alto nível UE-Brasil
Lula vai comprar helicópteros e submarinos à França

Na sua última cimeira como presidente da União Europeia, o chefe do Estado francês, Nicolas Sarkozy, defendeu ontem a importância do Brasil como potência emergente e sugeriu que europeus e brasileiros preparem uma proposta conjunta para a próxima cimeira do G20. Esta vai decorrer em Londres, em Abril, com o objectivo de encontrar soluções globais para a actual crise financeira.

"A Europa quer actuar ao lado do Brasil e, para o próximo G20, seria bom levar propostas conjuntas", disse, citado pela AFP, Sarkozy, num encontro empresarial que decorreu no âmbito da cimeira UE-Brasil, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Lembrando que os europeus lutaram para sentar os países emergentes à mesa da governação mundial, como aconteceu há um mês na reunião do G20, em Washington, o líder francês afirmou que um país como "o Brasil tem direito a opinar".

O chefe do Estado brasileiro disse, por seu lado, que não é "possível adiar a liberalização do comércio [após o fracasso da ronda de Doha]" e que, nesse sentido, UE e Brasil também "devem trabalhar juntos". O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, admitiu que, a nível do comércio, há desacordos entre a União Europeia e o Brasil que continuam a existir. Barroso, que compõe a troika de líderes que participam nesta cimeira, alertou para os perigos do proteccionismo e lembrou que, em 2009, os EUA terão uma nova Administração.

Mas ainda no capítulo dos elogios a Lula, com quem assina hoje contratos bilaterais na área da defesa, Sarkozy voltou, uma vez mais, a defender um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU- mesmo sabendo que existem vários outros países europeus que não gostam nada desta ideia.

Entre os contratos a assinar hoje entre os líderes francês e brasileiro estão os da compra de meia centena de helicópteros EC-725 e de quatro submarinos convencionais franceses, os Scorpènes, bem como os que prevêem a construção de um estaleiro e de uma base no Rio de Janeiro. No total os contratos poderão chegar aos 8,4 mil milhões de euros.

Sarkozy defende que o Brasil deve estar representado no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Público – 23 de Dezembro de 2008)

Nuno Amaral

Cimeira União Europeia-Brasil no Rio de Janeiro serve para afinar estratégias para o próximo encontro do G20, em Abril de 2009

O Presidente francês, Nicolas Sarkozy, que está no Rio de Janeiro para a segunda cimeira que se realiza entre a União Europeia e o Brasil, defendeu a integração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU - uma antiga reivindicação do Presidente brasileiro, Lula da Silva.

"O mundo" precisa do Brasil para encontrar novas formas de gestão global, disse o presidente em exercício da União Europeia (UE) ao Presidente brasileiro, Lula da Silva. "Eu e Lula entendemo-nos. Ele diz coisas que fazem sentido. Muitos falam muito e não dizem nada. Precisamos do Brasil para a regulamentação do fluxo financeiro mundial."

A cimeira serviu para a UE e o Brasil acertarem estratégias para a próxima reunião do G20 (as 20 economias mais importantes, se consideradas numa lógica de potências regionais), em Abril do próximo ano. As propostas conjuntas incluem a definição do novo papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) no futuro e a concentração de esforços para "lançar as bases de um sistema financeiro mais equilibrado, com maior fiscalização das instituições financeiras".

Sarkozy frisou que esses projectos foram concertados com Lula da Silva, e o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. "A Europa vai trabalhar de mãos dadas com o Brasil. É fundamental haver uma proposta que mostre que não queremos um mundo de especuladores, mas de empresários", frisou Sarkozy.

Afinidades

O Presidente francês demonstrou afinidades com Lula da Silva, fundamentalmente no que toca às mudanças defendidas para a política financeira mundial: "A Europa acredita no futuro do Brasil. Não é uma potência de amanhã, mas de hoje". Depois, retomou as críticas do Presidente brasileiro às organizações financeiras internacionais. "Os mesmos que diziam que o mundo seria óptimo em 2008 e que agora dizem que será mau em 2009 vão dizer-me o que tenho de fazer?", questionou. Sublinhou ainda que a crise financeira mundial faz com que o mundo entrasse de forma

definitiva no século XXI. "O ano de 2008 vai ficar marcado na história como aquele em que o mundo entrou no século XXI", frisou Sarkozy.

Na declaração conjunta no final do encontro, o Presidente brasileiro destacou o aumento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Europa e os investimentos dos países-membros da UE no país, com destaque para o projecto nacional de reduzir as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, através de uma "queda drástica" no desmatamento.

Durão e Sarkozy elogiaram as iniciativas do Brasil na área ambiental e sublinharam que o país terá um importante papel no esforço global de contenção das alterações climáticas devido ao aquecimento global.

Brazil angered by Blair snub in US speech (Daily Telegraph – 04 de Junho de 2006)

Patrick Hennessy, Political Editor and Toby Harnden in Washington

The Brazilian government has reacted with dismay to a snub by Tony Blair, after he removed a reference to the country from a Washington speech at the behest of the Americans.

Brazil is anxious to win a permanent place on the United Nations Security Council but Washington favours the rival claims of Mexico, British sources say.

Related Articles

Last week The Sunday Telegraph revealed that the Prime Minister made significant changes to the speech he gave at Georgetown University, during his recent visit to Washington for talks with President George W Bush.

Mr Blair altered key passages about Iran, climate change and the future of the International Monetary Fund and the World Bank after members of Mr Bush's inner circle indicated that they were not happy with what he proposed to say.

The latest amendment was in a section of the speech in which Mr Blair proposed changes to the permanent membership of the Security Council.

He said: "A Security Council which has France as a permanent member but not Germany, Britain but not Japan, China but not India, to say nothing of the absence of proper representation from Latin America or Africa, cannot be legitimate in the modern world."

The speech cast aside the approved Foreign Office line on the issue, which is that whenever future membership of the council from Latin America is mentioned, Brazil's claims should be spelt out directly.

This newspaper understands that Mr Blair was persuaded by his hosts that to do so on this occasion would cause them problems with their neighbour, Mexico, which also wants a seat.

Brazilian diplomats in Washington are understood to have complained privately to their British counterparts about Mr Blair's choice of words.

A senior British source said: "Latin American sensitivities on this one are high.

"The Foreign Office rules on this one are set in stone. You have to mention Brazil specifically because of our close links with them."

Last week, a Downing Street spokesman disputed this newspaper's report, denying that "objections by the White House played any part in the Prime Minister's speech whatsoever".

But the comment appeared carefully phrased to avoid denying either that objections were made or that the speech was altered.

In one of the key adjustments, Mr Blair's aides told journalists three hours before the speech was delivered that he intended to say that "change should not be imposed" on Iran in the dispute over its nuclear ambitions.

In the event, he used more subtle language, claiming: "I emphasise I am not saying we should impose change."

Mr Blair also backed away from a plan that called for the United States and Europe to consider giving up their traditional arrangement of having an American head the World Bank and a European run the International Monetary Fund, and fudged the issue on climate change with a vague promise of future "action".

Blair's UN gaffe sinks relations with Brazil to new low

Diplomatic spat after speech in Washington

Mistake puts important trade talks in jeopardy

Relations between Britain and Brazil have struck a new low after a careless slip by the prime minister, Tony Blair, during a major foreign policy speech in Washington last week.

The timing of the diplomatic spat is unfortunate for Mr Blair, who has been courting Brazil's president, Lula da Silva, in an effort to break the deadlock in international trade talks.

The Brazilian foreign ministry confirmed to the Guardian yesterday that its foreign minister, Celso Amorim, called the British ambassador in Rio, Peter Collecott, into his office on Tuesday to seek an explanation for Mr Blair's apparent gaffe.

The row began after Mr Blair spoke in Washington about the need to reform the United Nations by expanding permanent membership of the security council - which represents the victorious allies after the second world war - from five to include leading industrial powers and representatives from the developing world.

The British government has long championed the membership of Brazil, even though Argentina has a strong claim as a representative from Latin America.

Mr Blair reiterated Britain's support for Brazil's candidature when Mr Da Silva visited Downing Street earlier this year.

But when Mr Blair made his speech, he said: "A security council which has France as a permanent member but not Germany, Britain but not Japan, China but not India, to say nothing of the absence of proper representation from Latin America or Africa, cannot be legitimate in the modern world."

The Brazilians immediately picked up on the sudden absence of their country.

Mr Blair scribbled down the speech, the third in a series of wide-ranging foreign policy speeches, on the flight from London to Washington. According to a British source, he did not seek to change British policy with regard to Brazil but was simply setting out his overall argument about a need for UN reform.

A Foreign Office spokesman said yesterday: "We remain supportive of Brazil's candidature, along with Germany, Japan and India, for permanent seats on an enlarged security council. The speech was not intended to set out our policy in detail but was an

attempt to inject momentum into the debate. We remain solidly supportive of Brazil's bid for a permanent seat."

Mr Blair, along with the American president, George Bush, and the German chancellor, Angela Merkel, has been trying to secure the support of five leading developing countries, including Brazil, for a special trade conference to be held around the time of next month's G8 summit in St Petersburg.

ANEXO II – ARTIGOS DE OPINIÃO ANALISADOS

Brasil: complejo de superioridad (Clarín – 14 de Julho de 2005)

Desde el inicio de su gestión, el presidente Lula mostró un exasperado deseo de liderazgo regional y mundial. Ese afán desbordado le trae problemas con vecinos importantes como la Argentina.

Por Carlos Conde.

El dramaturgo Nelson Rodrigues solía afirmar que Brasil tenía "complejo de vira-lata", es decir, que durante mucho tiempo el país actuó en diversos sectores animado por un complejo de inferioridad.

La política externa del presidente Lula dio un giro de 180 grados en ese estado de ánimo. Desde el inicio, basada en un equivocado complejo de superioridad, mostró un exasperado deseo de liderazgo regional y mundial.

Ese fue y es, a lo largo de sus dos años y medios de gestión, su pecado mortal; ese pecado perjudica uno de los principales aciertos de su política: la elección de la Argentina, el Mercosur y América del Sur como tres de sus mayores prioridades.

El presidente Lula y su canciller, Celso Amorim, cometen en la diplomacia el mismo error que el técnico de la Selección de fútbol, Carlos Alberto Parreira: proclamar que Brasil siempre es favorito para el liderazgo. Esa postura es recibida, lógicamente, como una ofensa gratuita por la Argentina, un país grande e importante. Además, acrecienta rivalidades y crea un ambiente cargado, totalmente inútil.

Venezuela tampoco reacciona bien, en la medida que su presidente, Hugo Chávez, que se imagina una especie de reencarnación de Simón Bolívar, alimenta sueños de grandeza entusiasmado con la riqueza del petróleo.

El error de Brasil se torna aún más significativo porque se proyecta sobre un panorama tenso en América del Sur, como indican las situaciones que se viven en Bolivia, Ecuador y Perú.

Esa estrategia en busca del liderazgo también perjudica el entendimiento del Brasil con la Argentina dentro del Mercosur, porque crea desconfianzas. El propio presidente Lula reconoció que nota "malestar y estancamiento" en el acuerdo regional.

El ex canciller brasileño, Celso Lafer, identifica al Mercosur como "un factor de estabilidad en una región tensa", pero admite que "existe con relación al Mercosur y a

nuestra relación con la Argentina un cierto cansancio de la opinión pública". En su visión, "es lo que se siente en los diarios y en los medios empresariales". En consecuencia, "la tentativa conjunta de Brasil y la Argentina de relanzar el Mercosur aparece más como retórica que como sustancia".

La obsesión de la diplomacia Lula-Amorim de conquistar una silla permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU es el punto más alto de su complejo de superioridad. Obvio que esa pretensión, que aleja automáticamente a la Argentina, mereció su veto inmediato. También tocó de forma negativa al conocido orgullo azteca de México.

En los sectores brasileños más racionales, la pregunta es qué significaría esa silla sin poder de veto, algo que será inevitablemente negado por los Estados Unidos y las otras potencias victoriosas en la Segunda Guerra. "¿Para qué sentarse en el Consejo de Seguridad de la ONU?", cuestiona el profesor de Ciencia Política, Oliveiros S. Ferreira, uno de los más inteligentes analistas de política externa brasileña en el ámbito académico. "¿Sentarse en esa silla sólo para decir que es miembro permanente? ¿Podrá influir o por el contrario será influenciado?"

Oliveiros golpea con firmeza cuando asegura que "la silla no tiene sentido para Brasil porque Brasil no consigue proyectar su poder, no consigue defender sus costas, no consigue defender su espacio aéreo, no consigue combatir el tráfico de armas, no consigue combatir el tráfico de estupefacientes".

La presencia militar brasileña en Haití es otro punto polémico de la actual política externa. Ese país caribeño parece ingobernable y nada indica que la misión de paz de la ONU, liderada por tropas brasileñas, tenga reales posibilidades de éxito. Con tantos factores adversos uno se pregunta por qué Brasil se lanzó a esa aventura. ¿Para afirmar su liderazgo y justificar una silla en las Naciones Unidas?

La diplomacia de Lula también se perjudica con la falta de una única autoridad. Varios actores pelean por ese lugar, entre ellos, Itamaraty (Ministerio de Relaciones Exteriores) y Marco Aurelio García, docente universitario y asesor especial del Presidente en temas internacionales. Esa duplicidad de mandos dificulta la ejecución de políticas y priva a los profesionales del área de uno de sus mayores ejercicios de vanidad: tener el monopolio en las definiciones diplomáticas. Son conocidos los celos provocados en Itamaraty por la presencia de extraños en su nido.

Como si las complicaciones traídas por la existencia de estos dos actores no alcanzaran, un tercer actor se insinuó para hacer diplomacia: el ex jefe del Gabinete

Civil, José Dirceu, que actualmente cayó en desgracia política y vive su propio infierno astral. Hasta hace poco tiempo, cuando en la práctica desempeñaba funciones de primer ministro, se encontró con personalidades tan contradictorias como la secretaria de Estado norteamericana y los jefes de Gobierno de Cuba y Venezuela.

Hay desentendimientos también entre Itamaraty y otros ministerios como los de Hacienda, Desarrollo y Agricultura. Da la impresión de que el Ministerio del Exterior pretende jugar su propio juego.

Todos estos contratiempos fueron retirando de la actual política externa una de sus mayores ventajas: el apoyo de la opinión pública. Cada vez son más fuertes y frecuentes las críticas a la acción diplomática y si todavía no son mayores es porque hasta ahora el gobierno de Lula viene adoptando una actitud muy correcta en relación a uno de los principales socios de Brasil: los Estados Unidos. El otro, como se sabe, es la Argentina.

Opinión

La Argentina debería acceder a un lugar en el Consejo de Seguridad de la ONU (La Nación - 29 de Marzo de 2004)

Carlos Ortiz de Rozas

En su excelente editorial del 18 de marzo último ("La Argentina, Brasil y la ONU"), LA NACION vuelve a plantear, con acierto y autoridad, los efectos negativos que para la presencia internacional de nuestro país tendría el no acceder a una banca permanente en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, en caso de que se decidiera la ampliación del número de sus integrantes.

Sabido es que desde que empezó a debatirse informalmente esa posibilidad, hace ya bastante tiempo, muchos países significativos adelantaron sus aspiraciones de formar parte dicho órgano como miembros permanentes, es decir, en las mismas condiciones que Estados Unidos, China, Francia, Gran Bretaña y Rusia.

Salvo esa reconocida excepción, debida al hecho de tratarse de las cinco potencias vencedoras en la Segunda Guerra Mundial, cabe preguntarse qué factores políticos, económicos, culturales, geográficos o demográficos determinan que un país pueda sentirse con más derechos que otros para ocupar una codiciada banca permanente.

En ausencia de criterios rectores para decidir al respecto, la Asamblea General, en 1993, resolvió crear una comisión especial destinada a analizar la posible ampliación del Consejo. Hasta ahora, luego de varias sesiones y de escuchar a numerosas delegaciones, no ha llegado a ninguna conclusión.

En nuestra región, Brasil, con una política de Estado seguida tenazmente con envidiable continuidad, ha presentado oficialmente su postulación y está empeñado en una intensa campaña, buscando apoyos para convertirse en el único representante de América latina con un puesto permanente en el órgano más importante de la ONU.

Nadie puede discutir el derecho que le asiste a nuestro vecino y socio de aspirar a esa nominación. Lo que resulta difícil de comprender, dado el estado actual de las relaciones bilaterales, es que su pretensión excluya, ab initio, la posición argentina que, con notable coherencia, han sostenido diversos gobiernos argentinos, al propiciar una banca permanente rotativa entre tres países de América latina, a ser designados por consenso. En esa hipótesis, obviamente, sería considerado Brasil, pero también la Argentina, México, Chile u otros.

Si de títulos habilitantes se trata, por nuestra parte siempre hemos tenido una activa participación en las tareas del Consejo, como en la primera crisis de Berlín, en el período 1948-1949, o en la adopción de la resolución 242, que sigue constituyendo el documento básico para la solución del conflicto en el Medio Oriente. En tren de plantear interrogantes, ¿sería lógico que las repúblicas latinoamericanas de lengua española, uno de los idiomas oficiales de la ONU, estuvieran solamente representadas por la única nación del continente donde se habla el portugués, idioma que, en cambio, no está reconocido?

Lo cierto es que en éste, como en otros aspectos, las Naciones Unidas están ante un verdadero atolladero, y que puede ser todavía peor cuando se discuta si a los nuevos miembros permanentes se les otorgaría también el poder de veto.

Esa posibilidad es realmente seria porque con esa concesión gozarían de una total inmunidad, toda vez que con sus respectivos vetos podrían impedir la adopción de cualquier resolución que no consultase sus intereses o fuese en contra de sus políticas. Incluso los protegería de eventuales disputas de fronteras.

En este complejo contexto, la cuestión sigue debatiéndose en la ONU. Algunas versiones reflejadas en la prensa brasileña han indicado que, en razón del gran entendimiento existente entre los presidentes Kirchner y Lula, el mandatario argentino estaría dispuesto a avalar la candidatura de Brasil.

La lectura de una carta de nuestro representante permanente ante las Naciones Unidas, César Mayoral, (LA NACION, 20/3/2004), da pábulo a pensar que se está en esa tesitura cuando afirma, contestando el editorial antes citado, "no nos parece conveniente agitar los fantasmas que nos dividieron en el pasado". O sea, una obvia alusión a la oposición argentina a la pretensión hegemónica de nuestro socio en el Mercosur de ocupar, por sí solo, un asiento permanente en el Consejo de Seguridad.

Es de suponer que no se trata de una opinión personal, puesto que declaraciones de ese tipo deben ser previamente consultadas con las autoridades superiores. Sería conveniente, entonces, que nuestra cancillería informara oficialmente cuál es nuestra posición.

Sobre este tema, creo oportuno transcribir partes de otro gran editorial de LA NACION (8/7/2003), en el que dijo: "Nuestro país no puede respaldar -ni explícitamente, ni con silencios sugestivos o tácitos- esa aspiración, pues eso significaría para la Argentina aceptar una postergación de sus justas y legítimas

expectativas. Debe recordarse que desde 1945 nuestro país ha venido alternándose en el Consejo de Seguridad con el Brasil.

"Si le otorgásemos nuestro consentimiento a la pretensión brasileña, la ausencia de la Argentina en la agenda internacional más importante se tornaría ya irremediable. Y nuestro país perdería no sólo presencia sino también trascendencia y significación en el escenario mundial".

El autor fue embajador argentino en Austria, las Naciones Unidas, Gran Bretaña, Francia y los Estados Unidos.

Los polos de América Latina (El Universal – 03 de Fevereiro de 2007)

Mauricio Rossell

En América Latina se vislumbra hoy como nunca antes una acrecentada disputa ideológica, de intereses y de liderazgo. Ya lo señalaba así recientemente y con acierto el presidente brasileño Luiz Inacio Lula da Silva: "Latinoamérica no cabe (hoy) en un solo molde".

Por un lado tenemos a países como Venezuela, Nicaragua, Bolivia, Ecuador, Brasil, Argentina, Uruguay y Chile, cuyos gobiernos han emanado de fuentes de izquierda diversas (partidos de centro-izquierda o progresistas, coaliciones políticas, nuevos movimientos sociales, nuevas formas de protesta social y de organización política surgidas como reacción a las progresivas muestras de agotamiento del modelo neoliberal) que han desarrollado distintas fórmulas para asegurar cierta estabilidad económica y desarrollo social entre las que destacan desde políticas económicas ortodoxas, pautas neoestatistas y nuevos socialismos (el bolivariano del siglo XXI) hasta estatizaciones. Y por el otro, a aquellos que se encuentran vinculados de manera fundamental con la derecha (al menos en términos de la alineación internacional) como México, Colombia, El Salvador y Honduras, y que en congruencia mantienen su defensa a la globalización, los mercados y las poderosas fuerzas del capital.

Esta disputa ideológica, que involucra no sólo dos formas distintas de conceptualizar el desarrollo y las vías para lograrlo, tiene sin embargo, en el caso específico de la relación México-Brasil, también un trasfondo pragmático que quedó evidenciado en Davos la semana pasada durante la participación conjunta que tuvieron Calderón y Lula en la mesa relativa al desarrollo de América Latina: la pugna existente entre ambos por la hegemonía del subcontinente.

México y Brasil son los países más grandes e influyentes de la zona (sus economías manejan volúmenes similares equivalentes a 600 mil millones de dólares). Asimismo, ambos pertenecen a un grupo privilegiado de potencias emergentes a nivel mundial que compiten por la atracción de capitales y el control regional, aunque cada uno lo hace a través de agendas de políticas públicas e instrumentos radicalmente distintos.

Los dos países se inclinan también por la integración de Latinoamérica, pero en sentidos y bajo visiones muy distintas. Mientras el gobierno mexicano ve en aquella la mejor vía para equilibrar su relación tan asimétrica con Estados Unidos (sobre todo por el respeto que éste le tiene a Brasil, a quien ve como el representante de la otra parte del continente), el brasileño busca, a través de ésta, mantener y maximizar sus objetivos económicos internos así como fortalecer su presencia comercial en la zona.

Las diferencias al respecto se manifiestan también en las posturas que ambos países sostienen en relación con el ALCA. Mientras nuestro país se manifestó tradicionalmente a su favor, ya que veía en él

la posibilidad de extender sus privilegios de mercado a países que percibía como potenciales competidores (como es el caso de Brasil), el país carioca siempre vio con cierto escepticismo este proyecto por su clara preferencia a favor del Mercosur y por el riesgo que implicaría para él abrir su economía relativamente protegida.

Por otro lado, México siempre ha sido visto por los cariocas como un aliado incondicional de Estados Unidos y como alguien poco interesado en mirar al sur. Y si a ello sumamos la desconfianza recíproca y la mal entendida sensación de rivalidad que siempre ha existido entre los dos países y que ha sido la causante de la escasa e irregular relación económica (y política) que ha existido entre ellos, pues no creo que al menos en el mediano plazo este tema, el de la integración, pueda llegarse a constituir en un punto de unión y equilibrio entre ambos.

Las discordancias también han sido evidentes en lo que respecta a la reforma al Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas para aumentar el número de sus miembros permanentes. Modificación de la que ha sido especial promotor Brasil y que, de aprobarse, constituiría una nueva posible fuente de dificultades entre los dos países, considerando que esta reforma habría forzosamente de considerar la inclusión de cualquiera de estos dos como representantes de América Latina.

De ahí que piense que lo que vimos la semana pasada en Davos no fue más que una nueva muestra de esta lucha de dos polos por el control geopolítico y el liderazgo económico y político regional.

Diputado al Congreso de Hidalgo (PRI)

Mercosur nuclear y soberanía nacional (La Jornada – 08 de Setembro de 2006)

Raúl Zibechi

Con diferentes énfasis, ritmos y alcances, los dos principales países del Mercosur (Brasil y Argentina) decidieron relanzar sus programas nucleares, prácticamente desmantelados durante el periodo neoliberal. Se trata de una doble apuesta: a la diversificación de la matriz energética y a la recuperación de la soberanía nacional, fuertemente afectada por los gobiernos anteriores que optaron por someterse a los dictados del *Consenso de Washington*.

Dos semanas atrás el gobierno de Néstor Kirchner lanzó un ambicioso plan de energía atómica que prevé terminar la construcción de la central de Atucha II, interrumpida en 1994 durante el gobierno de Carlos Menem. En Argentina funcionan dos centrales atómicas, Atucha I en Buenos Aires y Embalse en Córdoba, que proveen 4 por ciento de la energía que consume el país. El problema argentino es que el 90 por ciento de las necesidades energéticas se satisfacen con gas y petróleo. Cuando comenzó la era de las privatizaciones, el país contaba con reservas de petróleo para 14 años y de gas para 34 años. Ahora las reservas de ambos hidrocarburos se agotarán en sólo ocho años. Las empresas privatizadas dejaron de invertir en prospección, la inversión menos segura y rentable, y las reservas del país se despeñaron.

La situación energética de Argentina es sumamente delicada y en pocos años puede pasar de exportador a importador. De ahí la urgencia de Kirchner por diversificar la matriz energética y, sobre todo, por hacer que el plan nuclear elimine "la atrofia tecnológica, científica e industrial" en que lo sumió el periodo neoliberal, según estima el analista energético Federico Bernal (*Página 12*, 3 de septiembre de 2006). En paralelo, Argentina inaugurará un reactor nuclear en Australia antes de que finalice 2006 y posteriormente podría poner en marcha otro en Venezuela, entre Ciudad Bolívar y el delta del río Orinoco, según un acuerdo entre ambos gobiernos en el que participa la petrolera Pdvsa.

Brasil, por su parte, inauguró a principios de mayo su primera planta de enriquecimiento de uranio, en el municipio de Resende, en Río de Janeiro, con lo que ingresa al selecto grupo de países que dominan esa tecnología: Estados Unidos, Francia, Rusia, Reino Unido, Japón y Holanda. El país cuenta con dos plantas nucleares, Angra I y Angra II, y tiene en construcción una tercera que comenzará a funcionar en 2013. De

esta manera Brasil se consolida como potencia emergente. Cuenta con las sextas reservas del mundo de uranio y ahora dejará de enviar el mineral al exterior para ser enriquecido, lo que le permitirá ahorrar millones de dólares. Pero lo más importante es que los brasileños desarrollaron una tecnología propia, asegurándose de ese modo la independencia respecto de las grandes empresas que monopolizan el negocio del uranio enriquecido.

En 2004 el gobierno de Luiz Inacio Lula da Silva se negó a permitir inspecciones irrestrictas de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), con el argumento de que un acceso total a sus centrifugadoras de uranio lo pondría en riesgo de espionaje industrial. Cuando comenzó a enriquecer uranio, en mayo pasado, la agencia Associated Press difundió un artículo asegurando que Brasil "sigue cautelosamente el camino de Teherán", ya que está siendo capaz de "producir exactamente el mismo combustible". El 8 de mayo, el italiano *Corriere della Sera* aseguraba que la tecnología nuclear brasileña es de las más modernas del mundo, ya que sus centrifugadoras son "más eficaces que las utilizadas en Estados Unidos y en Europa".

Tanto la iniciativa brasileña como la argentina no son bien vistas en la Casa Blanca. El gobierno de Lula no oculta que su programa nuclear está vinculado, además de la generación de energía eléctrica, a la construcción de un submarino nuclear. Pero el aspecto clave lo señaló Peter Stania, del Instituto Internacional para la Paz, de Viena, quien dijo a la BBC en octubre de 2004 que "si Brasil logra enriquecer su propio uranio y deja de importarlo estaría en posición estratégica de independizarse de los países grandes en ese ramo. Y eso afectaría la posición estratégica de Brasil como potencia emergente, que busca un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU".

Brasil y Argentina tienen un Acuerdo de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (ABACC), y la colaboración en la materia puede profundizarse. Además, Argentina y Venezuela proyectan inversiones nucleares comunes. Más allá de la posición que defienden los ambientalistas, de rechazo a la energía nuclear, los planes de los países líderes del Mercosur deben verse como parte de su lucha por la soberanía. El primero de septiembre un encuentro de ministros de Economía del Mercosur, realizado en Río de Janeiro, confirmó que hacia fin de año se presentará un proyecto piloto para desdolarizar el intercambio comercial entre Argentina y Brasil, al que pueden sumarse Paraguay y Venezuela. Y acordaron llevar una postura común del bloque a la asamblea

anual que el FMI realizará el 19 y 20 de este mes en Singapur, donde exigirán mayor participación en las decisiones del organismo.

Simultáneamente, se realizó en Caracas la tercera reunión de la Comisión Estratégica de Reflexión sobre el proceso de integración sudamericana, donde discutieron la institucionalidad de la región. En consonancia, el Senado argentino aprobó a finales de agosto el protocolo que crea el Parlamento del Mercosur, que podría comenzar a funcionar antes de fin de año. Cristina Fernández de Kirchner, primera dama argentina, señaló en Caracas que este es un "excelente momento" para la integración regional.

En momentos de debilidad de Estados Unidos, los principales países sudamericanos están avanzando a pasos de gigante en el rediseño del mapa regional. Los nuevos planes nucleares, la búsqueda de una moneda alternativa al dólar y la institucionalización del Mercosur, parecen ser el emergente de un proceso destinado a cortar amarras con el imperio. En pocos años, la región puede presentar un panorama enteramente diferente al de décadas atrás.

Lula's Way (Time – 25 de Setembro de 2008)

Tim Padgett e Andrew Downie

With their endless string of pearl beaches, heavenly climate and sensual bossa nova culture, Brazilians consider themselves uniquely blessed. So when the first of two gigantic oil fields was discovered off the coast near Rio de Janeiro last fall, President Luiz Inácio Lula da Silva saw it simply as further proof of a celestial bond. "God," Lula

That kind of good fortune, divine or not, has helped Lula, 62, a former steelworkers' union leader and high school dropout, become Brazil's most popular President in a half-century. The oil find could make Brazil one of the world's largest crude producers, but even without that bounty, the economy has been growing as vigorously as a guava tree in the Amazon rain forest, allowing Brazil to start reducing its epic social inequality. Economic strength has also allowed the country to flex its diplomatic clout as the hemisphere's first real counterweight to the U.S. Lula led the creation of a bloc of developing nations, the G-20, to thwart U.S. and European hegemony in global trade talks. "I believe implicitly that Brazil has found its way," Lula told Time at the Planalto presidential palace in Brasília.

Now Lula is aiming for membership in the world's most exclusive club, the group of nations with permanent seats on the U.N. Security Council, part of his effort to "change the world's political and commercial geography." Brazil, the world's fifth most populous country, has begun lobbying more ardently for membership, and in his speech to the General Assembly in New York City on Sept. 23, Lula argued that the council's "distorted representation is an obstacle to the multilateral world we desire."

That may be a dream too far for the bearded, gravelly voiced President, but Lula's self-confidence is understandable: he has pulled off other unlikely feats. When he was first elected in 2002, many feared that Lula and his leftist Workers' Party would trash Brazil's emerging economy by pursuing socialist policies. Instead, Lula shrewdly embraced fiscal sobriety, strengthening Brazil's currency, the real, and reforming a bloated civil service pension system. Those policies and a windfall in commodities fueled a boom--the economy will grow 5% or more again this year, and inflation is historically low. Even his rivals acknowledge that despite his firebrand image, Lula has been a deft political operator. "The danger with Lula is that he can be rather messianic," says Rubens Ricúpero, a Finance Minister in the 1990s, when Lula opposed the market reforms he now backs. "But he's one of the most intelligent politicians in the world."

Just as important, Lula has steered Brazil between the Scylla and Charybdis of the right-wing Bush Administration and left-wing Venezuelan President Hugo Chávez, whose clashes have rocked Latin America. In Washington, Lula is seen as an important ally. "Our relationship is solid--there are lots of points of convergence," says Christopher McMullen, Deputy Assistant Secretary of State for Western Hemisphere Affairs. But while Lula bonds with Bush over biofuels--Brazil is a global pioneer in that area--he's also huddling with Chávez over plans to turn South America into an integrated economic bloc along the lines of the European Union. Lula, in fact, is one of the few leaders both Bush and Chávez will listen to. "I joke with them and tell them their fight is very weird," Lula says, "because oil makes them so dependent on each other."

Lula's biggest challenge, though, has been bridging the huge chasm between Brazil's rich and poor--a gap that makes the country look more like the feudal monarchy it was in the 19th century than the modern democracy it wants to be in the 21st. Lula, who as an impoverished kid shined shoes on the streets of São Paulo, has pumped more than \$100 billion into social projects ranging from microfinance to grants for families who keep their kids in school. As a result, 52% of Brazil's 190 million people are now designated as middle class, up from 43% in 2002. At the same time, he hopes to make Brazil more business friendly with a \$280 billion Growth Acceleration Program to boost infrastructure and cut taxes. "It's called doing things right," Lula says, "allowing the rich to earn money with their investments and allowing the poor to participate in economic growth."

For all his successes, though, some of Brazil's oldest maladies have proved stubbornly resistant to Lula's ministrations. Official corruption remains rampant; Lula blames a fetid political culture "that has been there for centuries," but that's an old excuse. One of his election promises was to clean up Brazilian politics, and with two years to go--rules forbid him to seek a third consecutive term--he'll have to start wielding the broom vigorously. The education system, despite increased funding and access, is still an embarrassment: Brazilian students continue to score at the bottom on international math and reading tests. Taxes are exorbitant, Amazon deforestation is rising again, and Brazil has one of the world's most wasteful public bureaucracies. To fix all those problems in two years would require much more divine intervention.

Introduction (Guardian - 14 de março de 2008)

Kim Howells

This month I made my second visit to Brazil as minister for South America, to participate in the 200th anniversary celebrations for two of the most important events in Brazil's history: the arrival of the Portuguese royal family and the decree opening Brazilian ports to friendly trading nations.

For many, these events marked the beginnings of Brazilian nationhood. I like to think so; there was a considerable British role in both events, and 1808 marked the start of a century of very close British engagement with Brazil. Now, at the advent of the 21st Century and the emergence of Brazil as a key global player, the relationship between Britain and Brazil is again making dramatic advances.

This relationship, based on common values and interests, and focused on practical outcomes, was given a massive boost by the state visit in March 2006 of President Lula to the UK. We now have broader co-operation on a wider range of issues than ever before, including climate change, sustainable development, the promotion of human rights, technology, science, health and education. Both our countries are committed to an ambitious outcome from the WTO trade talks to help lift millions of people out of poverty.

Since Brazil plays a vital role in a rapidly globalising world, we are working together to improve global governance and make multilateral institutions more representative and effective. The UK supports Brazil's bid for a permanent seat on a reformed UN Security Council as part of wider reforms to make the UN fit to meet the challenges ahead.

Brazil is also a key regional player, in Mercosul and the Community of South American Nations, enhancing its role as a beacon of stability in South America. Brazil promotes a vision for the region which stresses a progressive approach to social change within the democratic system.

· Kim Howells is minister of state at the Foreign and Commonwealth Office